

# *Alfândega de Porto Alegre*

---

## *200 Anos de História*

*Márcio Ezequiel*



Márcio Ezequiel é Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, tendo ingressado pelo concurso realizado em 2000. Após três anos servindo na Delegacia da Receita no Chuí, onde foi Delegado Sindical, veio para a Inspetoria em Porto Alegre e atualmente é Chefe de Equipe atuando na área de Logística com Mercadorias Aprendidas. Em 2006 foi agraciado com Prêmio de Desempenho Funcional pelo Ministério da Fazenda. Mestre em História pela UFRGS, o autor teve o interesse despertado pela Alfândega de Porto Alegre, repartição que originou a Inspetoria, aceitando o desafio de recuperar e registrar seu histórico.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

*Alfândega de Porto Alegre*  
.....  
*200 Anos de História*

*Márcio Ezequiel*



2007

Copyright © by Márcio Ezequiel – 2007  
Todos os direitos sobre o texto são reservados ao autor  
conforme a Legislação Vigente.

Capa: Vitor Hugo Turuga  
Imagem da capa: Estátua localizada no prédio da Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre. Foto do autor, 2006.  
Projeto gráfico e editoração: Clo Sbardelotto  
Revisão: Lourival Corrêa de Souza

E98a Ezequiel, Márcio.  
Alfândega de Porto Alegre : 200 anos de história / Márcio Ezequiel.—  
Porto Alegre : Sindireceita, 2007.  
224 p.  
ISBN 978-85-89401-57-9  
1.Alfândega – Porto Alegre (RS). 2.História. I. Título.  
  
CDD 981.65  
CDU 94(816.5 Porto Alegre)

Catalogação na publicação: Verônica Ezequiel – CRB 10/1689

Aos meus pais,  
dedicados servidores públicos.

## SUMÁRIO

7	Prefácio
9	Agradecimentos
11	Introdução
15	<b>PARTE 1</b>
17	Das lonjuras dos Setecentos: a cidade e a Alfândega
20	Estrutura Fazendária em um Rio Grande em formação
27	A criação da Alfândega de Porto Alegre
43	O início dos trabalhos
55	O Trapiche
59	Equilíbrio das contas e consolidação
62	Notas
69	<b>PARTE 2</b>
71	A casa própria
81	Abertura dos Portos: independência ou morte!
90	Alfândega: farroupilha ou legalista?
104	Empregados e atribuições
117	Mudando cenários
129	O ano em que a Alfândega fechou
133	Recriando o espaço da Alfândega
140	Notas

149	<b>PARTE 3</b>
151	A casa nova
157	A obra de Santa Engrácia
162	A Estatuária
166	A discreta inauguração
171	Serviços na nova Alfândega
177	A enchente
181	Anos 60: mudanças à vista
190	A luta contra o descaminho e o contrabando
193	Rumo ao novo século
196	A Alfândega redescoberta
200	Notas
205	<b>CONCLUSÃO</b>
207	A história continua...
210	Cronologia
212	Referências bibliográficas e fontes

## PREFÁCIO

A história de uma Instituição é feita de pequenos acontecimentos, que colocados em conjunto, dão a dimensão da importância de suas realizações.

Assim é a história da antiga Alfândega de Porto Alegre, hoje Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre, unidade aduaneira integrante da estrutura da Secretaria da Receita Federal do Brasil, chefiada pelo Sr. Secretário, Dr. Jorge Rachid e subordinada à Superintendência Regional da Receita Federal no Rio Grande do Sul, a qual tem como Superintendente o Dr. Luiz Jair Cardoso.

Se antes tínhamos o contrabando de gado, de produtos agrícolas e até de escravos, hoje com o incremento do comércio exterior e da integração econômica entre os países, enfrentamos preocupações mais complexas como o narcotráfico, a biopirataria, a lavagem de dinheiro, a proteção aos direitos autorais e à propriedade industrial. Combatemos ainda o ingresso clandestino de armas e a concorrência desleal causada pela interposição fraudulenta de mercadorias estrangeiras, as quais afetam os setores produtivos da nossa economia, gerando desemprego e diminuição de renda.

Tínhamos noutros tempos uma guarda aduaneira, fardada e armada que patrulhava o cais do porto e as nossas fronteiras, agora utilizamos temos servidores capacitados e treinados para o uso de equipamentos de alta tecnologia, como notebooks,

scanners de bagagem e carga, aviões, helicópteros e lanchas, além de sistemas informatizados interligados, os quais instrumentalizam o controle e a fiscalização das operações do comércio internacional realizadas em nosso país.

A presente obra traz à luz um pouco da História Aduaneira, a partir do estudo de uma de suas unidades: Porto Alegre. Faz-se assim justa e merecida homenagem aos nossos antecessores, o que nos remete a uma reflexão sobre o que o futuro nos reserva e da importância estratégica dessa Instituição que há várias gerações exerce um papel relevante para a sociedade, para economia e para o Brasil.



*Paulo Roberto Cruz da Silva*

Inspetor-Chefe

Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre

## AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão pela oportunidade de contribuir para o resgate da história desta repartição, tão ligada que está às origens da cidade de Porto Alegre. Agradeço ao Inspetor Paulo Renato Trindade Valério pelo convite e incentivo à realização da pesquisa há cerca de três anos, bem como ao seu sucessor, Inspetor Paulo Roberto Cruz da Silva, por referendar a importância do trabalho, apoiando sua continuidade até a conclusão.

Pela atenta leitura e revisão agradeço ao professor e escritor Lourival Corrêa de Souza, amigo a quem devo o despertar pela busca do conhecimento.

Ao arqueólogo e amigo que coordenou a escavação na área da Alfândega, Alberto Tavares, pela troca de idéias e fontes. À bibliotecária Verônica Ezequiel, minha querida irmã, que também colaborou gratuitamente com a elaboração da Ficha Catalográfica. À Márcia Espig, minha esposa, pelo amor e paciência nos momentos difíceis desta trajetória.

Ao Sindireceita – Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil pelo patrocínio desta publicação, em especial ao seu Presidente, Paulo Antenor, pelo apoio.

Agradeço, por fim, a todos os colegas que acreditaram nesta realização e principalmente aos que contribuíram prestando informações, fazendo sugestões e demonstrando interesse pelo andamento do trabalho.

Márcio Ezequiel

## INTRODUÇÃO

Alfândega – o mais antigo estabelecimento tributário do mundo surgiu por volta de 2000 a.C.<sup>1</sup> O Imposto de Importação, conhecido desde a Antiguidade, era cobrado por gregos e romanos. Os povos do Oriente valiam-se também abundantemente desse tributo, decorrendo daí a etimologia árabe de palavras como “aduana”, “tarifa” e “fazenda”.<sup>2</sup> Semelhante caminho da semântica seguiu a própria palavra “alfândega”, advinda do grego *pandocheion*, que significa estalagem ou pousada, indicando os postos onde os comerciantes pagavam tributo. O termo passou ao árabe como *al-funduq* e em sua vertente hispânica como *al-fundaq*, chegando ao vocábulo como o conhecemos hoje.<sup>3</sup>

No inglês a palavra *Customs* teve origem diversa e mais recente. Derivou dos tributos alfandegários chamados na Idade Média de “costumes”, pela tradição de exigí-los sobre os que faziam o comércio para fora da Inglaterra, por mar ou por terra.<sup>4</sup>

Com o “descobrimento” do Brasil, logo saltou às vistas da Metrópole Portuguesa a possibilidade de garantir a sua participação nas riquezas extraídas. Assim, o primeiro tributo instituído no Brasil foi o “quinto do pau-brasil”. Cedo cobraria a mesma fração sobre as pedrarias e logo os “direitos alfandegários” incidiriam sobre toda mercadoria importada ou exportada, ainda que limitada pelo exclusivismo colonial.

O viés exploratório da arrecadação não foi privilégio da primeira fase da História do Brasil, tendo marcado seus excessos em diversos episódios como a Inconfidência Mineira e a Guerra

dos Farrapos. A partir da Abertura dos Portos e da Independência, os estabelecimentos alfandegários assumiram grande importância nas definições do espaço econômico do país então em formação. Ao longo dos séculos o processo de maturação do sistema tributário brasileiro seguiu em desenvolvimento e conhecer suas origens é passo importante para esse amadurecimento ainda hoje.

Nas longínquas terras do pampa rio-grandense a colonização foi tardia assim como sua organização tributário-alfandegária, que teve início no século XVIII. Na virada para os 1800 é que começa a se desenhar a possibilidade da criação de uma alfândega no sul do Brasil.

Da criação da Alfândega de Porto Alegre, mais tarde Inspetoria da Receita Federal, já se passaram dois séculos. Organizar essa História exigiu um esforço significativo de síntese e escolhas de tópicos a abordar. Tratamos de estudar uma unidade da rede arrecadatória, contextualizando-a com a história da cidade, do país e do mundo nos pontos de maior relevância. Não intentamos escrever um tratado econômico ou de política. Tampouco se tratou exclusivamente da constituição de espaços urbanos ou do estudo frio da arquitetura de prédios públicos. Buscamos antes lançar os fundamentos à memória de uma instituição composta por seu pessoal. Composta por nomes e rostos. Por certo não fizemos justiça a todos os que participaram desta história devido aos próprios limites do trabalho proposto. Foi-se há muito o tempo em que o historiador buscava a totalidade histórica. A seleção dos temas e o enfoque dado na escrita são fronteiras abertas na reconstrução do passado. Fronteiras estas que serão ora expandidas, ora recuadas ante a inclusão de novas evidências e conhecimentos. Muitos nomes foram citados. Muitas datas. Não atendemos à adulção despropositada, nem ao afago de vaidades. Coletamos antes alguns fatos e atos que resistiram às décadas e séculos de história do trabalho da repartição.

Ora tratamos com maior fluidez e velocidade a cronologia histórica, ora aproximamos a lupa com mais atenção em busca de pormenores de maior significado, trazendo às páginas do presente volume variados *flashes* do cotidiano destes servidores que fizeram e fazem a História da Alfândega de Porto Alegre.

# **Alfândega de Porto Alegre**

## **PARTE 1**

---

**Das lonjuras dos Setecentos: A cidade e a Alfândega**

**Estrutura Fazendária em um Rio Grande em formação**

**A criação da Alfândega de Porto Alegre**

**O início dos trabalhos**

**O Trapiche**

**Equilíbrio das contas e consolidação**

**Notas**

## DAS LONJURAS DOS SETECENTOS: A CIDADE E A ALFÂNDEGA

“É sempre bom lembrar coisas passadas.  
Rever os lampiões, os ancestrais.  
Singrando o Guaíba apareceram  
Os velhos fundadores coloniais.

Chegaram tão alegres,  
Alegres por demais  
Fundaram este porto dos casais.”

*Jaime Lengoy.*  
Porto dos Casais.

A história da Alfândega de Porto Alegre inicia com a história da cidade. Cidade que nasce a partir de um porto. Em 1740 com a doação da sesmaria a Jerônimo de Ornelas, que já estava estabelecido na região desde 1732, teve início a ocupação oficial da futura cidade, sob o nome de Porto do Dorneles, ou seja “de Ornelas” sincopado.

Em seguida, em meados daquele século, ofereceu-se aos casais açorianos que vinham povoar a região das Missões Jesuíticas o excelente ponto situado às margens do Guaíba, devido à Guerra Guaranítica na dita região. Não se sabe se ficaram tão alegres quanto na canção epigrafada acima, o certo é que emprestaram nome ao povoado: Porto de São Francisco dos Casais, passando a partir de 1752 a chamar-se apenas Porto dos Casais. Para atendê-los erigiu-se em 1753 a Capela de São Francisco das Chagas nas

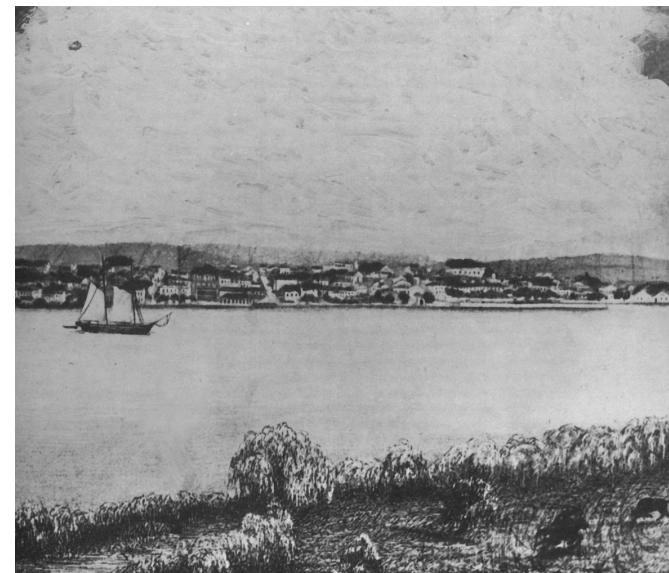
imediatamente do que mais tarde seria a Rua da Praia, à altura do Edifício Imperial.<sup>5</sup>

Governando a Capitania que tardivamente se estabelecia no sul do Brasil estava Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda. Ele veio de Portugal, disfarçado, após um incidente militar, sob a proteção de um novo nome: José Marcelino de Figueiredo. Sepúlveda emancipou a próspera localidade da subordinação a Viamão, elevando-a à categoria de Freguesia em 26 de março de 1772, data oficial da cidade.<sup>6</sup> No mesmo ano designou o Capitão Alexandre José Montanha para fazer a demarcação das terras desapropriadas da antiga sesmaria de Ornelas, a distribuir entre os açorianos. Os ilhéus, há cerca de duas décadas, aguardavam providências sob provisória instalação, sem a respectiva documentação que lhes regulamentasse a posse. Com tal demarcação seriam delineadas as primeiras ruas da cidade. O espaço delimitado pela *Costa do Rio*, como era chamada a margem na época, bem como pelas atuais ruas General Câmara, Caldas Júnior e dos Andradadas, foi indicado como estando vago no levantamento do Capitão Montanha. Ali se instalaram quitandeiros dando início a um mercado miúdo de frutas e mercadorias que vinham do interior do Continente\*, passando a chamar-se de Largo da Quitanda. Este foi o espaço embrionário do que mais tarde ficaria conhecido como Praça da Alfândega.<sup>7</sup>

Não deve o leitor imaginar o local em seu desenho atual, pois se tratava de terreno baixo e alagadiço, cheio de macegas e aguapés, anterior aos sucessivos processos de urbanização da praça e aos aterros que tomariam espaço às águas do Guaíba. Nesta época o rio quase alcançava a Rua da Praia. Possivelmente pouco diferisse da margem oposta, na ilha que fica defronte ao portão do atual cais.<sup>8</sup> A praça tratava-se de terreno não edificado, correspondendo a pouco mais que a metade do logradouro hoje.

\* Como era chamado o Rio Grande do Sul na época.

O povoado cresceu a tal ponto que Sepúlveda transferiu a capital para o Porto dos Casais.<sup>9</sup> A primeira capital do Rio Grande do Sul foi a cidade de Rio Grande, de 1737 a 1763, quando, acuada pela invasão espanhola, passou por Rio Pardo e Viamão para definitivamente instalar-se em 1773 em Porto Alegre, sob o atual nome.<sup>10</sup>



Excerto de Gravura de Porto Alegre vista do outro lado do Guaíba. Meados do século XIX. Autor: Auguste Albert Georges Sauvage. Portfolio Porto Alegre Antigo. Disponível na Biblioteca Pública do Estado do RS.

Assim nascia e se expandia Porto Alegre – de povoado a freguesia: ocupação portuguesa, povoação açoriana, igreja, praça e comércio. Logo seriam despertados os interesses tributários da Coroa Portuguesa.

## ESTRUTURA FAZENDÁRIA EM UM RIO GRANDE EM FORMAÇÃO

“O contrabando, juntamente com a guerra do sul, foi o grande dreno de recursos da colônia no final do século XVIII, razão pela qual a administração alfandegária assumia singular importância à época.”

Arno Wehling  
História Administrativa do Brasil.

Dentre as mais antigas estruturas administrativas instaladas no Rio Grande do Sul está a Fazendária. A seguir vamos destacar alguns pontos que antecedem à criação da Alfândega no sul do Brasil que nos ajudam a compreender o contexto de sua formação.

O Rio Grande do Sul tem o alvorecer de sua história marcado pelos conflitos de fronteira. Tanto portugueses quanto espanhóis tinham interesse naquele espaço localizado entre a Banda Oriental do Rio Uruguai e o Brasil. Tantos foram os avanços e recuos nessa área de fronteira móvel que por pouco o território brasileiro não se estendeu até a costa do Rio da Prata. Primeiramente os espanhóis anexaram os pagos ao sul da cidade do Rio Grande aos seus domínios entre 1763 e 1777 conforme já mencionamos. Mais tarde as terras que hoje correspondem à República Oriental do Uruguai chegaram a ser anexadas ao Brasil, entre 1820 e 1828, formando a pouco duradoura Província Cisplatina, que poderia ter sido mais um estado brasileiro.

O primeiro interesse que motivou a ocupação do Rio Grande do Sul foi militar e estratégico. De *Comandância Militar*, desde

1738 vinculada à Santa Catarina e subordinada ao Rio de Janeiro, passou a *Capitania* em 1760, encerrando o vínculo com a primeira e mantendo a subordinação à segunda. Em 1807/9 passa a *Capitania Geral* de São Pedro, subordinando-se diretamente ao vice-rei do Brasil. Com a Independência do Brasil as Capitanias passaram a *Províncias* assim como mais tarde passariam a constituir os *Estados Federados* com a Proclamação da República.

Desde o princípio, o aparato militar empregado na expansão e manutenção do território ocupado consumia recursos em nome de uma soberania que se afirmava na demarcação de terras. O financiamento e a administração de tais recursos logo demandaram o engendrar de uma estrutura fazendária para a recém criada Comandância.

As funções fazendárias começaram a ser exercidas por um *Comissariado de Mostra* como então fora chamado. O comissário desempenhava, além do encargo militar, o registro fazendário.<sup>11</sup>

A Comandância cresceria com uma população armada, fazendo-se necessária a instalação do primeiro órgão fazendário do Rio Grande em formação: a *Provedoria da Real Fazenda*, que foi criada em 1749. A partir desse momento podemos falar em um estabelecimento fazendário e administrativo que se antecipou em uma década à própria organização política que só seria realizada com a elevação a *Capitania*<sup>12</sup>, já citada.

Neste período de dominação instável da região, estabeleceram-se os *registros*\* em pontos estratégicos como: Viamão, Torres e Santa Vitória. Em tais estabelecimentos fazia-se a cobrança dos tributos na passagem das tropas de animais que seguiam para abastecer a zona mineradora.<sup>13</sup>

---

\* Repartições encarregadas de tarefas de fiscalização e por vezes de arrecadação nas vias de comunicações, instaladas à margem dos rios ou nas estradas. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/ SRF/historia/registrosfiscais.htm>>. Acesso em 09/10/2005.

O *provedor* da fazenda real administrava os contratos de arrematação da arrecadação local. Eram trienais, lançados por edital em praça pública e arrematados pelo melhor ofertante em pregão.<sup>14</sup> Caso não houvesse arrematante interessado, só então lançava-se mão de funcionários reais.<sup>15</sup> Visava-se à redução dos custos e riscos, arcados pelo contratante, responsável direto pela arrecadação. O valor devido à Fazenda Real era fixo e independente do montante efetivamente arrecadado.<sup>16</sup> Este sistema tinha em seu cerne um mecanismo autodestrutivo: o conflito de interesses públicos com privados. A terceirização das funções públicas andava de braços dados com a acumulação indevida de riqueza. Os arrecadadores de impostos eram em geral ricos negociantes que possuíam a monta necessária ao arremate e o desejo de aumentar seus patrimônios pessoais. Quanto maior o empenho na arrecadação maior seria o seu lucro, sem a contrapartida para os cofres públicos. A consequência imediata era o descontentamento dos colonos, sentindo-se sobrecarregados. Por outro lado, tais arrecadadores eram igualmente contribuintes ante o Reino e ironicamente não era incomum sua inadimplência ao final dos três anos contratados.\*

Nas primeiras décadas do período colonial, a autoridade suprema da Fazenda era o *Provedor-mor*, ao qual se subordinavam os provedores parciais em cada Capitania. Em decorrência das reformas propostas pelo Marquês de Pombal, criou-se o Erário Régio em 1761, ao qual se subordinariam as Juntas da Fazenda, buscando maior centralização da administração fazendária.<sup>17</sup> As Juntas da Fazenda eram, portanto, independentes entre si, e suas principais atribuições eram organizar e efetuar o pagamento das folhas civil, militar e eclesiástica e demais despesas públicas; arre-

cadar e administrar as receitas reais. Faziam ainda a superintendência da tesouraria geral, da contadoria e das alfândegas.

Em 1774 tentou-se implementar a Junta da Fazenda Real na Capitania de São Pedro ainda que não se tivesse abolido a Provedoria, apenas a subordinando ao novo órgão. Este funcionou precariamente até 1780 quando a antiga Provedoria restaurou suas atribuições, o que perduraria até 1802 com a extinção definitiva da mesma e a criação da nova Junta da Fazenda. O processo de estruturação fazendária no Rio Grande do Sul, como observou a historiadora Márcia Miranda, reflete a progressiva integração da Capitania à economia colonial.<sup>18</sup>

O gado, principal riqueza da região, era controlado e vigiado buscando evitar perdas através do usual contrabando existente na zona fronteiriça. A partir de 1777 estabeleceram-se os Campos Neutrais, separando os domínios portugueses e espanhóis. Seria uma espécie de zona neutra, como o próprio nome indica, localizada na faixa entre a Lagoa Mangueira, a Lagoa Mirim e a costa marítima. O problema foi que a partir da década seguinte aumentou o contrabando do gado justamente nessa área sem domínio definido. Aproveitando-se de um momento de crise portuguesa – decadência das minas, morte de D. José e queda de Pombal – os espanhóis arrebanharam através do Tratado de Santo Ildefonso a região de Sacramento e das Missões, esta última permanecendo sob seu domínio até 1801 quando seria retomada sob o comando de Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto. Pedroso era estancieiro e soldado, e Borges do Canto era desertor dos Dragões e conhecido contrabandista, o que demonstra a variedade de grupos interessados na ampliação do território aos portugueses.

O período de paz que se estabeleceu neste último quartel do século XVIII propiciou o desenvolvimento econômico através da introdução da produção do charque. Este incremento da pecuária sulina foi responsável pelo fortalecimento da camada

---

\* Um exemplo clássico desta dubiedade pode ser encontrado na delação de Joaquim Silvério dos Reis que entregou o movimento no qual participou Tiradentes com vistas à anistia de suas dívidas como arrematante.

senhorial como patriarcal e militarizada, ganhando força política no tratamento com a Coroa.<sup>19</sup>

A carne-seca para alimentar a escravaria do país enriqueceu também os senhores de terra e proprietários do gado que se apropriavam de grandes extensões fundiárias. Para garantir a posse do território a Coroa transigia, concedendo relativa autonomia ao poder local abastecido pelo lucrativo contrabando do gado no Prata.

O poder dos estancieiros e charqueadores, na maioria das vezes usado em proveito próprio, era contrário ao comando que representava os interesses da Metrópole na Capitania. Entretanto, a importância estratégica do estancieiro-soldado era tal que a Coroa legitimou-lhes o poder distribuindo cargos e tarefas.<sup>20</sup>

Uma das finalidades da instalação da Junta da Fazenda no Rio Grande do Sul era controlar as despesas realizadas com as forças militares empenhadas em garantir a reconquista das Missões em 1801.<sup>21</sup>

Ao instalar-se a Junta, a primeira providência tomada seria a verificação das condições em que se encontrava a Fazenda. Este levantamento dos saldos provenientes dos Direitos e Rendas arrecadados pela antiga Provedoria foi tarefa complicada, pois não havia livros de registros referentes à arrecadação, nem controle dos arrematadores. A administração financeira e a reorganização fazendária seria a missão da Junta da Fazenda.<sup>22</sup>

A estrutura do órgão fazendário seguiria o modelo adotado nas demais Capitanias subdividida em alfândegas, casas de trem e intendência da marinha.<sup>23</sup> Este processo culminaria na criação de alfândegas como a de Porto Alegre e Rio Grande no início do século XIX como veremos adiante.

A já citada primeira tentativa de criação da Junta da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro em 1774 tinha seu enfoque arrecadador voltado para a subsistência das tropas nas campanhas, fornecendo soldo, fardamento e munições.<sup>24</sup> Com o aprí-

moramento da indústria do gado através do preparo do charque e o beneficiamento do couro o foco passava a ser comercial. Teve início a arrecadação do quinto do couro em espécie, retirando-se um em cada lote de cinco para a Coroa.<sup>25</sup>

Ao longo do período colonial a Fazenda apresentou várias reestruturações com a criação e extinção de diversas ramificações e órgãos. Isto se deveu ao esforço pela racionalização da estrutura fazendária na Colônia que derivou da política de reformas pombalinas.<sup>26</sup>

Neste período o modelo de Administração Fazendária estava transitando de um fiscalismo mercantilista, próprio do antigo regime, para um cartesianismo fazendário que buscava adequar-se às necessidades modernas da administração, segundo definiu Arno Wehling:

*Fiscalismo ou necessidade de aumentar a arrecadação face aos sempre crescentes compromissos do Estado – e cartesianismo fazendário - ou necessidade de racionalizar a administração econômica, para atingir as potencialidades fiscais da sociedade e corrigir os abusos mais crônicos, como a supertaxação, o peculato e a corrupção (...).<sup>27</sup>*

Tal esforço visava corrigir vários problemas na administração lusitana que prejudicavam não apenas a economia em Portugal como nas suas colônias: justaposição de órgãos e funções, injustiça e ineficiência na arrecadação de impostos, criação de despesas sem a correspondente previsão de recursos para atendê-las, fragmentação da informação fiscal de modo que se desconhecia inclusive o montante da arrecadação e das despesas públicas.

Os recursos oriundos do Brasil começavam a escassear com o declínio da mineração, comprometendo os gastos sempre crescentes com o funcionalismo, obras públicas e a manutenção das tropas empenhadas nos conflitos de demarcação das fronteiras meridionais da colônia.<sup>28</sup>

Uma vez que o Rio Grande do Sul integrou-se tardivamente ao Brasil colonial, além de permanecer por longa data como fornecedor subsidiário nos quadros do modelo econômico adotado, os reflexos das reformas pombalinas fizeram-se extemporâneos também à Fazenda no local: a extinção da Provedoria, a criação da Junta da Fazenda Real e o estabelecimento de alfândegas.<sup>29</sup>

## A CRIAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE

“Olho o mapa da cidade como quem examinasse um corpo...  
Sinto uma dor esquisita das ruas de Porto Alegre  
onde jamais passarei ...”

*Mário Quintana*  
O mapa

Cerca de quatro anos se passaram entre a proposta de criação de repartições alfandegárias no sul do Brasil e sua concreta instalação. Através da Carta Régia da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 15 de julho de 1800<sup>30</sup>, ordenava-se ao vice-rei do Estado do Brasil que fornecesse as informações necessárias para o estabelecimento de uma alfândega no Rio Grande de São Pedro ou na Ilha de Santa Catarina, onde achasse mais conveniente. Neste período houve ainda a troca do vice-rei, assumindo Dom Fernando José de Portugal a quem caberia executar a ordem. Deveria providenciar um regulamento interino para a nova casa, que poderia a princípio ser o mesmo da Alfândega do Rio de Janeiro, bem como a nomeação de um Juiz – o chefe da repartição no período colonial.<sup>31</sup> O nome do indicado para o cargo foi conhecido antes ainda da criação do novo órgão fiscalizador.

Escolhido para a tarefa de inaugurar e comandar a Alfândega no sul do Brasil, José Feliciano Fernandes Pinheiro estava em Lisboa após a conclusão de seus estudos de Direito. Naquela

época a elite colonial mandava seus filhos à Metrópole para prepará-los para ingressarem nos quadros da nova burocracia colonial. Ilustravam-se segundo os moldes pombalinos, que, antes de questionar a política absolutista, reforçava-a. Era o chamado despotismo esclarecido. Portugal tratava de preparar os futuros administradores do Brasil caso a independência se tornasse inevitável, como de fato ocorreu. A esta elite política caberia posteriormente a tarefa de reorganizar o Brasil independente, adaptando o liberalismo europeu ao escravismo brasileiro. Fernandes Pinheiro foi provido de um cargo temporário que assumiria tão logo voltasse ao Brasil. Declarou sobre o assunto:

*para segurar minha subsistência enquanto não fosse criada aquela alfândega, fui despachado por Decreto de 1º. de Junho de 1801 Auditor de todos os Regimentos da mesma Capitania do Rio Grande.<sup>32</sup>*

**José Feliciano Fernandes Pinheiro  
Visconde de São Leopoldo – (1774-1847)<sup>33</sup>**



Nascido na vila de Santos, em São Paulo, Fernandes Pinheiro era filho de um abastado comerciante português que

teve condições de enviá-lo para Coimbra entre 1792 e 1801 para estudar. Quando o pai morreu já estava em declínio a fortuna da família, deixando-lhe somente o suficiente para cursar o direito canônico, desejo de sua mãe. Preferiu, entretanto, a carreira da magistratura à vida eclesiástica. Após a graduação em 1798, José Feliciano dirigiu-se a Lisboa em busca do que o destino lhe reservasse. Lá enfrentou um período de dificuldades e amargura. Trabalhava de tradutor do francês e inglês, mantendo-se com parcos recursos quando foi chamado em 1801 para ser o Juiz das Alfândegas no sul do Brasil, cargo que ocupou em duas circunstâncias: 1804 a 1823; e entre 1835 a 1838 intercalando com inspetores interinos por problemas de saúde e perseguição política.

José Feliciano apoiou a revolução constitucionalista do Porto (Portugal – 1820) sendo eleito deputado das cortes portuguesas por Rio Grande e São Paulo, optando por representar seus concidadãos paulistas. Após o “fico” de D. Pedro e a decisão da elite local pela independência e apesar de voltar desavisado de Portugal soube prestar suas escusas ao imperador, o que lhe valeu o posto de presidente da província. Em 08 de março de 1824 tornou-se o primeiro governante empossado do Rio Grande de São Pedro pós-independência do Brasil. Em 1825 foi nomeado para o Conselho Imperial e recebeu o título de Visconde de São Leopoldo em virtude da bem sucedida instalação dos colonos alemães na localidade de mesmo nome. No ano seguinte, nos últimos meses de seu governo na província, inaugurou ainda o Hospital de Caridade, que depois passa a ser a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Entregou o governo por ter sido nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Erudito que era, Fernandes Pinheiro é considerado por muitos o pai da historiografia gaúcha, uma vez que foi de sua autoria a obra *Anais da Capitania de São Pedro*, primeiro trabalho

histórico escrito à luz de documentos científicamente citados. Sua primeira edição é de 1819, sendo relançado pelo autor duas décadas depois sob o novo título de *Anais da Província de São Pedro*. Sua veia de historiador o levou a ser ainda um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838.

Em 09 de maio de 1844 no dia em que se tornava setuagenário registrou em suas Memórias: “Depois de longa ausência achando-me hoje rodeado de toda minha família, todos nós em perfeita saúde, reinando paz e contentamento, que não foi perturbado por alguma aflição ou desgosto, passamos o dia em satisfação... Louvado sejais, bom Deus, pelas vossas infinitas misericórdias para comigo!” Com esse espírito falecia em 1847 no Solar dos Câmara em Porto Alegre, que mandara construir em 1818, indo descansar no Cemitério da Santa Casa.

Como não houve pronta resposta do vice-rei à Carta Régia de 1800, o ex-Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, já como responsável pelo Real Erário, escreveu uma segunda carta ao mesmo representante da Corte no Brasil. Possivelmente sob o ímpeto arrecadatório, o Presidente do Real Erário exigia do vice-rei e da Junta da Fazenda Real no Rio de Janeiro resposta sobre as indagações requeridas pelo recém-nomeado juiz da futura alfândega. Fernandes Pinheiro solicitara que se lhe providenciassem informações sobre o melhor lugar para a instalação da alfândega e sobre os cargos que seriam criados.<sup>34</sup>

No final daquele ano, Fernandes Pinheiro retornou da Metrópole ainda sem saber se deveria rumar para o Rio Grande de São Pedro ou para a Ilha de Santa Catarina. Dirigiu-se inicialmente ao Rio de Janeiro a fim de receber as devidas instruções do vice-rei.<sup>35</sup> Após algumas conferências com o mesmo, apercebida-se dos melindres burocráticos e políticos que envolveriam a realização de sua tarefa:

(...) por ofício do Exmo. vice-rei do Estado de 14 de abril deste ano [1802] me foi participado que não era possível cumprir a Carta Régia de 15 de julho de 1800 por várias dívidas que ocorriam consistindo a mais essencial em saber de que fazendas e gêneros se deviam pagar os direitos.<sup>36</sup>

O fato é que o vice-rei Fernando José de Portugal era primeiramente contrário à instalação de uma alfândega no sul do Brasil. Quanto à Ilha de Santa Catarina, alegava que a situação econômica e o comércio eram ainda muito precários na região e as poucas embarcações que chegavam e saíam de seu belo porto navegavam vazias por conta de não haver ali consumo certo para os gêneros e fazendas. O soldo das tropas estava atrasado e, além disso, a pouca força disponível para o trabalho na agricultura não produzia mais do que para a subsistência local. Já no que se referia ao Rio Grande de São Pedro, o vice-rei em certa medida admitia o potencial para instalação, pois ali havia bastante gado, do qual se produzia a carne-seca e o couro. A produção de trigo também era significativa, principalmente por parte dos açorianos, sendo comercializado em abundância para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Entretanto José de Portugal argumentava que os gêneros não vinham diretamente da Metrópole para o sul do Brasil. Primeiro davam entrada na Alfândega do Rio de Janeiro, sendo depois transportados em embarcações menores que mais facilmente enfrentavam as dificuldades de naveabilidade na barra do Rio Grande.<sup>37</sup> O ponto em questão é que o vice-rei saía em defesa desses negociantes de transporte, cuja atividade seria prejudicada caso houvesse comércio direto do sul com a Metrópole.

O Chanceler da Relação do Estado do Brasil, Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, pensava diferente, sendo favorável ao estabelecimento da alfândega. Para ele, o fato de não haver comércio direto com o sul não impedia que esta praça se tornasse atrativa, sendo os direitos cobrados mais favoráveis aos comerciantes, ainda que transportados em embarcações de pequeno

porte. Concordava que seria pouco útil instituí-la em Santa Catarina enquanto lá não se desenvolvesse o comércio, e que não deveriam ser cobrados direitos sobre os gêneros uma segunda vez no Rio Grande após terem sido pagos na chamada Alfândega do Brasil (Rio de Janeiro), o que faria subir os preços excessivamente no mercado. No seu entendimento era claro também que, quando se fixasse o comércio direto entre Portugal e a Capitania de São Pedro, diminuiriam os rendimentos da Alfândega do Rio de Janeiro. Para o Chanceler precisava ser levado em conta o posicionamento da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, que também havia sido consultada, a fim de que os direitos que seriam cobrados não desanimassem a importação e a exportação do Continente de São Pedro. Sugeria que não seria necessário fazer logo um grande estabelecimento de alfândega, devendo regular-se em proporção do manejo que poderia ter, e posteriormente, se fosse o caso, ampliaria o mesmo conforme o crescimento da demanda dos despachos. Em suma Luís Beltrão era favorável ao estabelecimento de uma alfândega em Porto Alegre com pontos de arrecadação em Rio Grande e Santa Catarina:

*A respeito do local para o estabelecimento da alfândega conformo-me em que seja na vila de Porto Alegre pela razão ponderada no parágrafo, mas lembro, que também deve haver outra forma de arrecadação na vila de São Pedro para as embarcações que ali aportarem semelhante a que se estabelecer na Ilha de Santa Catarina, para se evitar a fraude dos direitos e se fixar a igualdade que deve haver no comércio para com aquele Continente.<sup>38</sup>*

Ansiosamente Fernandes Pinheiro esperava o encaminhamento e as ordens do vice-rei. Sabia que o nobre administrador poderia resolver prontamente suas dificuldades, eliminando os entraves contra os quais há dois anos lutava o estabelecimento em gestação. Asseverava que ainda que se revogasse o plano de criar a alfândega, Sua Alteza Real não o deixaria desamparado naquela que era a mais remota das colônias do Brasil. Com audá-

cia de quem talvez pressentisse a importância que teria na história administrativa local, lembrava que estava ali à custa de inúmeras despesas e incômodos pessoais e que se não houvesse outra maneira aceitaria ser recompensado com outro cargo.<sup>39</sup>

As autoridades acabaram decidindo-se sobre o local para sediar a nova alfândega. O Chanceler expôs o seguinte:

*(...) não houve dúvida com efeito sobre o lugar do novo estabelecimento, e teve preferência o Rio-Grande \*: a vastidão do seu país, a riqueza de sua exportação e importação falavam a seu favor.<sup>40</sup>*

O vice-rei, a seu turno, colocava por fim que, caso sua posição contrária à criação não fosse levada em consideração, a alfândega deveria fixar-se em Porto Alegre, porque ali atracava a maior parte das embarcações que passavam pela barra do Rio Grande e era onde o comércio girava com maior força.<sup>41</sup>

A controvérsia não estava restrita à administração portuguesa. Estava fundeada entre os comerciantes da colônia. Havia grupos contrários a que a alfândega se fixasse no sul. Fernandes Pinheiro nos esclareceu o que ocorria:

*(...) a criação da alfândega no Rio Grande ia de encontro aos interesses da Praça do Rio; os negociantes desta acostumados a olharem os do Rio Grande como seus caixeiros, e o Rio Grande como uma colônia para onde remetiam o sobrejo dos seus gêneros e fazendas e até contrabandos, porque a entrada ou importação aqui era franca, e sem Estação que fiscalizasse, pronunciaram-se na mais decidida oposição(...).<sup>42</sup>*

Além dos comerciantes no grupo dos descontentes estavam os empregados da Alfândega do Rio de Janeiro. Por que

---

\* Refere-se à Capitania do Rio Grande de São Pedro.

estes estariam contrários ao estabelecimento de uma repartição correlata à sua, tão distante de sua cidade? Seria o gérmen do que hoje chamamos de guerra fiscal entre os estados. De acordo com Fernandes Pinheiro:

(...) receavam e anteviam diminuição nos seus réditos, levantou-se um partido tão forte, que afincadamente e por todos os meios e pretextos impugnou até na ocasião em que por ordem terminante do Ministério da Fazenda se executou em 1804 (...).<sup>43</sup>

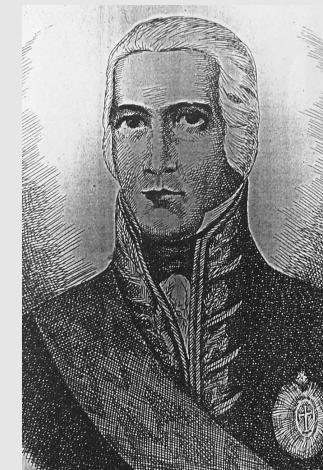
O vice-rei deu posse então a José Feliciano Fernandes Pinheiro como Auditor das Tropas do Continente do Rio Grande, concedendo-lhe um soldo a fim de que se mantivesse. Para tanto deveria dirigir-se para o sul, conforme já esboçava desejo. Antes, porém, em abril de 1802 solicitou quatro meses de licença para visitar sua terra natal, Santos.<sup>44</sup>

Foi neste mesmo mês que o juiz da alfândega encaminhou ao vice-rei sua proposta de pauta dos gêneros a serem tributados: açúcar, aguardente, arroz, tabaco e escravos, que segundo o mesmo já concorreriam para equilibrar a receita com a despesa do Continente. Relacionava também os oficiais que julgava necessário. Além do cargo de Juiz, para o qual ele próprio fora nomeado, Fernandes Pinheiro solicitava a contratação de um Escrivão da Mesa Grande, que pela prática necessária na escrituração sugeria fosse recrutado dentre os oficiais da Alfândega do Rio. Um Tesoureiro, um Escrivão da Mesa da Abertura, um Guarda-Mor, um Porteiro, um Meirinho e seis Guardas de Número,<sup>45</sup> cujas atribuições trataremos mais adiante.

Assim como Fernandes Pinheiro, outro ardoroso defensor da instalação da alfândega foi o governador Paulo José da Silva Gama. Em meados de 1802 ele trouxe pessoalmente carta régia de Lisboa ao Rio de Janeiro referente ao assunto. Procurou o vice-rei solicitando cópia das Instruções da Junta da Fazenda e Pauta da Alfândega daquela cidade para estabelecer uma Junta da

Fazenda na Capitania de Rio Grande de São Pedro e estudar como seria a pauta da nova repartição - informações a que teve pronto acesso.<sup>46</sup> Foram-lhe encaminhados também os votos do vice-rei e do chanceler para que ele ponderasse sobre o local para a instalação da alfândega.<sup>47</sup> Ainda em 1802, Paulo Gama noticiava em carta a Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que estava procedendo em averiguações dentre negociantes e pessoas inteligentes sobre o comércio do chamado Continente de São Pedro, de tal modo que estava convencido de que seria bem sucedido e de utilidade à Real Fazenda o estabelecimento da repartição.<sup>48</sup>

**Paulo José da Silva Gama**  
**Barão de Bagé**<sup>49</sup>



A Paulo José da Silva Gama, último governador de Rio Grande de São Pedro antes de sua elevação à Capitania-Geral, coube a criação da Alfândega de Porto Alegre. Nascido em meados do século XVIII no Rio de Janeiro, foi nomeado para o governo em 1802, tomando posse em Porto Alegre em 1803,

onde governou até 1809. Comandou também o Maranhão.

Além do destaque no terreno militar, tomou acertadas providências no plano administrativo. Sob os auspícios de seu governo teve início o funcionamento da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, órgão destinado a substituir a antiga Provedoria Real, feito que contou com a colaboração de José Fernandes Pinheiro.

Preocupava-lhe o crescente contrabando que tanto minava o desenvolvimento da região. A produção rio-grandense de charque estava sendo cada vez mais prejudicada pelos correntes do Prata que atravessavam a fronteira ludibriando a parca fiscalização da época. Para além do recurso policial, entendeu ser necessário o revigoramento da aparelhagem fiscal.

Intensificou a navegação interior e melhorou as condições de navegabilidade da Barra de Rio Grande franqueando a navios de maior calado, fez aumentar o tráfego de mercadorias. Destacou-se também por seu esforço pela educação propondo o estudo da matemática e da gramática portuguesa e da francesa em Porto Alegre, em contraponto ao latim em voga naquele tempo. Incentivou o teatro reformando a Casa da Ópera, único palco então existente na cidade.

Sob seu governo foi comunicada ao Rio Grande do Sul a Abertura dos Portos do Brasil ao comércio exterior. Foi responsável ainda pela doação à Câmara Municipal da área que mais tarde constituiria o Parque Farroupilha (Redenção).

Faleceu em 22 de março de 1826.

Em 07 de maio de 1803, foi dirigido a Paulo da Silva Gama um ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda ordenando a instalação de uma alfândega na Capitania de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina. Enquanto não se estabelecesse formalmente na Capitania, deveria cobrar os direitos reais sobre

diversos gêneros e para tanto nomear os oficiais que julgasse necessário.<sup>50</sup> Embora Paulo Gama afirmasse que o mesmo ofício só lhe chegara em mãos a 04 de abril de 1804, já possuía um plano para o estabelecimento da repartição naquele mesmo mês de 1803. Para o governante da Capitania a dita criação era imprescindível e deveria ser executada o quanto antes.

*Para informar sobre o local para o estabelecimento da nova alfândega, sua taxação e variação diferente das alfândegas das outras Capitanias da América, diligenciei quanto me foi possível e cabem nos meus fracos talentos, dar a V. Exa. uma verídica informação, mostrando o muito que será útil à Fazenda Real, o estabelecimento da alfândega nesta Capitania sem que de modo algum seja oneroso ao comércio; igualmente digo, às classes e número de oficiais que julgo serem presentemente necessários até que o aumento do comércio exija outras classes de oficiais tendo em vista a economia da Real Fazenda e o bem público.<sup>51</sup>*

O vice-rei, entretanto, não facilitava a instalação. Em meados de 1804, Dom Fernando de Portugal cobrava do governador não ter sido informado de nenhuma de suas idéias a fim de avaliar se “podia resultar algum inconveniente e prejuízo ao comércio ou aos Reais interesses” e acrescentava que nenhum retorno havia recebido desde a visita do governante dois anos antes.<sup>52</sup>

Devido à falta de uma metodologia de previsão da arrecadação na Capitania da época, Paulo Gama não dispunha de todos os mapas demonstrativos da importação e exportação locais para embasar seus argumentos favoráveis à criação da alfândega. Consciente de que seria tarefa hercúlea a busca desses dados nos livros de cada comerciante, empregou com desenvoltura um estratagema mais acurado: lançou mão de registros de 1800 de que dispunha, empreendendo projeções e cálculos do potencial arrecadatório da futura repartição. Pôde então assegurar ao vice-rei que no ano de 1802 houve praticamente o dobro da movi-

mentação comercial de 1800, apontando assim a utilidade que resultaria do estabelecimento da nova alfândega.<sup>53</sup>

A dificuldade de comunicação entre a Capital da Colônia e as Capitanias era tal que as decisões acabavam proteladas dado o desencontro de informações e comandos. A morosidade do correio era inclusive uma das queixas de Paulo Gama:

*Não posso dispensar de pôr na presença de V. Exa. o pouco cuidado que o correio do Rio de Janeiro tem de me remeter as cartas de serviço que de Lisboa lhe são enviadas para esta Capitania, pois há entre as ordens que tenho recebido alguns [sic] com a demora de 5 meses desde a sua entrega no correio do Rio de Janeiro até que cheguem a este porto, quando daquela para este quase todas as semanas saem embarcações e nenhuma chega a gastar um mês na viagem, por mais cumprida [sic] que seja.*<sup>54</sup>

Tal solicitação adquire maior significado ao constatarmos que desde 1798 os correios interiores do Brasil estavam a cargo da Fazenda Real. Ao administrador do Correio cabia receber dos mestres das embarcações as malas com a correspondência, atestando seu recebimento, bem como pesar e cobrar o porte da correspondência que saía da Capitania. Tais rendimentos eram posteriormente informados à Secretaria de Estado da Marinha e ao Real Erário. Posteriormente a situação mudaria. Com a criação das Juntas da Fazenda os correios ficariam por estas regulados, sob o controle do governador.<sup>55</sup>

A despeito dos percalços e contratemplos, não nos resta dúvida sobre os esforços empreendidos pelo governador para o estabelecimento da alfândega. Argumentando em defesa da criação da mesma, Paulo Gama expunha que a distância entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande de São Pedro redundava em prejuízos pela demora em fazer chegar os direitos à Real Fazenda:

*(...) o que se poderia evitar sendo do agrado de Sua Alteza Real, que tendo formado a pauta, e sua taxação na Junta*

*da Fazenda da própria Capitania, se nomeassem os oficiais mais preciosos, para servirem e receber interinamente os direitos de alguns gêneros, que me parece não haverá dúvida de lhe serem postos, como são: tabaco, açúcar, aguardente, vinho e pretos que sendo os primeiros gêneros de luxo, a maior parte de todos não ficam no país.*<sup>56</sup>

Manoel Antonio de Magalhães, administrador dos contratos do quinto, do dízimo e munício das tropas de toda a Capitania, escreveu o famoso Almanaque da Vila de Porto Alegre em 1808, texto em que demonstrava sua preocupação com a arrecadação da Coroa e o aperfeiçoamento na cobrança dos tributos. Ele nos conta sobre os oposicionistas à formação da alfândega, dando exemplo contrastante de seu apoio à criação do órgão:

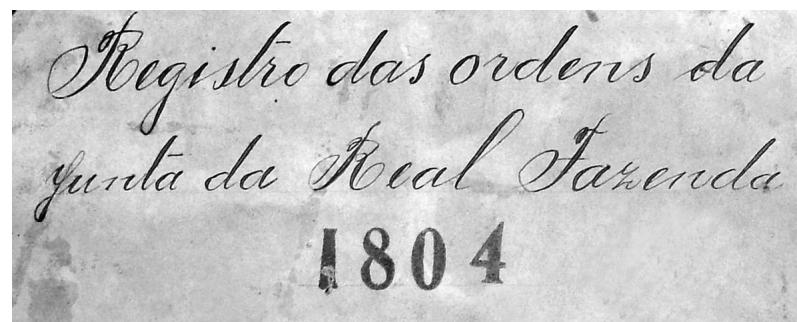
*(...) em 1803, querendo o meu governador em consequência da carta régia, estabelecer a alfândega nesta Capitania, e querendo alguns gênios orgulhosos requerer contra esse tão útil e preciso estabelecimento, eu não só lhe fiz ver a necessidade que havia dele, pelas poucas rendas da Capitania, mas ofereci o meu escaler gratuitamente para o serviço da mesma alfândega, que me foi aceito.*<sup>57</sup>

A provedoria real recebeu novo regulamento em 1802 passando a chamar-se Junta da Fazenda Real. No mesmo ano foi abolida a provedoria privativa instalada na Vila de São Pedro (cidade de Rio Grande), posto que seria substituída pela Junta da Fazenda.<sup>58</sup> A nova instalação deu-se em Porto Alegre em 1803 no Palácio do Governo em reunião na qual tomaram parte, além de Paulo Gama, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o intendente da marinha Agostinho Antônio de Faria, o deputado e escrivão Antônio Caetano da Silva, todos integrando o quadro com que a repartição começou a funcionar.<sup>59</sup>

Paulo da Gama solicitou mais de uma vez entre abril e maio de 1804 as informações econômicas e políticas necessárias

para o estabelecimento da alfândega na Ilha de Santa Catarina ao vice-rei.<sup>60</sup> Como esta era subordinada à Capitania do Rio de Janeiro foi-lhe negado o pedido sob a alegação de que não era interesse de Sua Alteza Real que ele tivesse ingerência sobre um território que não lhe havia sido confiado.<sup>61</sup> Assim impossibilitado de organizar uma Casa de Arrecadação e Fiscalização em Santa Catarina, Paulo Gama tratou de reforçar o Registro de Torres – última guarda a ele subordinada nos limites da Capitania de São Pedro com o governo de Santa Catarina.<sup>62</sup>

Expediu então ordens ao Juiz da Alfândega, Fernandes Pinheiro, para que preparasse a abertura ainda que provisória da casa de arrecadação e cobrasse direitos dos artigos indicados no já referido plano, enquanto se aguardava que o regente fizesse as alterações conforme seu agrado.<sup>63</sup>



Detalhe da Capa do livro de Registro das Ordens da Junta da Real Fazenda no ano de criação da Alfândega. AHRGS. Fundo Fazenda. Foto do autor.

Foi assim que em 1º de agosto de 1804<sup>64</sup> foi estabelecida a Alfândega da Vila de Porto Alegre e o Consulado desta na vila do Rio Grande, subordinadas à Junta da Fazenda do Rio Grande de São Pedro, que nomeou os oficiais e expediu regimento e pauta provisórios.<sup>65</sup> Após os esforços tão justificadamente envidados, viu Paulo Gama juntamente com Fernandes Pinheiro a concreta realização de seu intuito: “finalmente acabo de as pôr

em execução e do primeiro do corrente mês de agosto principiaram-se já a arrecadar direitos dos gêneros (...)”<sup>66</sup>

Ainda em outubro daquele ano recebia ordem do Presidente do Real Erário para que a Junta da Fazenda Real local procedesse à organização da Alfândega na Capitania. Devia, entretanto, abster-se no que diz respeito ao estabelecimento da repartição na Ilha de Santa Catarina, por ser esta subalterna ao Governo do Rio de Janeiro a quem competiria a tarefa, em concordância com as ordens do vice-rei.<sup>67</sup>

A sua correlata na Vila de Rio Grande foi instalada em 1º de outubro de 1804 como consulado, sujeito ao Juiz da Alfândega de Porto Alegre. Por vinte anos esta repartição permaneceria nessa condição subalterna, sendo chefiada somente naquele ano inaugural por um escrivão interino, João Batista de Carvalho e por Domingos dos Santos até 1824, quando passou a ter um juiz interino, Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral.<sup>68</sup>

Como vimos a celeridade e a morosidade eram faces da mesma moeda. Havendo diversos agentes envolvidos no processo de criação da Alfândega é compreensível que houvesse grupos diversos baseados em interesses antagônicos. Se por um lado o erário tinha intenção de arrecadar e coibir o contrabando, por outro o comércio local, tanto legal quanto ilícito, não via com bons olhos sua inauguração. O que não percebiam e nem poderiam antever era que o estabelecimento lhes seria favorável ao propiciar o fomento comercial, a princípio diretamente com Portugal, estendido às demais nações quatro anos mais tarde com a Abertura dos Portos.

A administração colonial por sua vez organizava-se de maneira a limitar os excessos da Coroa Portuguesa. A noção de “bem comum” em formação há dois séculos justificava restrições ao poder real do confisco para uso da Coroa. Esta questão surgiu do embate entre os interesses públicos e privados. Apesar das decisões serem tomadas na Metrópole, por vezes pulverizavam-se ao longo dos caminhos da burocracia em decorrência de

medidas restritivas na Colônia. A fim de facilitar os comandos e decisões em um período de difícil comunicação, o vice-rei encarnando a pessoa do monarca português à distância, improvisava medidas buscando um equilíbrio entre as pressões locais e as instruções emanadas de Lisboa.<sup>69</sup>

As polêmicas não fizeram senão retardar a instalação almejada. Fernandes Pinheiro posteriormente comentou sobre o potencial da alfândega que seria instrumento eficiente de arrecadação no sul do Brasil, além de garantir-lhe alívio pessoal após as dificuldades que passara em Portugal:

*A realização deste projeto das alfândegas nesta província depois de oscilações e debates, abriu um manancial de rendimentos para ela, e a mim me seguiram e garantiu meios de subsistência (...).*<sup>70</sup>

Sobre o trabalho de Fernandes Pinheiro disse o governador Paulo José da Silva Gama, a quem consultara tantas vezes sobre os mais diversos assuntos de governança: “(...) pela sua prudência e acertadas medidas aplacara a fermentação com que a princípio pareceu estranhar o corpo do comércio a fundação das alfândegas.”<sup>71</sup>

## O INÍCIO DOS TRABALHOS

“Começava a Metrópole a sentir a importância desta colônia...”

*José Feliciano Fernandes Pinheiro.*

Em agosto de 1804 Paulo Gama anuncjava que dera andamento aos trabalhos inaugurais da alfândega com base em seus levantamentos realizados em 1803:

*Julguei que nenhum outros meios tinha mais apropriados para conseguir semelhantes fins, do que pôr imediatamente em prática o plano que para a nova alfândega ofereci em 15 de maio do ano passado, e portanto criando-se pela Junta da Real Fazenda os oficiais indispensáveis para o manejo da alfândega desta vila e para um consulado que foi preciso estabelecer na vila do Rio Grande mais próxima à Barra (...).*<sup>72</sup>

O governante determinou que os oficiais empregados vencessem os mesmos salários que os da Alfândega do Rio de Janeiro. Interessava-lhe que os estabelecimentos régios se simplificassem ao máximo possível e, por não saber se os emolumentos seriam suficientes para a sustentação dos empregados<sup>73</sup>, tratou de anexar alguns cargos a outros, quando não envolviam uma inteira incompatibilidade. Assim ao cargo de juiz unificou o emprego de selador, seguindo o modelo da Alfândega de Santos; ao escrivão da mesa da abertura uniu o da mesa da balança e das

descargas; ao porteiro uniu o cargo de conferente e ao de guarda-mor anexou as funções de feitor. Mais tarde estas atribuições seriam mais bem distribuídas com a organização dos cargos. Pouco antes do início da abertura, em 20 de julho de 1804, foram nomeados por D. João VI os primeiros empregados da nova alfândega.

Alfândega de Porto Alegre <sup>74</sup>		
Cargo	Empregado	Atividade
Juiz Ouvidor (anexado ao ofício de Selador)	José Feliciano Fernandes Pinheiro	Comandava a repartição.
Escrivão da Mesa Grande (anexado ao Contencioso do mesmo juízo)	Antônio Rodrigues da Silva	Exercia atividades de escrituração relacionadas ao desembarque das mercadorias.
Tesoureiro	João Antônio de Oliveira Ferreira	Guardava e entregava trimestralmente à Tesouraria Geral da Junta da Real Fazenda os direitos arrecadados.
Escrivão da Mesa de Abertura (anexado ao de Escrivão da Porta da Entrada e Mesa da Balança)	José Antônio Fernandes Lima	Exercia atividades de abertura dos volumes, pesagem e escrituração relacionada à entrada de mercadorias.
Guarda-mor (anexado ao ofício de Conferente)	Agostinho José Lourenço	Chefiava a guarda. Provia sentinelas para fiscalizarem dia e noite as embarcações e instalações da alfândega.

Porteiro (anexado ao de Feitor)	José Fernandes da Silva	Servia de porteiro e guardava os livros da casa.
Meirinho	Joaquim Antônio Lisboa	Fiscalizava a entrada, carregamento e saída de embarcações e fazia diligências.
Corpo de Guardas de número	Não identificados	Acompanhavam e fiscalizavam o embarque de mercadorias, depois de declaradas na Alfândega.

Conforme coloca Márcia Miranda<sup>75</sup>, para a maioria dos cargos é difícil precisar as atividades desempenhadas. A descrição oferecida pelo comerciante inglês John Luccock da Alfândega do Rio de Janeiro ajuda-nos a compreender o funcionamento da repartição em Porto Alegre, já que constituiu o modelo de sua estruturação, como vimos:

(...) de um dos lados ficava uma mesa comprida a que se assentavam os empregados inferiores da alfândega. Um deles tinha por obrigação desempacotar os gêneros, outro media e pesava os artigos, um terceiro avaliava-os e fazia as contas, e um quarto conferia e visava. No fundo da sala havia uma outra mesa em que presidia o juiz da alfândega, funcionário-chefe da instituição. À sua direita ficava o seu imediato, e à esquerda o tesoureiro; um deles examinava de novo as contas, visando-as segunda vez, enquanto que o outro recebia o total dos direitos devidos.<sup>76</sup>

A partir dessa descrição podemos inferir que juntamente com o juiz da alfândega e seu substituto o cargo de tesoureiro figurava como de alto escalão. Os demais eram considerados cargos menores na hierarquia institucional.

Tão logo entrou em atividade a nova repartição na Capitania, sentia-se o impacto das novas exigências ao comércio. A fim

de evitar transtornos à transição, que se almejava tranquila e rápida, o Príncipe Regente orientou o início dos trabalhos da seguinte maneira:

*Primeiro que os gêneros importados para esta Capitania em embarcações que entraram na Barra do Rio Grande antes do primeiro do corrente mês, em que se abriu a alfândega, não devem estar sujeitos aos direitos dela e só os deverão pagar os que entrarão do primeiro dia da abertura em diante; Segundo que os ditos gêneros importados antes daquele dia por isso mesmo que não pagam direito não devem igualmente entrar na alfândega, nem estar sujeito a guardas e visitas as embarcações que os trouxeram (...).*<sup>77</sup>

A Alfândega teve seus trabalhos iniciados em casa alugada, pertencente a um comerciante chamado Domingos Gonçalves de Amorim. Ficava na Rua da Praia (Andradas), em frente ao Largo da Quitanda, aproximadamente onde está hoje localizado o Edifício Imperial.<sup>78</sup> O espaço ora dividido, ora disputado pelo movimento de carga e descarga de mercadorias das embarcações e pelo comércio ambulante da praça era o mais indicado na época para a instalação da repartição. Os comerciantes acomodaram-se nas proximidades da dita *casa d'alfândega* a fim de facilitar os trabalhos de despachos, conduções e demais lides do comércio.<sup>79</sup> Em 1810 intentou-se transferi-la para a Casa dos Armazéns Reais, o que não ocorreu graças à manifestação imposta pelos comerciantes, dentre os quais estava o já citado Amorim, que cedia o espaço em locação.<sup>80</sup> Em contrapartida ele ofereceu para a construção de uma sede para a alfândega 1:300\$000 (um conto\* e trezentos mil réis) somado a outros 3:000\$000 (três contos) arrecadados de outros comerciantes interessados. Isto demonstra que o interesse de Amorim não era pela manutenção de seus ganhos de locador, mas pelo bom fun-

\* Contos de Réis: unidade monetária da época que correspondia ao milhar do mil-réis, moeda de origem portuguesa que vigorou no Brasil até 1942, quando foi substituída pelo cruzeiro.

cionamento da alfândega em local adequado aos trabalhos, o que por conseguinte interessava ao bom andamento do comércio como um todo. Em 1818 Fernandes Pinheiro deu seu aval à proposta que ainda levaria alguns anos para concretizar-se.<sup>81</sup>

A partir do regimento e pauta provisória da alfândega iniciou-se a cobrança do imposto de importação dos seguintes gêneros: aguardente, vinho, vinagre, azeite, açúcar (branco e mascavo), sal, tabaco em rolo, arroz, pano de algodão, farinha de mandioca, café e escravos.<sup>82</sup> A aguardente vinha em parte de Portugal, chamada aguardente do reino, prevalecendo, entretanto a bebida oriunda de outras localidades da própria colônia, conhecida como aguardente da terra.

Os cativos não figuravam somente na pauta da alfândega. José Feliciano Fernandes Pinheiro solicitou a D. João VI autorização para alugar mão-de-obra escrava para o serviço de descarga e transporte dos fardos e pipas que chegassem, tal como era empregada na Alfândega do Rio de Janeiro. O regente, ainda em 1804, foi favorável, ressalvando que o juiz deveria convocá-los para o serviço somente nas ocasiões precisas de descargas das embarcações.<sup>83</sup> Por vezes eram providenciados por aluguel pelos próprios funcionários da alfândega, que assim melhoravam sua renda:

*(...) pague a Agostinho José Lourenço, guarda-mor da alfândega desta vila a quantia de vinte e três mil, oitocentos réis, importância dos jornais que venceram diversos escravos que trabalharam nos armazéns da mesma alfândega de agosto a dezembro próximo passado.*<sup>84</sup>

Para termos uma idéia do que representava este valor, vale mencionar que o pagamento trimestral dos ordenados de todos oficiais da alfândega, no mesmo período em questão (1805-1806), somava setenta e cinco mil réis.<sup>85</sup> Sobre a instalação da alfândega e sua influência na arrecadação comentou José Feliciano Fernandes Pinheiro:

*Começava a Metrópole a sentir a importância desta colônia, e dispunha-se a elevá-la a maior predicamento; havia o governador Gama correspondido primorosamente à escolha, influindo acento, quanto nele cabia, em todos os ramos da administração pública, e decorando a capital; reinava a ordem na contabilidade pela recém-instituída Junta da Fazenda, e na criação das alfândegas tinham-se aberto novas fontes de rendimento (...).*<sup>86</sup>

Em balanço realizado logo após a instalação das Alfândegas de Porto Alegre e Rio Grande, Paulo Gama avaliava positivamente os trabalhos iniciados e via com esperança a potencialidade dos estabelecimentos para equilibrar as finanças da Capitania e para contribuir para a economia interna do país.<sup>87</sup> Contrariando as expectativas negativas do vice-rei, reportou tanto na ocasião como no ano seguinte o aumento do comércio:

*Todo o comércio tem dado um passo incrível, como se mostra pelos Mapas da Exportação e Importação. Agora mesmo se vê nesta vila estabelecidas de novo lojas de todos os artífices vindos das outras Capitanias do Norte.*<sup>88</sup>

Com o passar do primeiro decênio a pauta da Alfândega começava a alterar-se incluindo gêneros estrangeiros de outros reinos como a Espanha e a Inglaterra, além dos fornecidos até então pela exclusiva Metrópole.

Rendimento dos Gêneros Tributados – Contos de réis Alfândega de Porto Alegre e Consulado de Rio Grande <sup>89</sup>				
Gêneros	1810	1811	1812	1813
1- Aguardente da terra	2:433\$660	1:642\$570	3:385\$000	4:288\$612
2 -Aguardente do reino	48\$580	34\$740	10\$080	69\$217
3 -Azeite doce	14\$020	21\$420	37\$750	34\$466

4 –Vinho	1:040\$608	1:354\$954	2:569\$144	2:009\$344
5 –Vinagre	201\$000	199\$980	296\$785	408\$700
6 –Pano de Algodão	921\$676	500\$298	1:089\$281	1:269\$339
7 –Açúcar	7:407\$390	6:974\$560	10:533\$460	9:705\$440
8 -Fumo em rolo	8:911\$880	7:258\$920	7:569\$900	6:198\$450
9 –Arroz	386\$950	324\$950	376\$750	588\$000
10 –Café	48\$850	73\$150	229\$500	127\$550
11 –Farinha de Mandioca	905\$500	500\$750	607\$850	972\$425
12 –Escravos	2:988\$000	15:624\$000	14:244\$000	18:574\$000
13 –Sal	9:931\$900	12:879\$150	16:661\$250	8:964\$492
14 –Fazendas Inglesas	1:286\$678	3:105\$043		
15 –Fazendas Espanholas		1\$152		
16 –Gêneros Estrangeiros			1:757\$694	2:746\$642
17 –Gêneros Portugueses			60\$704	
18 -Direitos Grossos	443\$700			
19 –Dízima		16\$380	108\$700	257\$750
20 –Donativo	88\$740	4\$045	26\$300	65\$620
21 –Guindastes	157\$300	142\$760	140\$350	163\$700
Total	37:216\$432	50:658\$822	59:704\$498	56:443\$747

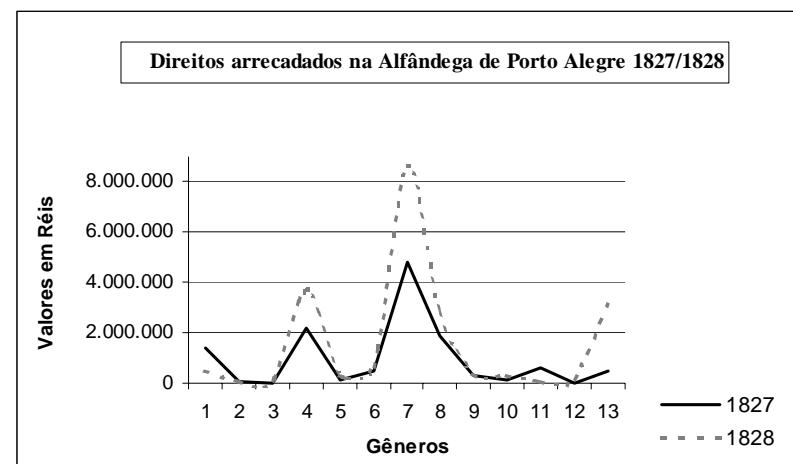
Fonte: AHRGS.

Visualizamos na tabela anterior, que se manteve uma certa regularidade na proporção dos gêneros nos quatro anos em destaque. O aumento nos rendimentos passando de 37:216\$432 para 56:443\$747 deve-se principalmente ao incremento do sal e escravos, elementos essenciais à produção do charque no período e que passava a ser tributado na própria Capitania.

De 1812 a 1828, à esteira da atividade militar pelo avanço e manutenção das conquistas na região da campanha, houve um amadurecimento político e uma euforia econômica perceptíveis na movimentação alfandegária, no crescimento da receita geral e no surto de obras públicas.<sup>90</sup> No gráfico a seguir evidencia-se um crescimento na maioria dos itens. Vale destacar que as rendas alfandegárias da capital equivaliam no período à cerca de  $\frac{1}{4}$  dos recolhimentos do porto de Rio Grande.<sup>91</sup> Observa-se um decréscimo na arrecadação sobre a entrada do sal já como possível decorrência de sua elevada taxação. Os escravos também não figuram entre os gêneros tributados na pauta de Porto Alegre, pois eram introduzidos quase que exclusivamente pelo porto de Rio Grande onde eram registrados, sendo na maioria importados de além-mar. Tais indicadores, entretanto, não são precisos, devido aos documentos da Alfândega de Rio Grande que foram vendidos como papel velho há alguns anos, como informa o historiador Mário Maestri.<sup>92</sup> Tampouco é nossa intenção aprofundarmo-nos no detalhismo numérico. Nossa intuito antes é indicar que o crescimento econômico andava *pari passu* com o desenvolvimento do comércio, refletindo-se no aumento de arrecadação.

De igual modo multiplicavam-se as construções civis e casas com tal aumento que Paulo da Silva Gama afirmava que nunca se vira na localidade, ao mesmo tempo, tanta obra.<sup>93</sup> A agricultura, porém, ainda que apresentasse crescimento era de significado pequeno, pois a despeito dos esforços do governante, não se conseguia que os grandes proprietários cultivassem a terra, contentando-se a maior parte deles com as produções de gado.

Rendas Tributadas na Alfândega de Porto Alegre <sup>94</sup>		
Contos de Réis		
Gêneros	1827	1828
1 - Aguardente da terra (Brasil)	1:370\$000	460\$000
2 - Aguardente do reino (Portugal)	51\$240	71\$756
3 – Azeite doce	28\$080	79\$916
4 – Vinho	2:217\$402	3:695\$114
5 – Vinagre	122\$700	288\$000
6 - Pano de Algodão	495\$050	590\$619
7 – Açúcar	4:827\$580	8:628\$460
8 – Fumo em rolo	1:866\$640	2:804\$538
9 – Arroz	312\$800	379\$300
10 – Café	131\$300	282\$150
11 - Farinha de Mandioca	628\$700	60\$000
12 – Sal	0	185\$160
13 – Outros direitos	500\$691	3:089\$397
Total	12:552\$183	20:614\$410



Desde o início da ocupação lusitana nas terras meridionais do Brasil, a partir do século XVIII, ocorria a concessão de grandes propriedades de terra – *sesmarias* – para a criação de gado como forma estratégica de fixação rápida em um território em constante conflito de posse e conquista entre portugueses e espanhóis.

Na virada para o século XIX, almejava-se outra diretriz para a ocupação baseada na pequena propriedade – *data* – voltada para a agricultura como potencializador econômico. Paulo Gama escreveu:

*Tenho pois usado de um meio que não deixará de ser bastante [sic] proveitoso para o futuro, e vem a ser: (...) muitas terras devolutas próprias para a agricultura, as tenho dividido em pequenas datas, por aqueles que ainda não tiveram outras e que são casados, para os obrigar necessariamente à cultura por não poderem criar gado em tão pequeno terreno, sendo aliás sobrejo para as plantações.*

*Deste modo verei se em pouco tempo consigo, que o produto da agricultura seja o 2º ramo mais considerável de exportação, a fim de atrair a riqueza para a Capitania e se engrossarem os Reais Direitos, tanto pelos dízimos, como pela alfândega com o aumento consequente dos gêneros importados.*<sup>95</sup>

Essa política seria empregada mais tarde por José Feliciano Fernandes Pinheiro, então como presidente da Província do Rio Grande do Sul, quando promoveu a criação da Colônia de São Leopoldo através da imigração alemã. Logo, os colonos encontraram em Porto Alegre “uma excelente saída tanto para os produtos industriais como para os gêneros coloniais”, conforme noticiou o viajante belga Baguet.<sup>96</sup> A vida econômica de Porto Alegre foi incrementada sensivelmente por este ato. A produção industrial e agrícola da região colonizada teve na cidade seu porto de escoadouro.

Ao Visconde de Anadia, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Paulo Gama também noticiava sobre o Balanço do

Rendimento da Alfândega no primeiro ano de sua criação, exaltando os vantajosos recursos com que através da mesma cobriram as despesas da economia interna do Governo. Informava que estava enfim organizado o dito estabelecimento “na melhor ordem e arranjo possível” e que não se pouparam todos os meios e desvelos para tais fins sem o mínimo embaraço e encalhe do comércio, “que continuou a girar no seu aumento progressivo”.<sup>97</sup> Pelos mapas expostos por Antônio José Gonçalves Chaves, português, residente na província desde 1805, os gêneros exportados até 1820 eram derivados da pecuária, couros de boi, charque, sebo, graxa e chifres.<sup>98</sup> O trigo inicialmente com produção significativa decai ao longo das duas décadas devido a praga conhecida como “ferrugem”, diminuindo consideravelmente da pauta de exportações. Gonçalves Chaves foi um dos consolidadores das charqueadas em Pelotas e organizador da primeira estatística comercial da província. Registrhou que Porto Alegre tinha os mais variados produtos para exportação e consumo, e os comerciantes gozavam ali de grande comodidade com suas lindas casas, sítios e embarcações. Alguns foram à falência devido aos gastos excessivos, não obstante a existência de uma sólida classe que prosperava sobriamente.<sup>99</sup> As importações permaneciam em grande variedade, tanto de outras províncias como de fora do Brasil. No final da década seguinte o quadro pouco se alteraria, incluindo-se a erva-mate, mas em quantidade de pouca marca.

Gêneros Exportados pela Província despachados na Alfândega de Porto Alegre entre 1827 e 1829 <sup>100</sup>			
Produtos	1827		Subtotais
	Quantidade	Valor	
Charque – arrobas*	226.634	13:598\$040	
Sebo – idem	2.771	221\$680	
Graxa – idem	725	58\$000	
Erva-mate- idem	4.100	246\$000	
Couro vacum –granel	95.843	7:667\$440	21:791\$160
1828			
Charque – arrobas	242.869	14:572\$140	
Sebo – idem	14.031	1:122\$480	
Graxa – idem	350	28\$000	
Erva-mate- idem	5.276	316\$560	
Couro vacum –granel	112.784	9:022\$720	25:061\$900
1829			
Charque – arrobas	244.151	14:649\$060	
Sebo – idem	13.710	1:096\$800	
Graxa – idem	250	20\$000	
Erva-mate– idem	9.739	584\$340	
Couro vacum – granel	116.761	9:340\$880	
Couros cavalar – granel	4.500	180\$000	25:871\$080
TOTAL		72:724\$140	

\* Arroba: antiga unidade de medida de peso que corresponde a cerca de 14,7 kg.

## O TRAPICHE

“Regnante Maria I Ioanne Príncipe Lusitaniae clavum te-  
nente, Auspice Gubernatore Paulo Joseph da Silva Gama  
in benecium Commercii navigationisque hoc elegan-  
tissimum opus positum et constructum est Anno 1806.”

Voltemos à data inaugural da Alfândega para destacar uma construção estrutural imprescindível à realização dos trabalhos e que lhe acompanharia por décadas. Ainda em 1804, Paulo da Gama percebendo a dificuldade no desembarque de pessoas e mercadorias mandou erger “uma excelente ponte sobre o rio, com cais e trapiche para o desembarque dos gêneros e serventia pública”<sup>101</sup>

No intuito de diminuir as despesas da Real Fazenda em material para as obras que se empreenderiam, Paulo Gama estabeleceu uma serraria com oficiais ajornalados, pagos com parte do produto - tabuado, que para o mesmo fim se vendia, usando de igual expediente para produção de cal e telhas. Utilizava a mão-de-obra de presos de galés e escravos emprestados por seus senhores. Para o transporte das madeiras grossas que se precisavam para a construção do novo trapiche da Alfândega valeu-se da força de soldados que, dispensados da obrigação militar, venciam o soldo e, posteriormente, aceitavam como prêmio alguns meses de licença.<sup>102</sup>

O trapiche ficou pronto em 1806. Em sua porta uma placa em pedra estampava a inscrição em latim indicando os insignes

dignitários responsáveis pela execução da obra em benefício do comércio e da navegação.



Placa inaugural do Trapiche da Alfândega - 1806.  
Atualmente pode ser vista no Saguão do prédio da  
Inspeção da Receita Federal de Porto Alegre.

Manoel Antônio de Magalhães em seu já referido Almanaque deixou a seguinte descrição do trapiche:

*belíssima ponte d'alfândega, (...) onde podem descarregar iates e sumacas com uma carreira de 325 palmos de comprido e 30 de largo, defronte da mesma casa d'alfândega, onde uma boa praça convida à beleza e construção da obra.<sup>103</sup>*

A casa do trapiche estava construída sobre vinte pilares de cantaria, oito destes para sustentação do telhado.<sup>104</sup> Em 1807 já estavam ali instalados dois guindastes para fácil e cômodo desembarque dos gêneros de grosso volume. Com o aparato, além dos benefícios diretos trazidos aos comerciantes, Fernandes Pinheiro intentava também acrescentar rendimentos para a Real

Fazenda, tal como ocorria em outras alfândegas. Para tanto foi necessário nomear novo funcionário: o administrador dos guindastes, o qual exerçeria ao mesmo tempo o lugar e funções de feitor da marinha, fiscalizando, arrecadando e cobrando o rendimento diário dos mesmos guindastes.<sup>105</sup>

A casa quadrada sobre o trapiche era feita de pinho e tinha cerca de 174 m<sup>2</sup>, com duas escadas laterais para embarque e desembarque das lanchas e embarcações pequenas.<sup>106</sup> Não tinha, entretanto, o trapiche na segurança seu ponto forte, sendo alvo de repetidos furtos. Em 1811, por exemplo, foi encaminhado requerimento solicitando resarcimento de bens roubados. Fernandes Pinheiro saiu em defesa do porteiro da Alfândega e mencionou a existência de poucos guardas em comparação com as grandes alfândegas do Brasil. Sugeriu que o suplicante buscas-se a indenização do seu prejuízo do próprio ladrão, oferecendo todas as certidões e documentos que se lhe fizessem necessários para comprovar o sinistro:

*É de evidente e reconhecida justiça e razão que o suplicante não fique lesado no valor das suas fazendas furtadas, mas de quem deverá haver a importância delas, é ponto que resta a ponderar: persuado-me não ter lugar exigir-se da Real Fazenda, para o que não se poderá apontar a mínima razão, nunca do porteiro da alfândega, pois que recaindo unicamente a pena sobre a culpa, seria duro que ele fosse punido e multado não se lhe provando omissão na guarda do que lhe era confiada, mas antes tendo empregado a maior vigilância a ponto de surpreender o ladrão no ato do furto (...).<sup>107</sup>*

Concluía, no mesmo ofício que “fazendas de um particular posto que confiadas a um depósito público, nem por isso tinham mudado de natureza (...).” A concepção da responsabilidade pública sobre os bens particulares fielmente depositados ou sob guarda pública seria aprimorada nos anos seguintes, como bem demonstra documento posterior que destacava o Juiz e

Ouvidor da Alfândega julgando de seu dever acautelar e prevenir o menor dano aos bens particulares.<sup>108</sup>

Após quase três décadas de existência do trapiche, o mesmo já indicava a necessidade de reparos. Nos anos de 1831 e 1832 há registros de pedidos de consertos na ponte onde transitavam as mercadorias para a Alfândega.<sup>109</sup> Noticiava-se:

(...) o trapiche desta alfândega se acha ameaçando ruína pela cobertura, e a ponte por falta de alguns barrotes , dificultando o seguro trânsito de pipas de líquidos, que se recolhem para os armazéns da mesma alfândega (...).<sup>110</sup>

Foram providenciadas as reposições de barrotes e em 1833 executadas novas obras. No ano seguinte procedeu-se à recuperação do telhado, efetuando-se a troca de cerca de 4 mil telhas.<sup>111</sup>

O tenente-coronel encarregado de obras enviou correspondência ao Presidente da Província informando a sobra de tábuas compradas para a casa do trapiche. O mesmo encarregado solicitava ainda o pagamento aos trabalhadores que executaram as reformas em agosto de 1833.<sup>112</sup>

Durante a Revolta Farroupilha o trapiche ficaria praticamente sem reparos, sofrendo sucessivas reformas emergenciais durante a segunda metade do século XIX, conforme veremos adiante. Com os aterros para a construção do novo porto no início do século XX o trapiche perderia sua razão de existir, sendo então destruído.

## EQUILÍBRIO DAS CONTAS E CONSOLIDAÇÃO

“A alfândega, este estabelecimento saudável para Capitania, (...) é o recurso mais eficaz para saldar a receita e despesa dela, (...). A vastidão e abundância deste país em gêneros de exportação, o seu comércio considerável e navegação, finalmente a minha própria experiência corroboram cada dia mais esta minha opinião.”<sup>113</sup>

Paulo José da Silva Gama - 1805.

O interesse do governo em arrecadar e fiscalizar tinha suas bases assentadas no equilíbrio das contas da Capitania bem como na repressão e combate às práticas do contrabando. Paulo Gama foi um pioneiro neste assunto. Preocupava-lhe a relação entre a receita e a despesa, posto que o produto das contribuições apuradas era insuficiente para cobrir os diferentes encargos. Apesar disso mantinha o intuito de não sobrecarregar os contribuintes. Sobre o assunto o governador teceu o seguinte comentário:

Nada me interessa com maior fervor do que a fiscalização da Real Fazenda. Diminuir as suas despesas o quanto é possível, fazer arrecadar ansiosamente tudo o que possa pertencer-lhe sem dano dos vassalos e esquadriñhar novos recursos para aumentá-la, são os objetos do meu maior desvelo.<sup>114</sup>

Esta percepção estava baseada no modelo racionalista da política fazendária, sendo que levava em conta as necessidades do comércio, que intentava fomentar, evitando, por conseguinte, o excesso de exação. Considerava a Alfândega o estabelecimento ideal para desenvolver a Capitania. Entretanto tal criação continuava perturbando certos setores. Alguns negociantes pleitearam a sua extinção apoiados em razões frívolas e contraditórias, conforme expôs Paulo Gama. Para este governante as alfândegas eram “o meio mais suave e menos sensível porque se exigem dos povos os impostos” e a sua instituição só poderia ser nociva aos interessados na ruinosa introdução do contrabando. Acrescentava que estava persuadido que a Alfândega deveria subsistir por ser um meio absolutamente necessário para o indispensável acréscimo das rendas reais e que nenhum dos direitos que se impôs através da pauta inaugural merecia redução.

Paulo Gama em sua defesa pelo equilíbrio econômico na Capitania prenunciou a diminuição dos benefícios fiscais que a Metrópole impunha à Colônia, o que se confirmaria com a vinda da família real cerca de três anos depois:

*Lembro-me que o açúcar, tabaco, aguardente de cana e o arroz, como deixam de pagar os direitos estabelecidos nas alfândegas do Reino quando são importados, nesta Capitania parece deviam de pagar os mesmos direitos que, aliás, pagariam nas ditas alfândegas, porque ainda assim mesmo ficavam aqui mais baratos estes gêneros por ser muito menos o preço dos fretes.*<sup>115</sup>

Propunha inclusive que a décima e donativo que pagavam as carnes exportadas do Rio Grande do Sul, na Alfândega do Rio de Janeiro seriam muito proveitosos se fossem revertidos a favor da Capitania. Alegava que não faziam sentido, pois não era mais aquela Capitania que supria as tropas desta, cessando o motivo pelos quais foram ali impostos.

Com o intuito de fomentar a navegação e o comércio Paulo Gama passou a defender política igual à concedida ao Ceará

através da qual os gêneros que se importassem do Reino de Portugal ou da Costa da África estariam sujeitos à metade dos direitos que costumavam pagar nas demais alfândegas do Brasil.

Tal austeridade no trato dos recursos públicos não era produto de interesse próprio ou caprichos demagógicos para com a Coroa. Paulo Gama intentava antes estabelecer uma política de desenvolvimento para a Capitania valendo-se dos parcos recursos de que dispunha e com a parcimoniosa cautela necessária.

Este governo demonstrava sua preocupação com a “cultura, objeto principal e mais interessante a esta colônia”. Para tanto o governador propunha a aplicação do *Subsídio Literário* ordenado pela Lei de 10 de novembro de 1772 que “seria quase insensível ao povo”, recaindo sobre o gênero mais barato do sul do país na época - a carne, e muito importante para a manutenção de escolas públicas.<sup>116</sup>

Até então prevalecera a transferência de centenas de contos de réis à Metrópole sem a contrapartida em benefícios quer para a instrução, justiça, ou mesmo para a fiscalização fazendária de acordo com a sistemática tipicamente colonialista.<sup>117</sup>

Foi neste despontar do século XIX que a estrutura econômica e administrativa do Rio Grande ganhou maioria, e os resultados refletiram-se no orçamento local alcançando equilíbrio, a despeito do excessivo gasto na manutenção das tropas.<sup>118</sup> A Alfândega de Porto Alegre consolidava-se enquanto repartição e mais do que nunca precisava de uma sede própria.

## Notas – Parte 1

- <sup>1</sup> **Projeto Memória da Unafisco Sindical.** O berço da nossa história. Brasília: Unafisco Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, 1999. p.17.
- <sup>2</sup> BORDIN, Luís Carlos Vitali. **A Origem dos Tributos.** BNDES, 2002. p. 53. Disponível em: <<http://federativo.bnDES.gov.br/Destaques/reftrib.htm>> Acesso: 04/10/2003.
- <sup>3</sup> **Dicionário Aurélio Eletrônico.** Século XXI. Versão 3.0. Editora Nova Fronteira, 1999.
- <sup>4</sup> BALEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças.** 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 256. Apud: BORDIN, op. cit., p.9.
- <sup>5</sup> OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação.** 2 ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993. p.159.
- <sup>6</sup> Id, op. cit., p.45.
- <sup>7</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.159.
- <sup>8</sup> SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre: Crônicas de minha cidade.** Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961. Volume 1. p. 45.
- <sup>9</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.45.
- <sup>10</sup> SPALDING, Walter. **O povoamento, as capitais do Rio Grande do Sul e Porto Alegre.** Boletim Municipal de Porto Alegre. 1945, No. 19/20, Vol VIII. p.114-115.
- <sup>11</sup> BARBOSA, Eni. **O órgão fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859).** Porto Alegre: PUCRS, 1979. Dissertação de Mestrado. p.155.
- <sup>12</sup> Id., op. cit., p.156.
- <sup>13</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro:** Administração Pública no Período Colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000. p.90
- <sup>14</sup> BORDIN, op. cit., p.17.
- <sup>15</sup> MIRANDA, op. cit., p.91.
- <sup>16</sup> BORDIN, op. cit., p.17.
- <sup>17</sup> MIRANDA, op. cit., p.89.
- <sup>18</sup> Id., op. cit., p.90.
- <sup>19</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p.23.
- <sup>20</sup> Id. **A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul:** a trajetória do parlamento gaúcho. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. p.13.
- <sup>21</sup> BARBOSA, Eni. op. cit., p.162.
- <sup>22</sup> Id., op. cit., p.165.
- <sup>23</sup> Id., op. cit., p.163.
- <sup>24</sup> MIRANDA, op. cit., p.98.
- <sup>25</sup> BARBOSA, op. cit., p.164.
- <sup>26</sup> MIRANDA, op. cit., p.89.
- <sup>27</sup> WEHLING, Arno. **História Administrativa do Brasil:** Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. V.6. p.111.
- <sup>28</sup> Id., op. cit., p.112.
- <sup>29</sup> MIRANDA, op. cit., p.89.
- <sup>30</sup> Carta Régia do Vice-rei do Estado do Brasil de 27 de abril de 1802. AHRS - Fundo Avisos do Governo -. Código B.1.003.
- <sup>31</sup> MIRANDA, op. cit., p.107.
- <sup>32</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Memórias do Visconde de São Leopoldo.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. I Trimestre. Ano I. Typographia do Centro: Porto Alegre, 1922. p.46.
- <sup>33</sup> Cf. BARCELOS, Ramiro Frota. **José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo.** Porto Alegre: SK Editora, 1976; FREITAS, Décio. **O nascimento da historiografia gaúcha.** In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, e MOOG, Viana. **José Feliciano Fernandes Pinheiro, colonizador e historiador do Rio Grande do Sul.** In: Anais da Província de São Pedro. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- <sup>34</sup> MIRANDA, op. cit., p.107.
- <sup>35</sup> PINHEIRO, op. cit., p.46.
- <sup>36</sup> Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro ao Vice-rei Fernando José de Portugal, de 20 de abril de 1802. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.
- <sup>37</sup> Carta Régia do Vice-rei do Estado do Brasil, de 27 de abril de 1802, enviada em anexo aos votos do Vice-rei e do Chanceler da Relação do Estado do Brasil de 11 de julho de 1802. AHRS - Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.
- <sup>38</sup> Voto do Chanceler da Relação do Estado do Brasil relativo ao estabelecimento de uma alfândega na Capitania do Rio Grande de São Pedro ou na Ilha de Santa Catarina, de 11 de julho de 1802. AHRGS - Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.
- <sup>39</sup> Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro ao Vice-rei de 20 de abril de 1802. AHRGS, op. cit.
- <sup>40</sup> Carta do Chanceler Luís Beltrão de Gouveia e Almeida a Rodrigo de Souza Coutinho, 16 de abril de 1802, anexada aos votos do Vice-rei e do próprio Chanceler ao governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, de 11 de junho de 1802. AHRGS - Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.
- <sup>41</sup> Carta Régia do Vice-rei do Estado do Brasil de 27 de abril de 1802, AHRGS, op. cit.

- <sup>42</sup> PINHEIRO, op. cit., p.46.
- <sup>43</sup> Id., Ib.
- <sup>44</sup> Carta do Vice-rei Fernando José de Portugal, cópia anexada ao Voto do Chanceler, op. cit.
- <sup>45</sup> Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro ao Vice-rei de 20 de abril de 1802. op. cit.
- <sup>46</sup> Carta de Fernando José de Portugal a Paulo José da Silva Gama, de 05 de junho de 1804. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AHRGS, 1998. p.170-171.
- <sup>47</sup> Carta de Rodrigo Souza Coutinho a Paulo José da Silva Gama, 26 de julho de 1820. AHRGS. Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.
- <sup>48</sup> Carta de Paulo Gama a Rodrigo de Souza Coutinho, de 26 de outubro de 1802. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Op. cit., p.117.
- <sup>49</sup> Cf. **Boletim Municipal de Porto Alegre**. 1946, No. 24, Vol IX. p.175-176. CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p.110, 237 e 239.
- <sup>50</sup> Carta de Paulo Gama ao Visconde de Anadia, de 05 de maio de 1804. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Op. cit., p.165.
- <sup>51</sup> Carta de Paulo Gama a Rodrigo de Souza Coutinho, de 15 de maio de 1803. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Op. cit., p.125.
- <sup>52</sup> Carta de Fernando José de Portugal a Paulo José da Silva Gama, de 05 de junho de 1804, op. cit.
- <sup>53</sup> Carta de Paulo Gama a Rodrigo de Souza Coutinho, de 15 de maio de 1803, op. cit.
- <sup>54</sup> Carta de Paulo Gama a Rodrigo de Souza Coutinho, de 25 de julho de 1803. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. op. cit., p.142.
- <sup>55</sup> MIRANDA, op. cit. p. 110. Quanto a relação dos Correios com a aduana do Brasil vale destacar que em 1900 foi criado o serviço de Colis-Postaux, de encomendas internacionais, sujeito à fiscalização aduaneira que mais tarde teria espaço nas dependências da própria Alfândega de Porto Alegre.
- <sup>56</sup> Carta de Paulo Gama a Rodrigo de Souza Coutinho de 26 de outubro de 1802, op. cit. p.117-118.
- <sup>57</sup> MAGALHÃES, Manoel Antônio de. **Almanak da Villa de Porto Alegre**. Porto Alegre: Globo, 1908. p. 19.
- <sup>58</sup> AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da Cidade de Rio Grande (do Sul)**: contribuição à história de sua criação, instalação e administração; Dados biográficos dos juízes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940). Porto Alegre:Livraria do Globo, [S.D.]. p.31.
- <sup>59</sup> PORTO ALEGRE, Augusto. **A fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906. p.81
- <sup>60</sup> Carta de Paulo José da Silva Gama a Fernando José de Portugal, de 28 de abril de 1804. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** Op. cit., p.170.
- <sup>61</sup> Carta de Fernando José de Portugal a Paulo José da Silva Gama, de 05 de junho de 1804, op. cit., p.170-171.
- <sup>62</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 25 de agosto de 1804. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** Op. cit., p.169.
- <sup>63</sup> Carta de Paulo Gama ao Visconde de Anadia, de 05 de maio de 1804. op. cit., p.165.
- <sup>64</sup> Ofício de 11 de setembro de 1804 e Aviso da Secretaria dos Negócios da Fazenda ao Governador da Capitania, de 17 de maio de 1803. AHRGS - Livro de registros de ofícios da junta da fazenda real. Código F1188. pp. 90-93
- <sup>65</sup> MIRANDA, op. cit., p.102
- <sup>66</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 25 de agosto de 1804, op. cit., p.168-169.
- <sup>67</sup> MIRANDA, op. cit., p.108
- <sup>68</sup> Relação dos Chefes e Inspetores da Alfândega do Rio Grande, em AZEVEDO, op. cit.
- <sup>69</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: USP, 1999. p.62 e 63.
- <sup>70</sup> PINHEIRO, op. cit., p.47.
- <sup>71</sup> SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Os contemporâneos. Martins Editora. São Paulo, 1948. Vol.XVIII. p. 164.
- <sup>72</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 25 de agosto de 1804, op. cit., p.169.
- <sup>73</sup> Isso fica claro na Carta ao Vice-Rei, de 21 de janeiro de 1809. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** Op. cit., p.286.
- <sup>74</sup> Fonte: MIRANDA, op. cit., p.108; **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** op. cit., p.167. Registro das Ordens da Junta da Fazenda Real 1804. Código F1189. p.39-46. AHRGS. Salgado, Graça (coord.) **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p.288 e PORTO ALEGRE, Augusto. op. cit., p.80.
- <sup>75</sup> MIRANDA, op. cit., p. 109.
- <sup>76</sup> LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 50-51.
- <sup>77</sup> Carta de D. João VI ao Juiz e Ouvidor da Alfândega (José Feliciano Fernandes Pinheiro), de 11 de agosto de 1804. AHRGS - Registro das Ordens da Junta da Fazenda Real, 1804. Código F1189. p.71 e 72.
- <sup>78</sup> FORTINI, Archymedes. **Porto Alegre através dos tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962. p.60
- <sup>79</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre**: origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968. p.73.
- <sup>80</sup> ZAMIN, Frinéia. **Praça da Alfândega**. Cronologia da Evolução Física. Porto Alegre: IPHAE, (Mimeo), 2001.
- <sup>81</sup> MACEDO, op. cit. pp. 73-74.
- <sup>82</sup> Cf. MIRANDA, op. cit., p.108. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** op. cit., p.168.

- <sup>83</sup> Carta de D João VI ao Juiz e Ouvidor da Alfândega. op. cit., p.144.
- <sup>84</sup> Cf. Código F1189. p.513.
- <sup>85</sup> Ib., pp. 332; 435; 505; 549-550.
- <sup>86</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. 5. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p. 167.
- <sup>87</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 25 de agosto de 1804. op. cit., p.169.
- <sup>88</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 6 de outubro de 1805. op. cit., p.204.
- <sup>89</sup> Fonte dos dados: Balanço Geral do rendimento da Alfândega, e seu Consulado da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Anos 1810, 1811, 1812 e 1813. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>90</sup> CESAR, op. cit., p.282.
- <sup>91</sup> Demonstração do rendimento da Alfândega da Vila do Rio Grande. 1826 – 1829. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 209.
- <sup>92</sup> MAESTRI, Mário. **O escravo africano no Rio Grande do Sul**. In: DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sérgius. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.43.
- <sup>93</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 6 de outubro de 1805. op. cit., p.204.
- <sup>94</sup> Conforme Mapa do Rendimento dos Direitos de Entrada na Alfândega de Porto Alegre, 1826-1829. AHRGS - Fundo Fazenda. Maço 209.
- <sup>95</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 6 de outubro de 1805. op. cit., p.204.
- <sup>96</sup> BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997. p.35
- <sup>97</sup> Carta de Paulo Gama ao Visconde de Anadia, de 02 de março de 1806. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul op. cit.. p.212.
- <sup>98</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias Economo-Políticas sobre a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1978. p.116-118.
- <sup>99</sup> Id. op. cit., p.114.
- <sup>100</sup> Relação dos gêneros de produção desta província exportados pela Alfândega de Porto Alegre entre os anos de 1827 – 1829. 09/04/1831. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 220.
- <sup>101</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 23.
- <sup>102</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 30 de março de 1805. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** op. cit., p.184.
- <sup>103</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 26
- <sup>104</sup> Parecer sobre o estado da caixa do trapiche da Alfândega de Porto Alegre, de 24 de setembro de 1846. AHRGS - Fundo Obras Públicas, OP 2.
- <sup>105</sup> Ofício de José Feliciano Fernandes Pinheiro, de 21 de agosto de 1807. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 476.
- <sup>106</sup> MAGALHÃES, op. cit., ib.
- <sup>107</sup> Ofício de Jozé Feliciano Fernandes Pinheiro, de 02 de janeiro de 1811. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>108</sup> Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 23 de abril de 1823. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>109</sup> Ofício de Jozé Rodrigues de Oliveira, escrivão da mesa grande, no impedimento do Inspetor, à Junta da Fazenda, de 07 de julho de 1831. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 220.
- <sup>110</sup> Ofício de Henrique da Silva Loureiro, de 16 de fevereiro de 1832. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 232.
- <sup>111</sup> Ofício de 1834. AHRGS - Fundo Obras Públicas. OP 1.
- <sup>112</sup> ZAMIN, Frinéia. op. cit..
- <sup>113</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 30 de março de 1805. op. cit., p.180.
- <sup>114</sup> Id. ib.
- <sup>115</sup> Id. ib.
- <sup>116</sup> Id. ib..
- <sup>117</sup> BARBOSA, op. cit., p.165.
- <sup>118</sup> CESAR, op. cit. p.238.



ALFANDEGA E MEZA  
DO CONSULADO DE  
**PORTO ALEGRE.**

## **PARTE 2**

---

**A casa própria**

**Abertura dos portos: independência ou morte!**

**Alfândega: farroupilha ou legalista?**

**Empregados e atribuições**

**Mudando cenários**

**O ano em que a Alfândega fechou**

**Recriando o espaço da Alfândega**

**Notas**

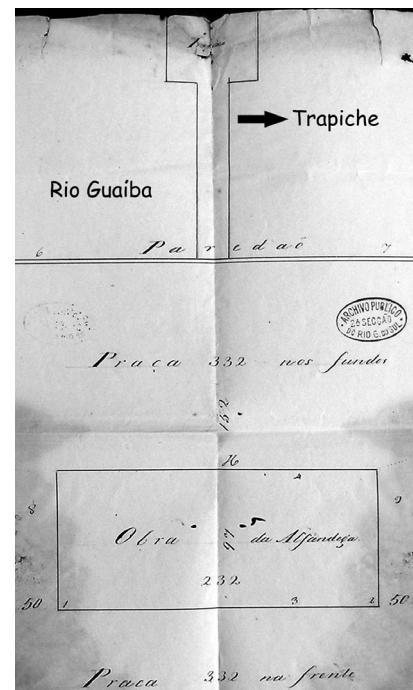
## A CASA PRÓPRIA

“A alfândega, na Praça da Quitanda, começou barracão, terminou casa rasa, com entrada central e trapiche no rio.”

*Athos Damasceno.*  
Imagens Sentimentais da Cidade.

Em 1819 teve início a construção da sede própria para a Alfândega de Porto Alegre, conforme figura na planta da praça desenhada no mesmo ano. O prédio foi erguido defronte ao já construído trapiche, do qual estava separado pela atual Rua 7 de Setembro, traçado limítrofe ao rio.

Planta de 1819. Observe-se o local em que seria construída a Casa da Alfândega, no meio da Praça.  
Fonte: Fundo Obras Públicas – OP1. AHRGS.



O viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire em sua passagem por Porto Alegre, em meados de 1820, informava que a Rua da Praia era extremamente movimentada e única com feições comerciais, com diversas lojas de vendas sortidas e oficinas de várias profissões. Por ali circulavam numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e negros carregando fardos em cena tipicamente portuária. Registrhou ainda o viajante suas impressões sobre o trapiche e sobre o primeiro prédio que se construía para abrigar os serviços da Alfândega:

(...) há um grande cais que avança para a lagoa, e à qual se tem acesso por uma larga ponte de madeira de aproximadamente cem passos de comprimento, guarnevida de peitoris e sustentada por pilares de pedra. As mercadorias, que aí se descarregam, são recebidas na extremidade dessa ponte, debaixo de um armazém de vinte e três passos de largura por trinta de comprimento, sustentado sobre oito pilastras de pedra, em que se apóiam outras de madeira. A vista desse cais seria de um belo efeito para a cidade, se não fosse prejudicada pela construção, à entrada da ponte, de um edifício muito pesado e rústico que mede quarenta passos de comprimento, para servir de alfândega.<sup>1</sup>

Cerca de um ano depois quando passou novamente pela cidade retornando de sua viagem ao Uruguai (chamado de Província Cisplatina, enquanto estava sob domínio português) o cronista nos relatou a construção de outro prédio:

Eu havia me referido, ano passado, que construíram em Porto Alegre, na Rua da Praia, em frente ao cais, um edifício de muito mau gosto, destinado à alfândega. Foi demolido e começaram um outro com melhor projeto.<sup>2</sup>

Mais do que na questão estética, a explicação para a existência de duas construções resultava, segundo Saint-Hilaire, da disparidade política das variadas administrações:

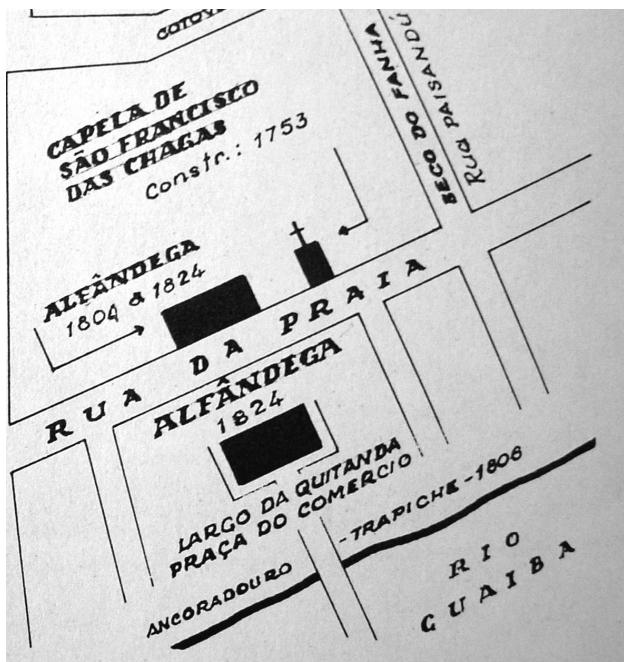
(...) esses fatos constituem prova dos inconvenientes do poder absoluto atribuído, até agora, aos capitães-generais. Sem nenhum obstáculo eles podem seguir todas as suas idéias, executar todos os seus planos, por mais bizarros que sejam, e seus subalternos jamais deixam de se extasiar diante daquilo que fazem. Mas, quando um general parte, eles se vingam de seu despotismo, depreciando todas as suas obras; seu sucessor as abandona e inicia outras que, por sua vez, também serão negligenciadas.<sup>3</sup>

As pedras para a construção da Alfândega foram fornecidas gratuitamente da fazenda de Serafim dos Santos França – em colaboração particular nos intuitos de ordem pública. Serafim fora capitão no Regimento dos Dragões na região da Campanha e das Missões, participando de comissões junto ao governador Paulo Gama.<sup>4</sup> Em contrapartida o Governo da Província teve que enfrentar o interesse de particulares pelo aposseamento da área. Um cidadão chamado Silvestre de Souza Telles, em 1821, veio requerer a posse de um terreno na Rua da Praia, de fundos para o lado direito da Alfândega que se construía. Uma vez que a dita posse tomaria parte significativa da praça, os comerciantes voltaram-se contra seu intuito. No requerimento apresentado em 21 de outubro de 1822 expuseram suas razões nos deixando uma descrição das atividades do local:

(...) sendo da posse antiquíssima deste comércio se lhe faz tão necessária (...) que se acha no seu centro e par, e na frente da mesma casa d'alfândega de onde se despacham, e tiram para a mesma, todos os gêneros comerciais, transportados nos vasos marítimos que giram nos diferentes Portos desta América, como dos centrais, além de também ser o único asilo para o paradouro dos carros, carretas e tropas de bestas, que conduzem por terra os gêneros provisões (...) charques couros, sebo e (...), e tornam a levar os gêneros comerciais que ali recebem sendo outrrossim o lugar mais próprio, e adequado para o embarque, e desembarque de toda a importação desta capital.<sup>5</sup>

Apesar de possuir os títulos de propriedade do terreno e de pleitear por mais de uma década, Telles não logrou êxito, ten-

do o governo por fim lhe cassado a concessão. Esse não foi o único conflito envolvendo a ocupação de espaço na praça. Após a construção do prédio da Alfândega determinou-se a remoção compulsória dos quitandeiros para o Largo Paraíso (atual Praça 15 de Novembro), cujo nome sugestivo indicava o estabelecimento de tabernas e casas de prostituição.<sup>6</sup> Lá mais tarde também seria construído o Mercado Público. Houve resistência a tal remoção, e a Câmara permitiu então que o lado oeste da praça permanecesse transitoriamente como local de comércio.<sup>7</sup> No *Paraíso* seriam vendidos os gêneros transportados por terra, passando a concentrar ali as carretas e carroças que até então paravam na *Quitanda*. As mercadorias que vinham por via hidrográfica permaneciam comercializadas na praça junto à Alfândega.<sup>8</sup>



Detalhe de estudo sobre a evolução urbanística do centro da cidade de Porto Alegre. Fonte: Livro de Clovis Silveira de Oliveira. Porto Alegre: a cidade e sua formação.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, em 1818, refere-se em documento à antiga Praça da Quitanda como Praça do Comércio, por esse nome passando a chamar-se o logradouro.<sup>9</sup> Ary Veiga Sanhudo informa-nos que teria sido o próprio Governador Paulo Gama quem teria batizado o largo de Praça da Alfândega.<sup>10</sup>

Em 14 de novembro de 1822, D. Pedro I elevou Porto Alegre à categoria de cidade. Neste mesmo ano a cidade e suas adjacências contavam com 23.400 habitantes distribuídos em 2.900 moradias, conforme o relato de Antônio José Gonçalves Chaves. O ilustre português ainda informou que a Alfândega, com seus respectivos armazéns, ainda estava em casas de aluguel, porém que o novo prédio, o mesmo já citado por Saint-Hilaire, estava em vias de conclusão:

*Está entre mãos um edifício que não só acomodará as mesas respectivas para todo o despacho, mas conterá armazéns suficientes para a arrecadação de todas as mercadorias: ela concorrerá grandemente para a decoração da cidade. É imediata a um bem construído e espaçoso trapiche, feito sob o governo de Paulo José da Silha Gama.<sup>11</sup>*

A necessidade do término dessa construção em 1822 fazia-se imperativa, pois conforme encontramos em documento da época em razão da “ruína e pequenez” da casa alugada e a falta de armazéns, os gêneros ficavam depositados no próprio trapiche, ainda mais sujeitos a furtos apesar dos cuidados da guarda. Os roubos eram insignificantes segundo o Juiz Interino Caetano Xavier de Brito\*, não ocorrendo queixas das partes; entretanto o mesmo tinha noção de que danos de qualquer ordem aos

\* Em substituição ao titular José Feliciano Fernandes Pinheiro que neste ano estava no Rio de Janeiro participando da Assembléia Constituinte da primeira Constituição do Brasil (1824).

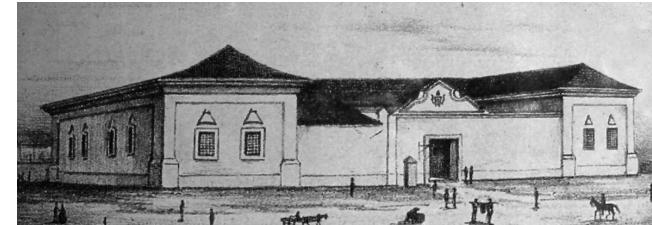
particulares resultariam em prejuízo público, dado que os tais gêneros furtados acabavam não tributados. Sugeria então que se apressasse a obra, colocando portas em ao menos uma das alas da nova casa que se construía a fim de ali recolher os gêneros recebidos no trapiche.<sup>13</sup> A preocupação com a segurança permaneceria no ano seguinte, não apenas no que se refere aos bens particulares, como aos valores provenientes dos direitos recolhidos. Inicialmente guardados no cofre da Alfândega eram, ao fim do mês, enviados aos cofres da Fazenda Pública. Caetano de Brito destacava a insuficiência da sentinela atuante, à época desempenhada por soldados guaranis.<sup>14</sup>

O desembargador Luís Teixeira Correa de Bragança foi o segundo a comandar a Alfândega de Porto Alegre no lugar do Visconde de São Leopoldo, quando este assumira a presidência da Província, havendo sobre ele um dado curioso: Bragança atuou entre 1823 e 1824, e a sua pessoa foi atribuída, por alguns autores, a nomenclatura da Rua de Bragança, atual Marechal Floriano.<sup>15</sup> Para Sérgio da Costa Franco esta não é uma versão correta, pois há registros assim chamando a rua em período anterior à vinda do Juiz Bragança para a cidade em 1805, quando fora nomeado o primeiro Juiz de Fora de Porto Alegre. O dito logradouro permanece com sua origem histórica encoberta, pois tampouco seria homenagem à dinastia real portuguesa, dado que na época se tratava de área periférica da cidade, não fazendo jus à homenagem.<sup>16</sup>

Caetano Xavier de Brito voltou a dirigir a Alfândega entre 1824 e 1825, sendo o seu terceiro juiz titular. Foi durante esta administração que se concluiu a construção do primeiro prédio da Alfândega de Porto Alegre - 1824 – instalada como sede de propriedade nacional. Casarão comprido de um andar só, em construção tipicamente colonial, com a porta ao centro e vários janelões emoldurados.<sup>17</sup>



Perfil da Fachada da Casa da Alfândega, face voltada para a Rua da Praia. Autor: Virgílio Calegari. [s.d]. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.



Casa da Alfândega. Fundos, voltado para o Guaíba. Litografia de Balduin Rohrig oferecia a D. Pedro II em 1865. Reprodução: Alberto Tavares. Original: Biblioteca Nacional.

Neste momento já se procurava transferir sem sucesso os quitandeiros para a Praça Paraíso. Proibidas estavam quaisquer outras construções no largo a fim de não obstruir os serviços de embarque e desembarque da Alfândega.<sup>18</sup> No mesmo ano eram criados o Ministério da Fazenda e o Tribunal do Tesouro Público, que seria transformado, em 1831, no Tribunal do Tesouro Nacional.<sup>19</sup>

O francês Nicolas-Jacques Treize, ou Nicolas Dreys como ficou conhecido no Brasil, viveu no Rio Grande do Sul entre 1818 e 1828 deixando-nos seu olhar sobre o panorama local:

*Ali está o edifício moderno da alfândega, e seu extenso trapiche sobre a lagoa: obra sem ornamentos, esbelta, porém, sólida, garnecida de assentos de ambos os lados, e oferecendo um passeio que não deixa de ter seu merecimento para respirar-se a frescura das águas, nas belas noites de verão.<sup>20</sup>*

O olhar quase onírico do viajante não deve nos fazer esquecer que o sul do Brasil nunca fora um Eldorado. Em 1832 houve ataques à Alfândega. No relatório do presidente da província à Assembléia do Conselho-Geral daquele ano encontramos a informação de que os *gaúchos*<sup>21</sup> estavam atacando a cidade: “(...) os ladrões investiram (contra) todas as casas e depois de repetidas tentativas de roubar os depósitos públicos, conseguiram tirar da Alfândega avultada soma.”<sup>22</sup> O fato é que além da preocupação com a circulação não se permitia a construção de outros prédios nas proximidades a fim de facilitar a segurança.<sup>23</sup>

No ano de 1834, às vésperas da Revolta Farroupilha, outro visitante, o francês Arsène Isabelle, descrevera a Alfândega e seu trapiche:

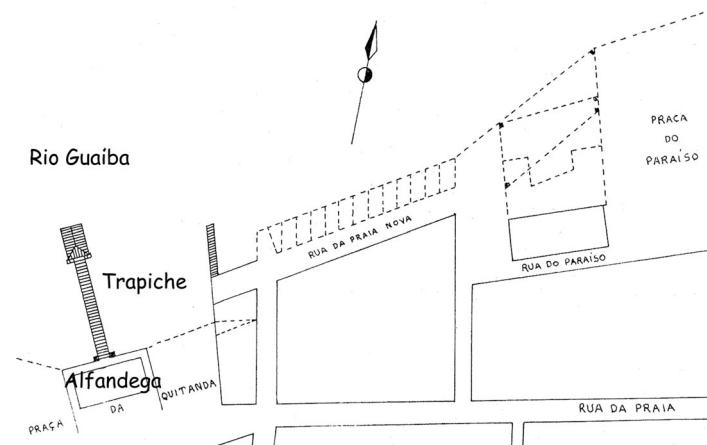
*À margem do rio está erguida a alfândega, edifício quadrado, solidamente construído e disposto para proporcionar as maiores vantagens ao comércio; da porta que dá sobre o cais, parte um paredão ou molhe de madeira suportado por pilares de alvenaria, e prolongando-se uma centena de passos para dentro do rio (...). Na extremidade do molhe está um vasto alpendre onde se acham colocados os guindastes; os navios podem encostar ao longo deste alpendre para carregar e descarregar as mercadorias.<sup>24</sup>*

Pelas plantas daquele período percebe-se que o edifício fora construído sobre um primeiro e pequeno aterro para compensar a declividade da margem, elevando o terreno ao nível da

Rua da Praia. Não havia calçamento ainda e em tempo chuvoso tornava-se intransitável. A Câmara informou ao presidente da província que não dispunha de recursos para cumprir as próprias posturas municipais determinando o calçamento nas ruas centrais e solicitava que se cobrassem recursos à Fazenda Pública posto que o prédio era propriedade imperial.<sup>25</sup>

Isabelle informava também que ao seu tempo os barcos estrangeiros que chegavam a Porto Alegre eram norte-americanos, italianos, franceses e ingleses, sendo muitas vezes os carregamentos inadequados ou extravagantes à cultura brasileira.<sup>26</sup>

A Praça da Alfândega foi o primeiro logradouro a ter uma atenção especial concernente à limpeza urbana. Na década de 1830 causou agito e comoção na vereança da cidade a poluição e acúmulo de detritos nas imediações da Alfândega.<sup>27</sup> Esse acúmulo de lixo era provável produto do comércio na praça e das atividades no trapiche. Muito trabalho haveria ainda até que se dotasse o local de asseio público e infra-estrutura adequados.



Detalhe de Planta de 1834. Cópia de Solon J. Macedo presente no livro História e Vida da Cidade de Francisco Riopadense de Macedo.

Parafraseando a epígrafe inicial diríamos que a Alfândega, na Praça da Quitanda, começou barracão, passou a casa rasa, com entrada central e trapiche no rio, sem encerrar seu processo de acomodação. Esta ainda não seria sua casa definitiva, como veremos mais adiante.

## ABERTURA DOS PORTOS: INDEPENDÊNCIA OU MORTE!

“Durante trezentos anos os portos do Brasil estiveram fechados às bandeiras estrangeiras, só sendo admitida à bandeira portuguesa.”

*A.Baguet – viajante belga do século XIX  
Viagem ao Rio Grande do Sul*

Há quem defende que a independência do Brasil teve início com a Abertura dos Portos. O que sabemos é que a partir de então a pátria amada começou a se relacionar com outras nações de forma institucionalizada e precisava repensar sua organização administrativa. No início do século XIX o Império Napoleônico avançava no intuito de conquistar toda a Europa ocidental. O bloqueio comercial que impôs aos ingleses tinha em Portugal uma brecha que devia ser fechada. Na iminência do ataque, a Coroa Portuguesa optou pela mudança da sede do reino para o Brasil. Fuga para alguns autores, estratégia para outros, o certo é que significou a transferência de todo um aparato administrativo e do aparelho burocrático português para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema bem como funcionários do Tesouro. Calcula-se que de dez a quinze mil pessoas acompanharam a corte em sua vinda (com pertences e pecúnia) para um Rio de Janeiro de cerca de sessenta mil habitantes. Não houve unificação dos sistemas monetários, e a entrada do novo numéricário colaborou para a desordem do meio circulante no Brasil.<sup>28</sup>

Apesar disso não houve alteração da estrutura fazendária em si nas diversas Capitanias com exceção do Rio de Janeiro que passava a ser a sede do Reino. As Juntas de Fazenda continuavam com suas atividades assim como as alfândegas.

As mudanças se dariam sim no campo político e econômico. A Abertura dos Portos foi o primeiro ato oficial de D. João VI, então Príncipe do Brasil aqui estabelecido\*. Com o território português tomado pelos exércitos de Napoleão estava inviabilizado o regime do monopólio comercial com Portugal. Urgia auferir novas rendas desenvolvendo a agricultura e o comércio.

Na Carta Régia expedida em 28 de janeiro de 1808, ordenava o governante interina e provisoriamente, enquanto não se consolidasse um sistema geral, providências para o incremento do comércio no Brasil:

*Que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das Potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha leal Coroa, ou em navios dos meus vassalos (...).<sup>28</sup>*

Regulava-se então a entrada de produtos secos a 24% (*ad valorem*) sendo, destes, 20% de direitos grossos e 4% de donativos. Os vinhos, aguardentes e azeites doces, chamados de molhados, pagariam o dobro, 48%, independentes da produção ou manufatura ou da nacionalidade dos navios que trariam estas merca-

\* D. João não era o filho mais velho de D. Pedro III e D. Maria I. Entretanto com a morte do primogênito D. José passou a ser o herdeiro potencial do trono. Assumira o reino em 1799, despachando papéis para a rainha D. Maria, já em estado avançado de insanidade mental. Tornou-se rei somente com a morte da mesma em 1816, em Portugal, passando o Brasil a ser de direito Reino Unido com Portugal.

dorias. Liberava-se também na época a exportação de outros gêneros e produções coloniais com exceção do pau-brasil, diamantes ou demais que estivessem controlados por monopólios reais.<sup>29</sup> Pela abertura acabavam de igual modo as restrições ao conhecimento do país. Expedições individuais ou em grupos, quer de comerciantes ou de cientistas passaram a fazer parte do cotidiano nas terras tropicais do Brasil. Nomes como o do já citado Auguste de Saint-Hilaire e de outros franceses como Nicolau Dreys e Arsene Isabele são significativos exemplos dentre outros cronistas que descreveram tão ricamente o quadro que encontraram em suas visitas.

Destaque merece também o panorama de Porto Alegre deixado pelo inglês Luccock em 1808. Comentou que a cidade tinha grande importância como capital da Capitania e como centro comercial, sendo chave de uma grande extensão de territórios e rios navegáveis:

*Sobre a margem setentrional do Jacuí e a vinte e cinco milhas de sua foz, fica a linda cidade de Porto Alegre. Acha-se sobre uma declividade, dominando uma belíssima vista do rio e das regiões circunvizinhas. As casas são bem construídas, caiadas por fora e dispostas em ruas, muitas delas largas e calçadas.<sup>30</sup>*

Com a Europa dominada pela França os ingleses eram os mais indicados para o comércio transcontinental, pois detinham uma frota marítima de guerra inigualável que os capacitava a fazer a travessia com segurança. Com vistas na potencialidade desse negócio a Coroa Portuguesa assinou, em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação firmando compromissos de cooperação e amizade entre as duas Metrópoles por 15 anos. O tratado baixava a taxa de importação para 15% para as mercadorias inglesas e para 16% para as portuguesas. As demais importações não contempladas pelos privilégios da cláusula de nações favorecidas permaneceram taxadas em 24%.<sup>31</sup>

O fomento à importação abria uma era de consumo, com baixa nos preços. O comércio até então pouco expressivo ganhou incentivo nos incipientes núcleos urbanos. O estímulo às exportações sul-rio-grandenses foi de euforia e era a consequência mais elementar da legalização do comércio com a Inglaterra, até então feito de forma clandestina.<sup>32</sup> A situação foi favorecida por um período de alta comercial na Europa e pelo escoamento garantido pela frota britânica. Os efeitos dessa política econômica de abertura e importação, contudo, seriam sentidos na longa duração. Anulava-se o desenvolvimento industrial no Brasil frente à concorrência inglesa, privilegiada por melhor qualidade e preços mais baixos.<sup>33</sup> Favorecia-se a saída de divisas prejudicando a realização de obras de infra-estrutura como estradas e pontes, dificultando o transporte e a comunicação. Em decorrência disso, minorava-se paradoxalmente o próprio desenvolvimento do comércio e indústria locais, o que reforçava uma economia monocultora e importadora.<sup>34</sup> Apesar do contra-senso, o príncipe regente concedeu permissão para que seus vassalos pudessem estabelecer quaisquer manufaturas que necessitassem para subsistência ou comércio, desejando promover e adiantar a riqueza nacional.<sup>35</sup>

A estrutura administrativa era insuficiente para atender às demandas públicas. Em 1808 a então Vila de Porto Alegre contava aproximadamente com  $\frac{1}{4}$  dos habitantes (seis mil) que havia na época da Independência residindo em cerca de 1200 moradias.<sup>36</sup> Os funcionários nas estações fiscais existentes eram também em número reduzido, de modo que fora das mesmas se recorria ainda a terceiros – o velho expediente colonial de arrendar o direito do recolhimento das rendas, alternativa nada mórica aos cofres públicos, pois quem mais lucrava era o arrendatário, nem sempre tão interessado no bem público quanto no próprio bolso, o que era conhecido pelo próprio rei: “...impraticável que algumas das minhas rendas cobradas em espécie pos-

sam ser administradas sem que evapore grande parte do seu produto nas mãos dos prepostos que é preciso criar para o recebimento delas...”<sup>37</sup>

Apesar desses problemas, as principais fontes de receita do reino ainda eram as rendas alfandegárias, concentradas no imposto de importação pela falta de outra base tributável, como a renda que tinha baixos níveis. Eram os resquícios da antiga orientação protecionista colonial readaptados pela Abertura dos Portos com o crescimento deste tipo de imposto.<sup>38</sup> A partir de então, nas palavras de Roberto Macedo, o sangrado erário passou a receber constantes transfusões de recursos e se observava um progresso econômico.<sup>39</sup> Baguet, viajante já citado, que esteve no Rio Grande do Sul em 1845, confirmou este avanço. Considerava que o Brasil, durante a política monopolista e protecionista da Metrópole, havia ficado de certa forma estagnado em meio ao progresso universal. Retomemos a epígrafe:

*Durante trezentos anos os portos do Brasil estiveram fechados às bandeiras estrangeiras, só sendo admitida à bandeira portuguesa. Era feita uma exceção, todavia, para os navios em perigo; mas com que precauções tudo era fiscalizado e controlado pelos funcionários que tinham ordem de não deixar desembarcar o menor objeto! Nos relatórios dos peritos náuticos o governador fixava até o número de dias que um navio podia permanecer num porto para reparos.<sup>40</sup>*

Desde antes da vinda de D. João VI para o Brasil, os estancieiros gaúchos conquistaram muita terra nas guerras de fronteira com os espanhóis no sul da colônia. Tais proprietários-soldados adquiriram poder, prestígio e autonomia como uma concessão pela garantia da fixação portuguesa.<sup>41</sup> Enquanto aumentava o poder local no Rio de Janeiro grandes mudanças estavam prestes a ocorrer. A Corte retornou para Portugal em 1821, sendo transferidos os recursos reais bem como sacados os numerários daqueles que acompanharam D. João VI. O recém-criado Banco

do Brasil ficou com saldo insuficiente sequer para pagar o funcionalismo no mês seguinte. O expediente adotado como solução foi o lançar mão de empréstimos internacionais.

A Independência que comemoramos em 7 de setembro fora de fato somente política, pois economicamente o Brasil passava a depender dos empréstimos ingleses. Terminado o prazo do Tratado de Comércio e Navegação, em 1825, os ingleses condicionaram seu reconhecimento à Independência à renovação do mesmo. A sujeição à economia inglesa no período foi tal que qualquer oscilação que o Império Britânico viesse a sofrer teria reflexos no Brasil agravando o desequilíbrio de suas finanças. Naquele ano o Banco do Brasil foi à falência e os empréstimos seguiram-se como medidas paliativas aumentando a dívida do Brasil. Em 1827 o Brasil contraiu novo empréstimo dos ingleses e como garantia ofereceu as rendas das alfândegas e desse ponto para o aumento dos impostos foi uma consequência óbvia.<sup>42</sup>

A partir de 1826, o favoritismo comercial antes exclusivo aos ingleses foi estendido aos franceses, já sem Bonaparte. Dois anos mais tarde contemplaria outras nações.<sup>43</sup>

O aumento dos impostos e sua má fixação ficaram evidentes nas cobranças que eram realizadas na passagem de produtos de uma para outra província. Esta medida encareceu significativamente as produções locais, como o charque sul-rio-grandense, tornando-as incapazes de competir com os seus similares vindos do exterior.

A independência fora encaminhada de pai para filho constituindo uma monarquia unitária e centralizada. O presidente da província era nomeado pelo Imperador, que se apresentava como o preposto do poder central e não recrutado dentre os nomes da elite local das províncias, minorando o pleito e a manutenção de aspirações locais.

A constituição de 1824 acabou outorgada por D. Pedro, que dissolvera a assembléia constituinte, estabelecendo que o

governo imperial determinasse quanto dos impostos permaneceriam nas províncias e quanto lhe reverteria. “Do centro emanavam ordens para as províncias do Império, e das regiões periféricas afluíam recursos para o Rio de Janeiro.”<sup>44</sup>

Com o fim da guerra pela Cisplatina em 1828, o Uruguai tornou-se independente do Brasil. Ocorreu com a ajuda da Inglaterra que mais uma vez exercia sua arte de trocar a independência política pela econômica, o que de certa forma abalou a imagem do Rio Grande do Sul como “sentinela da fronteira”, perdendo os senhores locais em parte seu prestígio nas relações com a monarquia. Ainda nesse ano as Alfândegas de Porto Alegre e de Rio Grande passaram a recolher o quinto do couro em dinheiro, na mesma razão de 20%, posto que até então era em espécie – um em cada lote de cinco couros – como referimos anteriormente.<sup>45</sup>

Enquanto isso, no centro político do país, surgia um novo segmento da classe dominante senhorial – os cafeicultores do Vale do Paraíba do Sul, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Assim estabelecidos, próximo à Corte, formaram uma aristocracia que fez prevalecer seus interesses em detrimento das demais províncias. Como compradores do charque que alimentava a escravaria que lhes servia de mão-de-obra, tinham interesse no baixo preço do produto no mercado interno, o que se tornou possível através da imposição de baixas tarifas alfandegárias à entrada dos concorrentes platinos no mercado interno. Por outro lado os produtos que precisavam importar, como o sal de Cádiz, insumo necessário ao preparo da carne-seca, estavam altamente taxados. A consequência que desagradava os estancieiros sul-rio-grandenses era a baixa do preço do charque que vendiam.

Após a abdicação do português D. Pedro I, em 1831, crescia o sentimento anti-lusitano, até que D. Pedro II, esse sim brasileiro, pudesse assumir o trono em 1840, com a antecipação de sua maioridade para os 14 anos. O Brasil seria então comandado pela elite local no período das regências. Fase conturbada por

revoltas regionais, ensejou também a criação da Guarda Nacional para controlar as agitações sociais das mudanças em andamento. A abdicação fora mais uma etapa do longo processo de independência que se iniciara uma década antes, quebrando vínculos ainda coloniais nos quadros administrativos.<sup>46</sup>

Durante o período regencial implementou-se uma reforma tributária. De acordo com José Eduardo Pimentel de Godoy, estudioso da história tributária, as alfândegas que haviam sido regidas até aquele momento pelo velho Foral da Alfândega de Lisboa, de 1587, passaram a ser administradas sob novo regimenento. O decreto de 25 de abril de 1832 criou o primeiro Regulamento das Alfândegas do Império.<sup>47</sup> No mesmo ano as alfândegas passaram a se denominar *inspetorias*, passando ao comando de um *inspetor* e não mais de um juiz como ocorrera até o momento. Em Porto Alegre este decreto foi executado somente em 14 de março de 1835<sup>48</sup>, sendo o primeiro chefe a ser chamado de inspetor, José Vicente Garcez Traut. O mesmo seria ainda Inspetor da Alfândega de Santos, em 1838, bem como provedor da Santa Casa naquela cidade.

A arrecadação foi dividida em *geral* (Império) e *provincial* (para as diversas províncias) fixando-se os impostos aduaneiros, dentre outros, à administração central.<sup>49</sup> Contudo, tais reformas não foram suficientes para conter as revoltas regenciais. Como explica a historiadora Sandra Pesavento, uma política de redução dos impostos de importação não poderia ser seguida de maneira uniforme pelo centro, uma vez que faria decrescer as rendas provenientes das alfândegas, que eram a base de sustentação da monarquia.<sup>50</sup> As províncias poderiam criar tributos, desde que diferentes daqueles que eram competência exclusiva do governo central. Já os municípios tinham seus tributos definidos pelas províncias.<sup>51</sup>

Desde o início do século XIX a carga tributária pesava aos estancieiros. Pagavam o dízimo quando marcavam seus gados,

pagavam o quinto dos couros quando os matavam, pagavam na alfândega cem réis por alqueire\* de sal, ingrediente fundamental no preparo das carnes e afinal pagavam ainda direitos em outras alfândegas para onde se destinava o produto.<sup>52</sup>

A política tributária defendida pelos produtores sulinos era oposta à que estava sendo praticada: “protecionismo para os produtos locais, com altas tarifas que impedissem a entrada dos concorrentes e impostos baixos para aqueles produtos estrangeiros que fossem insumos para a economia local, com o que se baratearia o custo da produção”.<sup>53</sup>

Entretanto a pesada tributação, conforme colocou Décio Freitas, teve como primeira resposta o aumento do contrabando do gado. Bento Gonçalves e Bento Manuel eram os comandantes da milícia da fronteira facilitando a entrada irregular do gado. Em 1835, por conseguinte, o governo central criou o imposto territorial rural e destituiu os dois comandantes de seus postos. Além de pagarem mais impostos, aos estancieiros estava barrado o fluxo do contrabando, sendo o próximo passo a rebelião.<sup>54</sup>

Estes foram os principais fatores que motivaram a Guerra dos Farrapos que se estendeu por uma década no sul do Brasil (1835-1845). O movimento farroupilha, contudo, era causa própria aos estancieiros, setor economicamente dominante no Rio Grande do Sul da época, o que explica a resistência desencadeada em Porto Alegre, cidade estritamente comercial.

---

\* O alqueire era uma antiga unidade de medida para gêneros secos que equivalia a 36,27 litros.

## ALFÂNDEGA: FARROUPILHA OU LEGALISTA?

“(...) aconteceu que revoltada a província por alguns mal intencionados, aparecesse também da parte da legalidade algumas injustiças.”

*Manoel da Costa Silveira – Guarda da Alfândega*

1835 – Os Farrapos entraram em Porto Alegre, pondo em fuga o presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Os prédios públicos foram ocupados e as consequências sobre o cotidiano da Alfândega fizeram-se sentir imediatamente. Ao retirar-se para Rio Grande, Fernandes Braga limpou os cofres públicos, inclusive o da Alfândega, no intuito de para lá transferir a capital.<sup>55</sup> A assembléia provincial, pró-farrapos, manteve o seu vice, Marciano Pereira Ribeiro, gerando uma dualidade na governança da província.

Em outubro daquele ano Bento Gonçalves dirigiu suas forças para Rio Grande e Pelotas, dessa vez obrigando o Presidente Braga a evadir-se para o Rio de Janeiro. Foi indicado pelo Império para o lugar vago José Araújo Ribeiro, gaúcho e parente de Bento Gonçalves, que foi bem recebido pela liderança rebelde, o que não ocorreu por parte dos membros mais exaltados da assembléia, que se recusaram a dar-lhe posse. Araújo Ribeiro retirou-se então para Rio Grande, lá tomando posse em 15 de janeiro de 1836. A assembléia impugnou-lhe o ato, que em resposta tentou em vão dissolvê-la, instaurando-se daí outra dualidade, desta vez nos poderes.

O movimento na Alfândega cairia significativamente no período. A navegação seria reduzida a quase nenhum movimento, minguando os rendimentos aduaneiros. Eis o que anunciam ao centro do Império sobre a arrecadação local:

*(...) bem dizer paralisada, não chegando a percentagem das taxas que se arrecadavam para o sustento do pessoal em serviço. Barcos nada carregam; péssimo o estado do tráfico [sic]<sup>56</sup>; negócios a pior, Porto Alegre é um deserto.<sup>57</sup>*

E poucos foram os que permaneceram em serviço. O inspetor José Vicente Garcez Traut estrategicamente saiu de cena em pleno setembro de 35 através de licença de dois meses para tratar de sua saúde. Foi para o Rio de Janeiro, onde permaneceu após o término do referido prazo. Enquanto isso assumia interinamente a Alfândega o feitor Francisco de Paulla Barreto.<sup>58</sup>

A 03 de março de 1836 o Ministro dos Negócios da Fazenda mandou cessar o expediente na Alfândega de Porto Alegre, enquanto não estivesse restabelecida a ordem legal, devendo transferir-se os empregados para Rio Grande e São José do Norte. Araújo Ribeiro ordenou que os mesmos lá se apresentassem dentro de um mês.<sup>59</sup> O escrivão Devidório Antônio de Oliveira tirou licença entre dezembro de 1835 e fevereiro próximo, apresentando-se posteriormente em Rio Grande, conforme as ordens expedidas. O mesmo procedimento adotaram o amanuense José Victorino da Rocha (cuja licença findara em 21 de maio) e o guarda Martiniano Peixoto de Miranda, que estava ausente da Alfândega desde 22 de setembro de 35, encontrando-se ambos em agosto de 1836 em Rio Grande.<sup>60</sup>

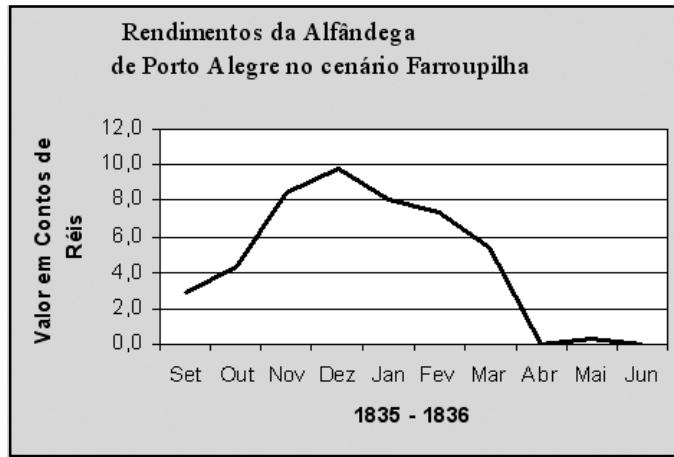
Apesar da dualidade de comando sobre a província, a Alfândega permaneceu em funcionamento ainda que prejudicada pelos percalços da guerra. Francisco Barreto seguiu prestando contas a Marciano Ribeiro a despeito da convocação de Araújo Ribeiro e da proibição da entrada de embarcações na cidade toma-

da pelos rebeldes, o que reduziu drasticamente a arrecadação na Alfândega.

*Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor: A quota deduzida dos rendimentos desta alfândega é, como Vossa Exceléncia sabe, o único meio de subsistência de seus empregados. A alfândega porém nada, absolutamente nada tem rendido, depois que o Presidente nomeado para essa Província embargou a vinda das embarcações para esta cidade e Vossa Exceléncia não pode desconhecer a que vexames estão expostos tais empregados assim privados do único meio de alimentar-se, e a suas famílias.<sup>61</sup>*

Somente em 15 de abril de 1836 Francisco de Paula Barreto começou a cogitar o fechamento da casa por estar sem efetivo, parte afastado, parte tomado pela Guarda Nacional na luta contra os Farroupilhas. Devido à demora nas comunicações da época é possível que a ordem para o encerramento das atividades ainda não lhe tivessem chegado às mãos. Na ocasião informava que se encontrava apenas com dois guardas da Alfândega, inviabilizando o andamento dos trabalhos.<sup>62</sup> Nos meses seguintes a situação seguiria em precariedade, reduzindo as receitas à quase nulidade completa.<sup>63</sup>

Rendimentos da Alfândega (1835-1836) <sup>64</sup>	Contos de Réis
Setembro	2:835\$307
Outubro	4:246\$282
Novembro	8:456\$104
Dezembro	9:790\$423
Janeiro	8:022\$711
Fevereiro	7:332\$821
Março	5:432\$409
Abril	1\$950
Maio	353\$566
Junho	26\$212



Se foi o 20 de setembro de 1835 a data inaugural da revolta farroupilha, o precursor da liberdade de Porto Alegre deu-se em meados de junho do ano seguinte, momento em que como vemos no gráfico e tabela de Rendimentos da Alfândega, a movimentação comercial de Porto Alegre beirava a nulidade. O Major Manoel Marques de Souza, a partir de um velho navio-presídio ancorado no cais da cidade, o chamado *Presiganga*, em que se encontrava encarcerado, empreendeu o estratagema que baniu os farrapos da capital. Subornando os carcereiros que o prendiam, contou com o apoio de colonos alemães de São Leopoldo e elementos conservadores (Caramurus) da capital para resgatá-la.<sup>65</sup> Em 15 de julho de 1836 Porto Alegre foi retomada pelos porto-alegrenses. As tentativas de nova investida lideradas por Bento Gonçalves seriam frustradas pela resistência dos cidadãos. Apesar do revés sofrido, os farrapos optaram por sitiaria a cidade, impedindo o comércio a fim de minguar-lhe os recursos e as forças pela fome. O cerco durou até 1840 quando começa a perder força o movimento na província, passando à sua fase catarinense.

Após a reação em Porto Alegre, aqueles que foram identificados como partícipes ou próceres da causa farroupilha foram

presos. Foi o caso de vários ocupantes das funções públicas a começar pelo vice-presidente da província, em exercício em Porto Alegre, Marciano Ribeiro. O Capitão Serafim França, o mesmo que havia doado as pedras para a construção da Alfândega estava entre os revolucionários presos.<sup>66</sup> O inspetor Francisco Prestes de Paula Barreto também figurou entre os capturados, sendo remetido para o Rio de Janeiro.<sup>67</sup> Nos termos do Processo da “Revolução” Farroupilha foi descrito como sendo de estatura baixa, claro, cabelos brancos, rosto comprido e bastante barba.<sup>68</sup> Logo foi solto e em agosto de 1836 dava-se conta de que já se encontrava em exercício, de volta à função de feitor.<sup>69</sup> Mal entendido ou não, recebeu anistia oficial em fevereiro de 1839, sendo baixado do rol dos culpados e desonerado de quaisquer dos crimes relacionados com os eventos da revolta.<sup>70</sup> Também foram presos após a restauração da capital o tesoureiro Gabriel Martins Bastos, o guarda-mor Alexandre Francisco de Campos e o guarda avulso Duarte José Vieira.<sup>71</sup> O amanuense da Alfândega de Rio Grande, João Floriano da Costa Barreto estava em Porto Alegre como adido por ofício de Marciano Pereira Ribeiro, motivando igualmente sua prisão. Consta que depois foi solto, contudo não mais se apresentando ao serviço.

Dos que se ocuparam na defesa da cidade destacamos José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha, que era o segundo escrivão e parente próximo do Visconde de São Leopoldo. A partir de 15 de junho atuou diretamente no Forte D. Pedro II, que fora construído pelos revolucionários e tomado pelos legalistas, que lhe deram a tal designação, mostrando reverência ao jovem imperador.<sup>72</sup> Pinheiro da Cunha seria o Inspetor da Alfândega a partir de 1851, permanecendo até 1859.<sup>73</sup> No mesmo forte esteve como comandante o porteiro Luiz Soares Coimbra. Os guardas na maioria foram destacados nas forças contra os farrapos em pontos estratégicos de guarnição da cidade.<sup>74</sup>

As linhas de defesa circunscreviam a cidade, naquela época restrita a pouco mais que a área central, por terra e por água. Visando evitar um ataque na área da Alfândega, bem como a atracação de embarcações de guerra, instalou-se uma corrente entre a ponta da península e as ilhas da outra margem sustentada por bóias. Tal medida desvia as investidas rebeldes por trás das ilhas alcançando a cidade em ponto distante do porto, na área dos moinhos de vento.<sup>75</sup>

José Feliciano Fernandes Pinheiro, como partidário de D. Pedro I, desde sua abdicação em 1831 estava no ostracismo do governo central. Durante o período regencial sofreu inclusive perseguições políticas, vendo suspensos seus vencimentos de titular vitalício da Inspetoria da Alfândega. De 1835 a 1838, volta a ser o chefe da repartição e a despeito de sua indisposição com as esferas do poder central, enfrentou ainda ataque dos Farroupilhas por sua antiga identificação com os legalistas. Sua chácara no Caminho do Meio (imediações da atual Av. Osvaldo Aranha) foi saqueada por um grupo dos farrapos.<sup>76</sup> Revezando pouso entre suas propriedades no alto da colina (atual Duque de Caxias) manteve-se recluso sob o olhar dos rebeldes sempre atentos aos seus passos, uma vez que seu nome fora um dos indicados para comandar a contra-revolução após a reação.<sup>77</sup> Enquanto isso a Alfândega passava pelo comando de diversos de seus funcionários interinamente.

O escrivão da entrada e descarga Gracianno Leopoldino dos Santos Pereira em exercício durante 1836, por vezes respondeu pela Alfândega no impedimento do titular inspetor, assumindo quando Francisco Barreto fora preso.<sup>78</sup>

Em 1837 Fernandes Pinheiro foi incumbido de reorganizar a Alfândega nos moldes do regulamento de 1836 e para tanto renomeou muitos dos que atuaram como defensores da cidade para reiniciar o expediente na Inspetoria. O novo quadro ficou assim estabelecido<sup>79</sup>:

**Tabela nominal por cargos - 1836:**

CARGO	NOME
Inspetor	José Feliciano Fernandes Pinheiro
Escrivão	José Thomaz de Lima
Primeiro Escriturário	José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha José Pedroso de Albuquerque
Segundo Escriturário	Joaquim José Linardes Gouvêa Felicíssimo Rafael de Azevedo José Victorino da Rocha
Amanuenses	Luis de Azevedo e Souza João Coelho Barreto Ignácio Cândido da Silva
Tesoureiro e fiel	Jacinto Ferreira da Silva
Guarda-Mor	Vago
Escrivão da Descarga	Gracciano Leopoldino dos Santos Pereira
Feitor Conferente interno e externo	Luiz Soares Coimbra Manoel Luis Feijó Domingos Alves Leite
Ajudante dos conferentes internos	José Joaquim Simões
Estereometra e Areometra	Vago
Porteiro	Albino da Costa Moreira
Administrador das Capatazias	Vago
Estereometra e Areometra	Vago
Correio	Vago

Guardas	José Antonio Dias da Silva José Gabriel da Silva Lima José Antonio da Costa José Antonio da Costa e Silva João José Cabral Costa David Marcelino da Silva Manoel Francisco Peixoto Vicente de Azevedo e Souza
---------	--

Alguns cargos permaneceram vagos nesta nova relação, pois se tratavam de atividades que exigiam maior conhecimento técnico como os de Estereometra e Areometra, ou maior confiança como os de Guarda-Mor e de Administrador das Capatazias, ainda em análise do inspetor-visconde.

Em 1838 José Feliciano se aposentou<sup>80</sup>, e o escrivão José Thomaz de Lima foi nomeado novo inspetor. Ele assumia em um momento conturbado e com a responsabilidade de recolocar a casa em pleno funcionamento. Tinha experiência como administrador da Feitoria do Linho Cânhamo e da colônia alemã de São Leopoldo.<sup>81</sup> O cerco à cidade ainda estava forte no período em que comandou a Alfândega e devido à escassez imposta havia ordens proibindo embarcar gêneros de primeira necessidade.<sup>82</sup> Faltavam principalmente charque, farinha, feijão, sal e óleo para os lampiões. O sacrifício suportado pela cidade recebeu o reconhecimento do Império através do título de “Leal e Valerosa” em 1841, que compôs mais tarde o brasão da cidade e consta até os dias atuais.

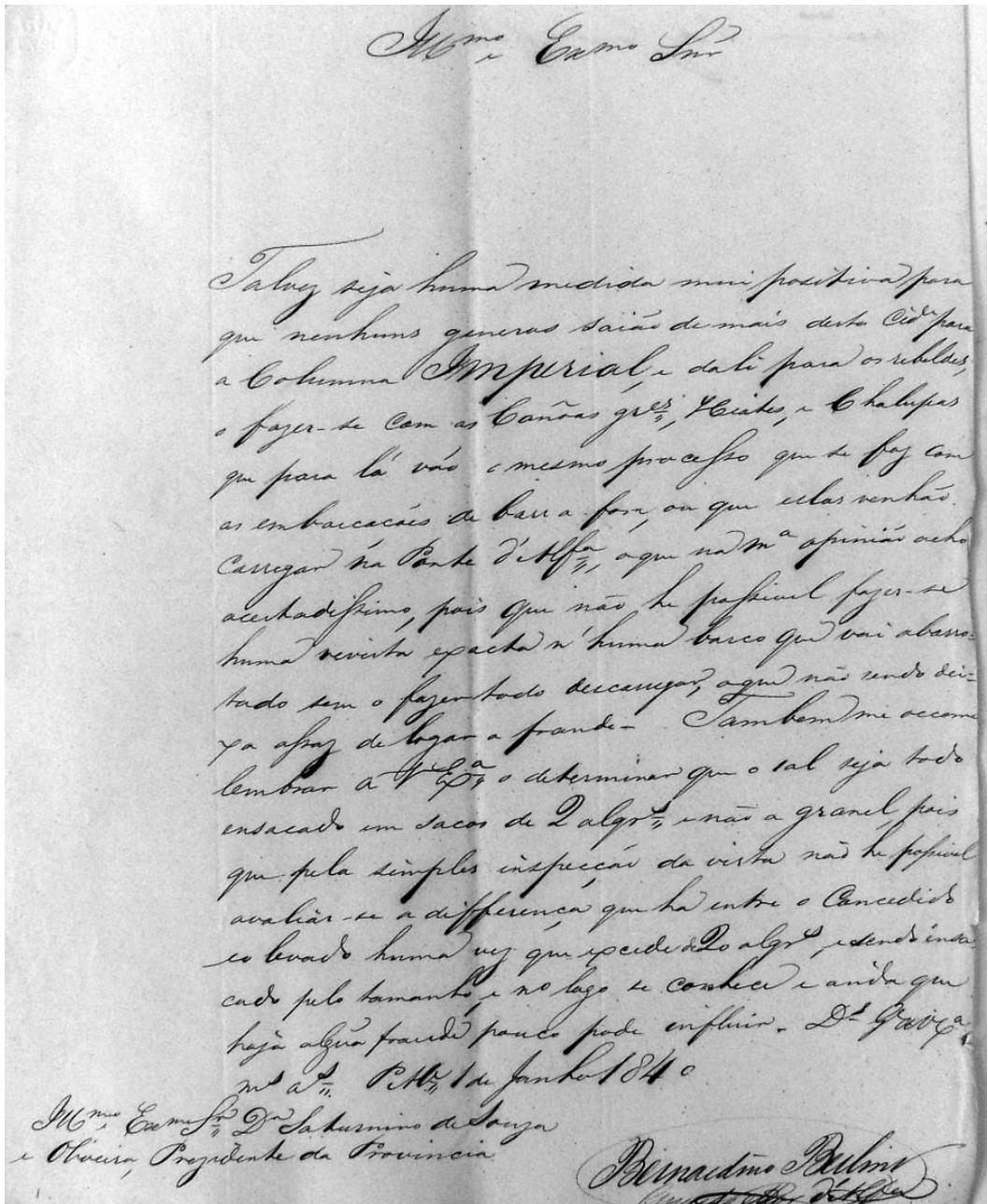
Alfândega, a  
Mesa dos Conselhos na Ladeira  
Velha da Cidade de Porto Alegre



Havia dificuldades ainda em 1839 na realização dos trabalhos em consequência do recrutamento de guardas aduaneiros para a defesa da cidade. Em ofício ao presidente da província, Thomaz de Lima faz referência de que os mesmos já estariam isentos do serviço da guarnição de Porto Alegre por concessão feita ao Visconde de São Leopoldo, que fizera uma representação nesse sentido durante sua última gestão na casa.<sup>83</sup> A necessidade de empregados fazia-se sentir demonstrando a retomada paulatina dos trabalhos na Alfândega. Informava Thomaz de Lima:

(...) cumpre-me dizer que, os Guardas atuais não são suficientes para bem fiscalizarem as rendas nacionais a cargo desta repartição, pois mesmo agora havendo pouca afluência de trabalho, tem havido ocasiões que tem sido necessário mandar fazer o serviço destes por outros indivíduos e isto não são das cousas que mais convém à boa fiscalização.<sup>84</sup>

Mas como guerra é guerra chegava o momento de aplicar a lei de talião e no final de junho daquele ano saíram instruções ordenando que os gêneros que se destinasse às cidades tomadas pelos farroupilhas fossem apreendidos pela Alfândega e arrematados.<sup>85</sup> Igualmente implementava-se maior rigor na fiscalização, o que podemos exemplificar com a proposição do Guarda-Mor Bernardino Berlinck ao presidente da Província:



*Talvez seja uma medida mui positiva para que nenhum gênero saiam demais desta cidade para a coluna imperial e dali para os rebeldes o fazer-se com as canoas grandes, baiates e chalupas que para lá vão o mesmo processo que se faz com as embarcações de barra afora em que elas vinham carregar na Ponte d'alfândega, o que na minha opinião acho acertadíssimo, pois que não é possível fazer-se uma revista exata num barco que vai abarrotado sem o fazer todo descarregar, o que não sendo deixa assaz de lugar à fraude. Também me ocorre lembrar a Vossa Exceléncia o determinar que o sal seja todo ensacado em sacos de 2 alqueires e não a granel, pois que pela simples inspeção de vista não é possível avaliar-se a diferença que há entre o concedido e o levado uma vez que excede de 20 alqueires, e sendo ensacado pelo tamanho e número, logo se consegue e ainda que haja alguma fraude pouco pode influir.*<sup>86</sup>

Reforçou-se, portanto, o policiamento aduaneiro do litoral da cidade a fim de vigiar e impedir o fornecimento às cidades ocupadas pelos rebeldes, o que era considerado contrabando.<sup>87</sup> Persistia, todavia, em 1841, a demanda de empregados. Thomaz Lima solicitava uma vez mais ao presidente da província novos braços, novamente sob a alegação da regular marcha das repartições públicas:

*(...) parecia-me de extrema necessidade que V. Exa. nomeasse mais quatro guardas, pois desta maneira não só melhor se fiscalizariam os direitos nacionais, como se vedarão os contrabandos, que se pretendam fazer nos gêneros que saem para fora da cidade.*<sup>88</sup>

Para os empregados da Alfândega a situação da revolta tampouco fora simples. O impasse gerado e a divisão na questão farroupilha deram-se mais em razão da dualidade de governo do que por sua postura pró-farrapos ou pró-legalistas. Ao mesmo tempo em que pretendiam seguir trabalhando na Alfândega, em obediência ao vice-presidente rebelde, Marciano Ribeiro, tinham ordens do legal presidente da província, José Araújo, de apresentarem-se em Rio Grande. Ficar e lutar; retirar-se e aguardar foi a decisão que cada um teve que tomar em dado momento, o que

se refletiria em sua vida laboral posteriormente. A inclinação por certo fora a de seguir os legalistas, pois sendo empregados da Alfândega eram antes servidores da Fazenda do Império do que da República proclamada pelos farroupilhas.

Aos homens de altos postos como José Feliciano Fernandes Pinheiro e demais autoridades letreadas da burocracia local, o posicionamento era coerente com sua formação baseada no direito romano. Seu conhecimento para administrar a burocracia fora adquirido na Universidade de Coimbra, em Portugal, como já referimos, prática que permanecera mesmo depois da independência. Ao invés do pensamento liberal iluminista, por contraditório que se afigure, traziam da antiga Metrópole a estima por uma firme autoridade centralizada e pela ordem constituída.<sup>89</sup>

Alguns empregados foram presos e demitidos não só da Alfândega como da Tesouraria por José Araújo após a retomada da capital, possivelmente por não terem atendido ao chamado do governante que os identificou como rebeldes como vimos. Foi o caso do guarda da Alfândega Manoel da Costa Silveira, que informava ter sido injustamente demitido:

*(...) aconteceu que revoltada a província por alguns mal intencionados, aparecesse também da parte da legalidade algumas injustiças, como fosse entre outras, a de serem demitidos pelo então presidente o Dr. José Araújo Ribeiro mais de cinqüenta empregados dos quais alguns mereciam antes ser elevados a melhor lugar por sua capacidade e integridade de costumes, (...) ficando aquela repartição quase exausta de empregados depois do dia da reação (...).*<sup>90</sup>

Expunha ainda no documento que precisou alistar-se no batalhão provisório da capital, aonde percebia mensalmente quinze mil réis, quantia que considerava insuficiente para cobrir suas despesas. Pai de família, responsável por quatro filhas menores, não possuía casa própria, nem escravos, que na época era sinônimo de status e prestação de serviços domésticos no

meio urbano. Foi ao reduzir-se o dito soldo para a quantia de dez mil réis que encaminhou a sua súplica ao presidente da província a fim de ser reintegrado em sua antiga ocupação ou mesmo em outra compatível. Não há resposta juntada ao requerimento, mas sabemos o encaminhamento tomado pois, na relação de empregados da Alfândega de 1842, consta novamente entre os guardas o nome de Manoel da Costa Silveira.<sup>91</sup>

Os farroupilhas adotaram basicamente o mesmo sistema fazendário vigente na legislação imperial alterando apenas alguns pontos como a atuação do poder moderador e a transferência das rendas para o Tesouro da República Rio-Grandense. Não promoveram modificações na estrutura fazendária sob o novo regime, pois a agitação inerente à guerra não era favorável ao desenvolvimento de estudos e projetos e tampouco à execução de planos nessa área. Mesmo a sede do Tesouro Farroupilha era itinerante, tal como sua capital.<sup>92</sup>

Os rebeldes lançaram mão dos recursos públicos como demonstrou posteriormente a promotoria nos autos do processo da dita revolta:

(...) a fazenda pública foi extorquida: as mortes dadas aos que se recusavam acompanhá-los (farroupas) no crime foram prodigalizadas sem o menor escrúpulo. Os empregos mais importantes da Província foram por eles repartidos em favor dos que os seguiam. (...) Os cofres públicos nesta cidade foram exauridos com a sustentação da guerra ao Governo.<sup>93</sup>

O Regulamento das Alfândegas de 1834 foi alterado em 1836. Logo no início do novo texto, no artigo 4º, evidenciava-se a preocupação de como proceder nas alfândegas em caso de agitações ou guerras, devido aos movimentos provinciais ocorridos. Apregoava que nestes casos ou em que houvesse bloqueios poderia o governo suspender o funcionamento da unidade ou transferi-la de localidade. De mesmo intuito era o artigo 223 que

proibia o despacho para consumo de espingardas, pistolas e quaisquer apetrechos bélicos, sendo permitido somente ao Estado, com autorização expressa do governo imperial. Qualquer atitude suspeita neste sentido deveria ser reportada pelo inspetor ao chefe de polícia local.<sup>94</sup>

Enunciava ainda as rendas que se arrecadariam no Império: direitos de importação e direitos de consumo que incidiam sobre todos os gêneros e mercadorias estrangeiras importadas e reexportadas<sup>95</sup>, sendo predecessores do II – imposto de importação e do IPI – imposto sobre produtos industrializados. Ainda a uma taxa de expediente de 1,5 % estariam sujeitas não somente as mercadorias despachadas para consumo, mas as despachadas em baldeação (trânsito) e reexportação. Ficavam isentas das despesas de guindastes, devendo a condução ser feita por risco dos importadores.<sup>96</sup>

Encerrada a guerra dos farrapos a cidade recebeu a visita do imperador D. Pedro II, aonde veio comemorar seu vigésimo aniversário, dando mostra de especial atenção para com a capital.<sup>97</sup>

## EMPREGADOS E ATRIBUIÇÕES

“(...) ninguém se acha mais apto para desempenhar esse lugar que o suplicante.”

*Inspetor Thomaz de Lima*

Como vimos anteriormente o primeiro quadro de empregados da Alfândega de Porto Alegre foi baseado no funcionamento da repartição irmã do Rio de Janeiro apropriado às necessidades locais. Ao longo do tempo diversos cargos seriam criados, extintos ou alterados como em 1811 com a criação dos ofícios de *feitor da mesa da abertura da alfândega, feitor da mesa da balança e conferente da porta principal de saída da alfândega.*<sup>98</sup> A partir da regulamentação das alfândegas em curso no século XIX as atribuições e atividades tornavam-se definidas e organizadas. Para ser admitido o pretendente da vaga deveria ser alfabetizado, não sendo exigido concurso a princípio, com exceção aos cargos de estereometra e areometra, que exigiam conhecimentos específicos.<sup>99</sup>

As alterações feitas em 1836 trouxeram algumas vantagens e direitos aos empregados de aduana, que só seriam estendidos ao funcionalismo como um todo um século mais tarde, na Era Vargas. A aposentadoria era um exemplo disso. Com vinte e cinco anos de serviço sem notas ou erros graves poderiam requerer a aposentadoria com vencimentos integrais. Antes desse período, por motivo de moléstia ou invalidez poderiam requerê-

la pelo tempo proporcional, respeitado um tempo mínimo de dez anos de serviço.<sup>100</sup> Os empregados das alfândegas até certo ponto faziam parte de uma minoria que alcançara algumas benesses da elite governamental. Dizemos até certo ponto, pois suas condições eram demasiadamente insalubres ante os benefícios pagos. Os empregados, entretanto, passavam a ter vencimentos tabelados e sem emolumentos, estando mesmo proibidos de receber quaisquer gratificações das partes envolvidas sob a pena de demissão, medida que visava coibir a corrupção.<sup>101</sup>

Além dos direitos, os deveres bem como as possíveis penalidades a que se sujeitavam os empregados da alfândega foram bem definidos no regulamento, podendo ser suspensos pelos presidentes das províncias ou até demitidos pelo governo imperial. Exigia-se que todo empregado deveria tratar com urbanidade quem se dirigisse à alfândega, sem predileção no pronto andamento dos despachos.

Dado o possível conflito de interesses nenhum deles poderia ser sócio ou ter parte alguma em empresas que tivessem alguma relação com a alfândega, ou estabelecimentos comerciais, sujeito à pena de demissão. O ponto dos empregados deveria ser informado mensalmente e com relatórios sobre sua conduta e aptidão a cada semestre para o presidente da província e, a cada ano, para o Tribunal do Tesouro na Corte. O funcionário com mais de quinze faltas injustificadas em um ano era suspenso por um mês, sem remuneração. Os empregados também estavam sujeitos a remoção para outras alfândegas se fosse conveniente ao serviço público, cabendo ajuda de custo de acordo com a distância.

O *inspetor* enquanto chefe da Alfândega e do porto era o responsável pelo bom andamento dos despachos e expediente a fim de que seus subordinados fiscalizassem e arrecadassem devidamente os direitos, rendimentos e multas. Tinha o dever de fazer cumprir o regulamento, decidindo verbal e sumariamente todas as dúvidas que ocorressem sobre o cumprimento do mes-

mo, ou no caso de sua omissão, cabendo às partes envolvidas o recurso para a Tesouraria da Província, que repassaria ao Tribunal do Tesouro e à Corte se necessário.<sup>102</sup> Estava o cargo assim imediatamente ligado ao presidente da Província e ao Tribunal do Tesouro no Rio de Janeiro. Os rendimentos e despesas da Alfândega deveriam ser informados semanalmente às duas instâncias superiores.

O segundo cargo na hierarquia das alfândegas era o de *escrivão*. A ele caberia substituir o inspetor em sua ausência ou impedimento. Era o encarregado de dirigir e fiscalizar a escrituração e a contabilidade realizadas, distribuindo as atividades aos escriturários e amanuenses e revisando os cálculos dos feitores sobre pesos, quantidades e taras das mercadorias, de modo a não ser dado por encerrado um cálculo sem ser conferido por outro oficial. Conferia também os manifestos de carga, as listas de descarga e outros documentos exigidos no despacho alfandegário.

De significativa importância era também o *tesoureiro*. Responsável pela guarda da arrecadação em cofre seguro, a que somente o inspetor e o escrivão tinham acesso, bem como pelo pagamento de despesas competentemente autorizadas. Para ser aceito como tesoureiro deveria ser apresentada fiança de idoneidade e o mesmo poderia ter um fiel pago às suas custas para servi-lo ou ajudá-lo em casos de seu impedimento ou de não conseguir cumprir com suas obrigações, notificando ao inspetor apenas sua nomeação ou demissão. Eram resguardos à tamanha responsabilidade que assumia.

O *guarda-mor*, a seu turno, era o chefe da polícia fiscal na Alfândega. Comandava os *guardas aduaneiros* na ronda e vistoria de embarcações. Na visita a bordo era acompanhado pelo *escrivão da entrada e descarga*. Recolhia os manifestos e demais documentos do guarda do trapiche, ou pessoalmente com os comandantes, repassando-os imediatamente à inspetoria para proceder aos trâmites do despacho. O chefe da guardamoria deveria ser também o intérprete nos casos dessa necessidade para os anda-

mentos da Alfândega, sendo preferido para o cargo o funcionário que tivesse conhecimentos de inglês e francês. Após a conferência e descarga das mercadorias o *feitor*, enquanto gestor de bens alheios, fazia a contagem, classificações e medições como já referimos, avaliando mercadorias avariadas e que não estivessem na pauta.

Após a descarga as mercadorias eram recolhidas aos armazéns da Alfândega ou a armazéns de particulares autorizados (recintos alfandegados) até a conclusão dos despachos. Concluídos estes serviços, pagos e lançados os direitos, procedia-se a liberação das mercadorias aos importadores. Percebemos que o desembarço das mercadorias guarda ainda nos dias de hoje grande similaridade com o modo de operar do início do século XIX.

Além dos guardas aduaneiros, havia os *vigias*. Incumbidos da tarefa de apreender os gêneros que embarcassem ou desembarcassem fora do local permitido, informavam ao inspetor ou guarda-mor os casos que não pudessem sozinhos fazer a apreensão. Em suma, faziam o trabalho de repressão ao contrabando. Por fim destacaríamos os *correios*, que além do seu serviço corriqueiro de levar e trazer despachos e correspondência, faziam intimações, notificações e diligências conforme ordenasse o inspetor.

Os cargos mais próximos ao do inspetor, como os de escrivão e primeiros escriturários, eram de maior importância, percebendo remunerações mais elevadas. Embora longe estivesse do estabelecimento de um plano de carreiras, observando as listas de empregados desde a reorganização feita pelo Visconde de São Leopoldo, em 1837, até meados daquele século, verificamos que vários funcionários foram galgando postos mais elevados com o passar dos anos. Foi o caso de José Victorino da Rocha que naquele ano figurava como segundo escriturário, passando a ajudante de primeiro escriturário em 1839, titular do mesmo cargo em 1842 e aparecendo como escrivão na listagem de 1853. Exemplo análogo cabe a Domingos Alves Leite que

trabalhou como feitor e conferente na década de 1840, passando a tesoureiro no decênio seguinte. Os empregados faziam a solicitação através de requerimento ao presidente da província que consultava o inspetor sobre o perfil dos candidatos:

*Ordenando-me V. Exa. informar sobre a pretensão de Miguel Gonçalves dos Santos, que pede o lugar de ajudante dos feitores, que se acha vago, cumpre-me dizer que esse lugar já foi requerido a V. Exa. pelo guarda desta repartição Luís Antônio Feijó Júnior no qual concorrem todas as circunstâncias necessárias para bem desempenhar as funções de tal lugar por cujo motivo acho, que deferindo V. Exa. ao requerimento do dito Feijó Júnior e nomeando guarda na vaga deste ao suplicante faria justiça a ambos.<sup>103</sup>*

Eram levados em conta critérios como antiguidade, idoneidade e aptidão necessária. Além disso, o posicionamento político também influenciava na contratação dos interessados. Tão logo proclamada a independência do Brasil, por exemplo, tinham preferência para as funções públicas aqueles que eram manifestamente defensores da autonomia do novo país, ordem imperial acatada rapidamente pelo inspetor Caetano Xavier:

*Sua Alteza Real manda a todas as autoridades, que quando tiverem de informar sobre a justiça de qualquer pretensão, informe também sobre a adesão do pretendente à causa sagrada da união e independência do Reino do Brasil, pela qual se tornará sem dúvida mais digno de qualquer emprego público, imediatamente a fiz registrar para a cumprir tão religiosamente quanto sagrada considero a mesma importante causa a que tenho aderido com os mais ardentes desejos de a ver prosperar, como espero, visto ter por defensor o Nossa Príncipe Regente Constitucional.<sup>104</sup>*

No contexto Farroupilha a orientação também foi patente. Ante a necessidade de guardas, sempre insuficientes para bem fiscalizarem as rendas nacionais, como demonstramos, o inspetor Thomaz de Lima recomendava o aceite ao requerimento de José Custódio de Azevedo para o cargo nos seguintes termos:

*(...) ninguém se acha mais apto para desempenhar esse lugar que o suplicante, não só pela sua probidade, como por ter sido constantemente legalista, e amigo das instituições que nos regem.<sup>105</sup>*

A mesma argumentação tinha valor na ascensão dos empregados. Foi o caso do segundo escrivário Felicíssimo Rafael de Azevedo, indicado pelo inspetor como o mais capaz dentre os de sua função para a vaga de primeiro escrivário, destacando sua honradez, morigeração de costumes e “sentimento de legalidade”, igualmente em alusão ao movimento farroupilha.<sup>106</sup>

Alguns dos pretendentes alegavam dificuldades de subsistência no intuito de sensibilizar e buscar a comiseração das autoridades, o que poucas vezes era atendido. Temos um caso significativo de um guarda que pediu demissão a fim de trabalhar no comércio e não logrando sucesso veio requerer novamente o posto:

*(...) oferecendo-se-lhe ocasião oportuna para entrar no giro do comércio, e desejando o suplicante adquirir maiores socorros para prover as necessidades de sua família, porque o diminuto ordenado do seu emprego não era suficiente para decentemente subsistir, aproveitou-a e pediu demissão do lugar que ocupava; porém tendo sofrido muitos revezes no giro, em que andava e faltando-lhe agora os meios para sua subsistência e da família se vê na dura necessidade de recorrer a beneficência de V. Exa.<sup>107</sup>*

O ex-guarda da Alfândega não foi recontratado. Deste requerimento destacamos também que o seu ordenado como guarda era considerado insuficiente pelo mesmo, num primeiro momento, embora o almejasse novamente após sua infortunada incursão pelo comércio. Não podemos nos furtar neste ponto de comentar a relação remuneratória entre os cargos. Assim como os vencimentos eram diferenciados de acordo com as funções desempenhadas, não havia uma tabela única para as diversas alfândegas, variando conforme o porte das mesmas, uma vez que os pagamentos eram calculados com base na arrecadação da unidade e saíam do caixa local.

**Tabela de vencimentos e distribuição de vagas por cargos - 1836:  
(Contos de Réis)**

Cargos	Porto Alegre	No. de Empregados	Rio Grande	No. de Empregados	Rio de Janeiro	No. de Empregados
Inspetor	800\$000	1	800\$000	1	2.000\$000	1
Escrivão	600\$000	1	600\$000	1	1.600\$000	1
Primeiros Escriturários	400\$000	2	400\$000	3	700\$000	4
Segundos Escriturários	300\$000	3	300\$000	4	600\$000	5
Amanuenses	300\$000	3	300\$000	5	400\$000	12
Tesoureiro	500\$000	1	500\$000	1	1.500\$000	1
Guarda-mor	500\$000	1	600\$000	1	1.600\$000	1
Ajudante	-	-	400\$000	1	800\$000	1
Escrivão da descarga	500\$000	1	500\$000	1	1.500\$000	1
Ajudantes	-	-	400\$000	1	700\$000	2
Feitores e Conferentes	500\$000	3	500\$000	5	1.000\$000	12
Ajudantes dos Conferentes	300\$000	1	300\$000	2	400\$000	6
Estereometra e Areometra	500\$000	1	500\$000	1	1.000\$000	1
Porteiro	300\$000	1	400\$000	1	700\$000	1
Guardas	300\$000	8 <sup>108</sup>	300\$000	-	400\$000	80
Correios	200\$000	1	200\$000	1	300\$000	2
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>		<b>29</b>			<b>131</b>

Fonte: Tabela para Organização das Alfândegas. Regulamento das Alfândegas do Império. 1836. AHRGS.

A Alfândega de Porto Alegre foi bem cotada na avaliação de uma comissão que a vistoriou a pedido do Ministro da Fazenda em 1842 apesar do número reduzido de servidores. Ressalvados os detalhes técnicos que foram apresentados pela mesma a fim de simplificar-lhe o trabalho, a apreciação fora positiva:

(...) os empregados d'alfândega desta cidade são dotados de perspicácia e aptidão e fazem todo o possível para bem desempenhar os lugares que exercem.<sup>109</sup>

Há que se destacar, contudo, as brutais diferenças reinantes no estrato social da época. Coexistiam no período grandes comerciantes, lojistas e mascates; senhores de terras e de escravos; altos funcionários da Coroa e funcionários subalternos das repartições burocráticas. Por último, os cativos. Os funcionários subalternos, incluídos os empregados das alfândegas, formavam um setor social abaixo dos poderosos e ricos, mas superiores aos colonos e colonizados pobres, quer brancos, índios, mestiços, ou negros – escravos ou libertos. Os escravos, apesar de não arrolados na regulamentação da alfândega e de não possuírem vencimentos, tampouco direito algum, faziam parte do seu cotidiano de trabalho, conforme citado anteriormente. O número desses braços no trabalho era expressivo nas estatísticas do período. Relatou Saint-Hilaire:

*Segundo dados que me foram fornecidos pelo senhor José Feliciano Fernandes Pinheiro, que é inspetor da alfândega e se ocupa atualmente com a publicação de uma História da Capitania, sua população se eleva a 32.000 brancos, 5.399 homens de cor livres, 20.611 homens de cor escravizados, e 8.655 índios.<sup>110</sup>*

Em uma Porto Alegre com cerca de seis mil habitantes, os percentuais eram ainda mais significativos, correspondendo a população cativa a 40,71%, que com os forros, 10,35% superava a população branca, livre.<sup>111</sup>

Após descarregar as mercadorias para o trapiche, os fardos, por pesados que fossem, eram transportados por cativos para o pátio ou armazéns da Alfândega para serem vistoriados, como nos informou Arséne Isabelle. Dali outros negros os transportavam para o seu respectivo destino, o que na visão iluminista do viajante francês era chocante.<sup>112</sup>

Pela constituição de 1824 cabia à chamada Assembléia Geral, composta por duas Câmaras (deputados e a senadores) a criação, ou supressão dos empregos públicos, bem como seus respectivos ordenados. No seu art. 179 encontramos que todo cidadão podia ser admitido aos cargos públicos civis, políticos, ou militares, sem outra diferença, que não a de seus talentos e virtudes. Cabe-nos, a posteriori, indagar quem era considerado cidadão naquela época. A própria constituição trazia a resposta em seu sexto artigo. Eram cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil, ainda que fossem libertos ou ingênuos - filhos de escravos nascidos após a libertação dos pais. Ainda que possamos discutir sobre as aplicações práticas da ressalva apresentada na carta de 1824, das entrelinhas surgia o inquestionável: escravo não era cidadão e consequentemente não teria acesso a emprego público remunerado. Os afro-descendentes só alcançariam este espaço vários anos depois da abolição.

Em meados do século XIX houve uma reforma do tesouro que pouco afetaria as alfândegas propriamente ditas. Nesse ínterim, foi criada uma importante repartição para centralizar a administração tributária: a Diretoria Geral das Rendas Públicas, que subsistiria até as reformas da era Vargas.<sup>113</sup> O regulamento baixado em 1844 passou a definir os critérios percentuais de cobrança dos impostos alfandegários com base na Nomenclatura de Bruxelas, que desde 1660 enumerava diversos itens comerciais em 212 artigos.<sup>114</sup> O crescimento econômico no país determinou novas e significativas mudanças na legislação aduaneira. Em 1860, publicou-se outro regulamento para as alfândegas, reu-

nindo as novas disposições de leis surgidas desde a última compilação.<sup>115</sup> As repartições aparecem classificadas em ordens, tendo por base as rendas arrecadadas, sua situação ou importância comercial. Porto Alegre assim figurou como alfândega de 5<sup>a</sup> ordem. Tal classificação era definidora dos ordenados dos empregados, regulando ainda o seu quantitativo para cada unidade. Nossa Alfândega contava então com 16 funcionários, fora os guardas e vigias que eram contratados em separado. Foram criados, para as alfândegas de primeira e segunda ordem, os cargos de ajudante do inspetor, chefes de seção, de terceiros e quartos escriturários, de oficiais de descarga, de segundos conferentes e de ajudante do porteiro, nem todos, portanto, adotados em Porto Alegre. Em contrapartida extinguiram-se os cargos de escrivães e de amanuenses. O serviço interno das alfândegas foi distribuído em quatro seções, para as de primeira e segunda ordem e em três seções para as de terceira ordem, medida que não causou alteração em Porto Alegre naquele momento. Em 1868 a situação permanecia praticamente inalterada conforme o quadro comparativo a seguir:

Tabela de ordenados e distribuição de vagas por cargos - 1868:

Ordem Cargos	1 <sup>a</sup>	Nº de Empre- gados	3 <sup>a</sup>	Nº	5 <sup>a</sup>	Nº
	Rio de Janeiro		Rio Grande		Porto Alegre	
Inspetor	3:000\$000	1	1:600\$000	1	1:000\$000	1
Ajudante do Inspetor	2:200\$000	1	-		-	-
Chefes de Seção	2:200\$000	3	1:300\$000	2	N/I <sup>116</sup>	-
Primeiros Escriturários	1:600\$000	8	800\$000	3	600\$000	1
Segundos Escriturários	1:200\$000	16	700\$000	5	500\$000	2
Terceiros Escriturários	800\$000	16	500\$000	5	400\$000	2
Quartos Escriturários	600\$000	16	400\$000	6	-	-
Oficiais de Descarga	500\$000	40	300\$000	10	300\$000	2
Tesoureiro	2:000\$000	1	1:000\$000	1	800\$000	1
Guarda-mor	2:200\$000	1	1:200\$000	1	N/I	-
Ajudantes do Guarda-mor	1:400\$000	2	800\$000	1	-	-
Primeiros Conferentes	1:800\$000	20	800\$000	6	700\$000	1
Segundos Conferentes	1:200\$000	12	700\$000	3	500\$000	2
Estereometra	1:800\$000	1	800\$000	1	-	-
Ajudante de Estereometra	1:200\$000	2	-	-	-	-
Fiel de armazém	800\$000	18	500\$000	4	-	-
Administrador das Capatazias	1:800\$000	1	800\$000	1	-	-
Ajudantes do Administrador	800\$000	2	-	-	-	-
Porteiro	1:200\$000	1	800\$000	1	-	-
Administrador das Capatazias e Porteiro	-	-	-	-	500\$000	1
Correios	360\$000	4	260\$000	1	260\$000	1
Contínuos	360\$000	4	260\$000	1	-	-
<b>TOTAL</b>		170		53		15

Fonte: Tabelas de número e vencimentos dos Empregados das Alfândegas. Decreto nº4175, de 06 de maio de 1868.<sup>117</sup>

Novo diploma legal trouxe outras alterações em 1876.<sup>118</sup> Na ocasião a Alfândega de Porto Alegre foi elevada para segunda ordem, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e Pernambuco e ao lado de grandes unidades como Santos e Rio Grande. Houve, então, significativo aumento nos ordenados e no número de empregados. Pelo novo regimento as alfândegas de segunda ordem teriam o serviço distribuído por duas seções, a saber: Primeira seção – a qual competia a fiscalização da entrada e saída de mercadorias

nos armazéns internos e externos, entrepostos e trapiches alfandegados, bem como despachos de reexportação e trânsito. Segunda seção – ligada à tesouraria, fazia o controle de receitas e despesas da alfândega e do assentamento pessoal da repartição. Acumulava esta seção, nas alfândegas de segunda ordem como a de Porto Alegre, as atividades desempenhadas pela terceira seção existente nas de primeira ordem, quais sejam: inventário dos bens do patrimônio, preparo de processos administrativos, escrituração de termos de responsabilidade, fianças e contratos.<sup>119</sup>

**Tabela de vencimentos e distribuição de vagas por cargos - 1876:**

Cargos	Porto Alegre	No. de Empregados
Inspetor	3:000\$000	1
Chefes de Seção	2:300\$000	2
Primeiros Escriturários	1:600\$000	2
Segundos Escriturários	1:300\$000	3
Terceiros Escriturários	1:000\$000	3
Praticantes	480\$000	2
Oficiais de Descarga	800\$000	3
Tesoureiro	2:000\$000	1
Conferentes	1:8000\$000	2
Fiel de armazém	1:000\$000	2
Administrador das Capatazias	1:800\$000	1
Porteiro	1:400\$000	1
Contínuos	480\$000	1
<b>TOTAL</b>		24

Fonte: Tabelas de número, classes e vencimentos dos empregados das Alfândegas do Império. Decreto nº6272, de 02 de agosto de 1876.<sup>120</sup>

Obviamente os ordenados das demais alfândegas também aumentaram, mas em termos comparativos com a unidade do Rio de Janeiro, Porto Alegre alcançou 50% daqueles vencimentos, o que representou um grande avanço posto que até então a relação remuneratória entre as unidades era de 1/3. Além dos funcionários listados na tabela anterior, a repartição contava com a força composta por dez guardas, um sargento e um comandante da guarda, que na falta do guarda-mor fazia as suas vezes.

## MUDANDO CENÁRIOS

“Os vapores procedentes do Rio de Janeiro vinham aqui duas vezes por mês. Todos levantavam as mãos para o céu, cada vez que o apito do paquete anunciava sua chegada no trapiche da alfândega, situado da parte agora aterrada e onde vai dar ao portão central do cais do porto.”

*Archymedes Fortini  
Revivendo o Passado*

Por volta de 1842 o crescimento da cidade era tal que a Câmara providenciou a colocação de placas indicativas com os nomes dos logradouros. Dentre os tais nomes, ainda carregados da originalidade provinciana que registravam a memória local, estavam a Praça da Alfândega e a Rua da Ponte (hoje Riachuelo). Em 1848 foi iniciado o calçamento das ruas, sendo as primeiras a Rua da Praia, a Rua de Bragança (Marechal Floriano) e a Praça Paraíso (15 de Novembro).<sup>121</sup>

Ainda naquele ano deslocara-se o foco comercial da Praça da Alfândega para a Praça Paraíso, com a construção do primeiro mercado público da cidade, que já mencionamos. Este trecho entre a Praça da Alfândega e a Paraíso tornar-se-ia a rua mais conhecida de Porto Alegre: a Rua da Praia.<sup>122</sup>

Após a Guerra Farroupilha as antigas fortificações foram demolidas liberando a cidade para crescer para além das

extremidades da colina.<sup>123</sup> Com a franca expansão topográfica e comercial começava a ficar notória a insuficiência das instalações alfandegárias. Não obstante os reparos sofridos em 1833-34 o trapiche já se encontrava em nova situação de precariedade de tal forma que no relatório de 1842 sobre as atividades da Alfândega não foi possível à comissão avaliadora esquivar-se:

(...) julgamos prudente tocar levemente sobre este assunto. Acha-se em um total estado de ruína a Ponte do Trapiche, em que se efetuam as descargas, e de um a outro momento o peso dos volumes pode com facilidade fazê-la abater, e tudo quanto estiver em cima (...) além das vidas dos empregados (...)<sup>124</sup>

O alerta vinha também com vistas a evitar enormes prejuízos à Fazenda, pois sem o trapiche a atividade aduaneira imediatamente seria interrompida. Na oportunidade destacava-se a confusa movimentação que ocorria em dia de importação e exportação, pois além desses serviços o trapiche era de serventia pública para o embarque e desembarque de passageiros, ocorrendo extravio de volumes, quer por furto, quer por ganhar errôneo destino.

Em 1846 as condições não haviam melhorado e o engenheiro Frederico Augusto Merina, ao apresentar proposta de reparos no trapiche, fez considerações sobre o mau estado em que também se encontrava a casa sobre o mesmo, propondo sua ampliação:

Este edifício está completamente arruinado e não preenche os fins a que é destinado, não só por ser muito pequeno, mas também por não ter em quase todo o verão água suficiente para junto a ele atracarem os barcos.<sup>125</sup>

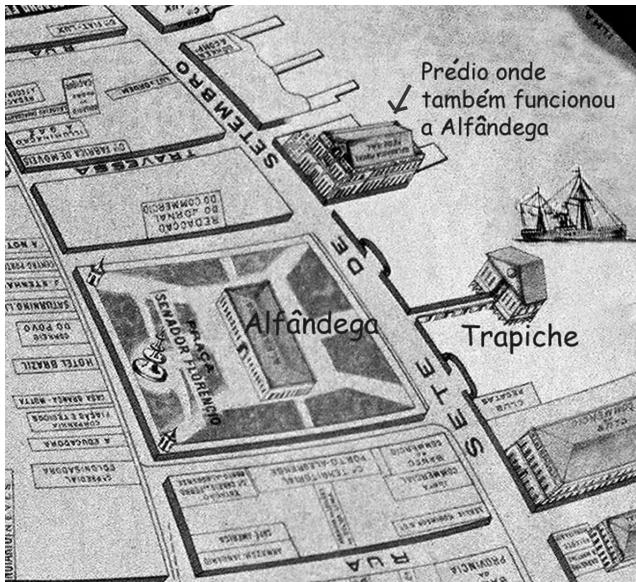
O procedimento de descarga prejudicado pelo baixo nível das águas obrigava os donos das mercadorias a baldearem para lanchas menores que muitas vezes também não encontravam água suficiente para fundarem junto ao trapiche, o que atrasava a fiscalização e onerava o comércio.

Dois anos depois, em 1848, ainda estavam em estudos reparos e aumento no trapiche, assim como a substituição do telhado da Alfândega, prevendo o aproveitamento do material existente. O projeto incluía a construção de muro ao redor da casa e portão de ferro que deveria ser colocado na entrada do corredor lateral da direita e para simetria, na esquerda, devendo formar as portadas e muro, imitando o portão. Ressaltava ainda a conveniência de se fecharem os corredores laterais do edifício que davam acesso ao trapiche, o que a julgar das fotos existentes não chegou a concretizar-se.<sup>126</sup>

Conforme Baguet, Porto Alegre era neste período uma cidade moderna a despeito de existir há poucos anos. José Feliciano Fernandes Pinheiro informou-lhe que a população alcançara trinta mil almas. Da região portuária aquele viajante pintou-nos um quadro em 1845:

(...)é uma das localidades mais pitorescas do Brasil. Construída na encosta de uma colina, tem vista para a enseada coberta de navios e para cinco rios, dispostos exatamente como os dedos de uma mão aberta, que se lançam na baía do Rio Guaíba.<sup>127</sup>

Este cenário assim permaneceria até o início das obras do primeiro grande cais da Alfândega em 1856. Até então as ruas da praça não eram calçadas e a água tocava a cidade em forma de praia, exceto no primitivo aterro que sustentava o prédio da Alfândega. A obra que durou dois anos redesenhou o espaço, adornando-o com duas escadarias e parapeitos num cais de pedra que se adaptaram ao trapiche já cinqüentenário. O calçamento incluía um sistema de escoamento de água. A chamada Nova Rua da Praia (atual 7 de Setembro) teve unidos seus dois segmentos até então separados pelo largo da Alfândega.<sup>128</sup>



Detalhe de Planta Comercial de Porto Alegre. 1900. Original: impresso pela Empreza Annunciadora S. R. Weiss & Cia. Fonte: Acervo IHGRGS. Editado pelo autor.

Em 1856 passou a ser chamada de Rua da Alfândega, recebendo a denominação atual, em 1865, em homenagem à Independência, mesma motivação que transformou a Rua da Praia em Rua dos Andradas.<sup>129</sup> Se por um lado esta última manteve-se no imaginário popular com o velho nome, aquela se firmou mesmo como “7 de Setembro”. Nesse período o capitalista Manoel Ferreira Porto Filho planejava construir um prédio na tal rua com o objetivo de vendê-lo ao governo para servir de alfândega. O intento acabou não se concretizando, pois antes disso o seu idealizador foi vitimado pela cólera-morbo em 1867.<sup>130</sup>

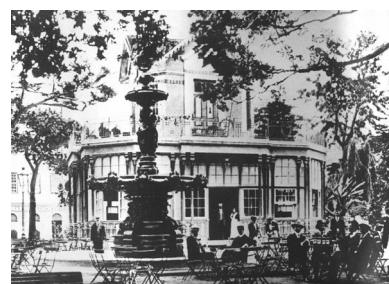
Não tardou que de diversos pontos da margem novos braços de trapiches se estendessem em direção ao Guaíba. No ano seguinte foi iniciada a arborização da praça, e a Hidráulica de Porto Alegre implantou um chafariz de ferro bronzeado em frente à Casa da Alfândega.<sup>131</sup> Ficava próximo à Rua da Praia e em

algumas fotos aparece com suas alegorias pintadas de branco, recurso utilizado para imitar o mármore das esculturas clássicas.<sup>132</sup>



Frente da Alfândega, voltada para a Rua da Praia. Autoria desconhecida. [s.d].  
Fonte: AHRGS, Álbum Porto Alegre Antigo, AF013.

O mesmo chafariz esteve posteriormente na Praça Parobé,<sup>133</sup> próximo ao Mercado Público e junto ao Chalé da Praça XV<sup>134</sup>, conforme vemos nas fotografias a seguir. Atualmente pode ser encontrado no Parque Farroupilha, a popular Redenção, aos fundos do Auditório Araújo Viana, que deixamos propositalmente sem a foto correspondente como um convite ao leitor de visita ao parque. Um histórico das mudanças desse chafariz renderia um estudo à parte.



Chafariz da Alfândega em outros locais em que esteve instalado. À esquerda Praça Parobé. À direita Praça XV.

Em 1864 foi recuperado o trapiche e contratada obra para executar reparos na Casa da Alfândega.<sup>135</sup> No mesmo ano iniciou-se a construção do atual Mercado Público na Praça Paraíso, que logo substituiria o primeiro mercado.

O Imperador D. Pedro II veio a Porto Alegre pela segunda vez em 1865, quando dirigia-se a Uruguaiana, palco dos eventos iniciais da Guerra do Paraguai (1865-1870). Nesta ocasião foi fotografada a cidade, tendo em primeiro plano a antiga Alfândega.



Fundos da Alfândega. Escadaria à esquerda do trapiche. Apesar da chuva, autoridades e populares aglomeraram-se ao limite no cais para receber o Imperador. Fotógrafo: Luiz Terragno. 1865. Original: Coleção Dona Thereza Christina Maria. Biblioteca Nacional.

Observa-se na foto que a Casa da Alfândega estava em boas condições, inclusive com o telhado em perfeito estado. O francês Conde d'Eu, ligado à família imperial pelo casamento

com a Princesa Isabel, veio em seguida ao encontro do nobre sogro. Conde d'Eu assim apresentou suas impressões da chegada à cidade:

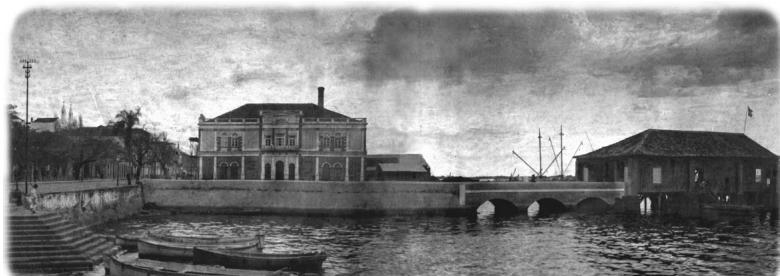
(...) dirigimo-nos para Porto Alegre, cujos edifícios, de uma brancura deslumbrante, começavam a aparecer entre a lagoa e as colinas verdejantes. A cidade é toda em rampa, como o Desterro, e cobre as encostas de um outeiro quase inteiramente rodeado pelas águas. Tem alguns edifícios de bela construção que dominam os outros; o principal é o teatro. É em suma um lindo panorama. Em compensação o pampeiro parecia tornar-se cada vez mais glacial e fazia-me tremer de frio na coberta, donde o prazer de ver a cidade não me deixava sair. (...) Logo que fundeamos entre os navios que estavam em frente da cidade, saltei para um escaler (...) As vagas eram tais que a cada momento entravam no escaler, e a despeito dos esforços dos remadores, acabamos por ceder à sua violência, indo desembarcar em uma escada diversa daquela a que primeiramente dirigíamos e onde nos esperavam as autoridades.<sup>136</sup>

Após a guerra, que custara aos cofres públicos 613.183:262\$695 e cerca de 100 mil mortes, tomaram-se medidas de ajuste tributário reimplementando o imposto de estadia nas docas e alterando a tarifa geral das alfândegas.<sup>137</sup>

O golpe fatal dado à escravidão com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós que proibira o tráfico negreiro em 1850 dava seus sinais na escassez de mão-de-obra cativa nas três últimas décadas do século XIX. A solução adotada foi mais uma vez recorrer à imigração que trouxe novas levas de estrangeiros ao sul do Brasil, mormente italianos e alemães. A princesa Isabel também esteve em Porto Alegre com o marido Conde D'Eu, então graduado como marechal do Exército Brasileiro, pouco antes de sancionar a lei que aboliria a escravatura. Em seu diário ela mencionou as dependências em que funcionava a Alfândega na época, indicando que já estava em uso o sobrado particular que ficava ao lado do trapiche, na esquina das atuais 7 de Setembro com a Capitão Montanha, permanecendo a antiga Alfândega como depósito:

(...) casa para as mercadorias, e perto: Tesouraria da Fazenda, onde abaixo trabalham os empregados da alfândega, e a Pagadoria, e em cima a Junta Comercial, bonito edifício.<sup>138</sup>

Ali estaria instalado o pessoal da Alfândega até que fosse construído novo prédio.<sup>139</sup> Entre 1870 e 1875 novos problemas de estrutura sucederam-se tanto no trapiche quanto na Casa da Alfândega, cujo telhado desabou em 1873, tornando-se cada vez mais premente a providência de novas instalações.<sup>140</sup>



Escadaria à esquerda do Trapiche. Ao fundo o sobradão onde funcionou a Alfândega. Cartão Postal de 1900. Fonte: Fototeca do Museu da Comunicação Social do Rio Grande do Sul.

Por resolução da Câmara Municipal em 1883 a Praça da Alfândega passava a chamar-se Praça Senador Florêncio.\* Tal como ocorrera com a antiga Rua da Praia, este logradouro manteve viva sua tradicional denominação ligada à adolescência da cidade na memória coletiva do porto-alegrense. Até os dias de hoje é conhecida como Praça da Alfândega.<sup>141</sup>

A epígrafe que adorna o capítulo veio a público em 1921 pelo cronista Archimedes Fortini, rememorando comentários

de um amigo não menos ilustre, Aquiles Porto Alegre sobre o panorama ainda provinciano da capital no final do século XIX.<sup>142</sup> Escreveu ainda Fortini:

(...) do que estou lembrando agora é do apito longo e profundo do vapor Íris, do Lóide Brasileiro, momentos antes de atracar no porto desta cidade (...) princípios de dezembro de 1899 (...) Queria tocar terra o mais rapidamente possível e isso só consegui com a ajuda de um pequeno bote, um dos muitos que, partindo dos trapiches da rua das Flores (Siqueira Campos), faziam o transporte dos passageiros chegados ao porto local. (...) Desembarquei numa escadaria da rua Sete de Setembro, (...) Com os pés em terra, deparei com o serviço de carros a tração animal, nas proximidades do pequeno pavilhão, sede da Guardamoria.<sup>143</sup>



Ponta do Trapiche no início do século XX, foto de Virgílio Galegarí. Observe-se no telhado sobre a entrada voltada para a ponte, a placa de pedra inaugural que hoje se encontra no saguão do atual Edifício da Alfândega. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

\* Em homenagem a Florêncio Carlos de Abreu e Silva, ilustre político da Província e senador do Império.



Trapiche visto a partir do Guaíba, início do século. Foto de Virgílio Galegari. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Novo projeto de edificação para a Alfândega e para a tesouraria da fazenda em prédio comum foi apresentado, em 1889, por uma comissão de obras públicas. As justificativas apresentadas para tal empreendimento apontavam com generosidade as imperfeições e problemas do local, que apesar dos excessos argumentativos deviam guardar traços de verossimilhança com o cenário local. Era proposto um aterro que, de acordo com o projeto, faria desaparecer a “praia infecta” que se achava em frente à Alfândega, e a demolição de sua antiga casa desobstruiria a acanhada praça em que se achava edificada. A antiga Alfândega era apresentada como um “tosco e incapaz barracão”, que já era insuficiente até como depósito:

*A exigüidade deste barracão é de tal ordem que quase todas as armazéngens são feitas em casas alugadas as quais muitas vezes não estão em condições de receber as mercadorias que lhes são destinadas, despendendo-se além disso quantia superior a 6 contos de réis anuais com aluguéis dessas mesmas casas assim impróprias.<sup>144</sup>*

Para o assaz conhecido problema da insuficiência do cais, cujas escadas e trapiche só permitiam chegar pequenas embarcações quando as águas estavam baixas, a solução oferecida era um aterro na extensão de 154,4 m, onde seria construído novo cais de pedra, a partir do qual se estenderia perpendicularmente uma ponte sobre pilares de alvenaria até o ponto em que o fundo do rio estivesse a três metros.

*Tanto as escadas como o trapiche só deixam chegar as embarcações que os demanda e por ocasião de altas águas sendo nas outras épocas do ano que são mais freqüentes feitos os embarques e desembarques de mercadorias com o auxílio de pesadas lanchas ou chatas, o que muito dificulta o serviço.<sup>145</sup>*

Este projeto que não chegou a se concretizar daria uma feição bastante semelhante ao antigo cais, porém ampliado. Teria ponte e casa de madeira sobre um trapiche maior, com três guindastes de ferro para desembarcar as mercadorias antes do seu definitivo destino. O projeto implementado anos mais tarde seria bem mais arrojado.

Tratava-se de um período de mudanças na política e administração brasileiras. A primeira Carta Magna (1891) após a proclamação da República ratificava a divisão das competências tributárias entre as pessoas políticas (União, Estados e Municípios). Quanto aos tributos aduaneiros permanecia de competência exclusiva da União o imposto de importação, bem como decretar direitos de entrada, saída e estadia de navios nos portos brasileiros. Já o imposto de exportação passava à competência dos estados responsáveis pela produção, situação que se mante-

ria até a reforma tributária de 1965, que trouxe o imposto novamente para os cofres da União.<sup>146</sup>

Durante a transição para a República, a Alfândega era comandada por Antonio Lustosa de Lacerda Macahyba, que por três oportunidades estivera como titular do cargo (1885-1889; 1890-1897; 1905-1906). Em testemunho a sua forte personalidade contava-se que este inspetor proibira expressamente que se fumasse nas dependências da Alfândega. Certa vez, enquanto fazia uma de suas habituais visitas noturnas à guardamoria para vistoriar o trabalho, trazia entre os dedos farto charuto recém-aceso que apreciava em repetidas tragadas. Ante o descumprimento de sua própria ordem chamou-lhe a atenção um guarda aduaneiro, levando o chefe a livrar-se do pito ainda fumegante. No dia seguinte os demais membros da corporação aguardavam a punição do colega que em ousadia repreendera o austero e respeitado inspetor, quando, para surpresa de todos, o mesmo foi elogiado em portaria por saber fazer cumprir as ordens superiores.<sup>147</sup>

Ao inspetor Macahyba sucedeu Luiz Vóssio Brígido que se sobressaiu em prestígio e devoção ao trabalho. Administrou a casa de 1897 a 1898, e sua saída, motivada por força maior, como veremos adiante, não o impediu de continuar se destacando. Foi incumbido da instalação da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no RS, sendo seu primeiro delegado. Projeteou ainda o regulamento para o serviço de repressão do contrabando no estado.<sup>148</sup> Num contexto de final de século cheio de mudanças e transformações a Alfândega enfrentaria ainda um novo revés em seu funcionamento.

## O ANO EM QUE A ALFÂNDEGA FECHOU

“O motivo determinante desta medida consistiu na necessidade, em que vemos, de cortar todas as despesas, (...)"

Relatório Ministerial da Fazenda. 1897

Em fevereiro de 1898 foi ordenada a extinção da Alfândega de Porto Alegre. Em seu lugar seria criada uma mesa de rendas de primeira ordem – repartição com menos atividades alfandegárias. Sobre tais repartições explicou José Eduardo Godoy:

*Quando foram criadas, todas as Mesas de Rendas eram alfandegadas, pois se destinavam exatamente a operar despachos aduaneiros em portos de escasso movimento, cuja renda não compensasse a instalação de uma aduana completa. Mais tarde, em 1860, foram classificadas em quatro tipos: as de 3a. Ordem, incapazes de qualquer atividade aduaneira, as de 2a. Ordem, habilitadas para algumas atividades, as de 1a. Ordem, com atribuições ainda maiores e as alfandegadas, verdadeiras aduanas em miniatura.<sup>149</sup>*

O decreto havia sido assinado pelo presidente em 31/12/1897, mas o telegrama do ministro da Fazenda ordenando sua execução chegou apenas em fevereiro do ano seguinte. O inspetor marcou o prazo de três meses para a liquidação das mercadorias existentes nos armazéns da Alfândega.<sup>150</sup> A justificativa apresentada fora de razões econômicas, provocando mesmo encaminhamento a outras repartições congêneres como a de São

Paulo, Itajaí e Pelotas. No sul, possivelmente tais motivações tenham sido ratificadas pelas divergências entre o governo estadual de Júlio de Castilhos e a administração federal de Prudente de Moraes. O discurso oficial publicado em relatório da Fazenda foi apresentado de forma impessoal:

*O motivo determinante desta medida consistiu na necessidade, em que vemos, de cortar todas as despesas, que possam ser suprimidas, sem desorganização dos serviços públicos. (...) não havia, pois, a necessidade de se estar mantendo à custa de pesados sacrifícios, repartições perfeitamente dispensáveis (...).*<sup>151</sup>

O governo alegava ainda que havia poucos funcionários e que a concentração de funções prejudicava o desempenho e a regularidade das atividades. Com a supressão seriam também extintos os empregos de seus oficiais.<sup>152</sup> A Alfândega de Rio Grande foi apresentada como a mais aparelhada e capaz, portanto, de absorver o trabalho das co-irmãs da capital e de Pelotas. Desde o dia 02 de fevereiro já se dirigiam para Rio Grande as mercadorias vindas do exterior com destino à capital. Os funcionários riograndinos logo passaram a fazer turnos de doze horas (das 6 às 18 horas) para atender à nova demanda.

Apesar de Rio Grande ter maior arrecadação e movimento portuário que Porto Alegre, o fechamento de nossa Alfândega traria nada mais que prejuízos ao mercado importador da capital e adjacências. Onerava-se o comércio com a baldeação das mercadorias destinadas à praça de Porto Alegre desembarcadas em Rio Grande. Os comerciantes locais logo se reuniram para tomar providências no intuito de restabelecer-lhe o funcionamento. Recorreram energicamente através de telegramas ao governo federal, solicitando que as cargas já enviadas a Porto Alegre fossem ali despachadas até o próximo mês de abril. Lançando mão de uma espécie de “operação tartaruga”, buscaram então retardar ao máximo o andamento dos trabalhos na Alfândega,

conservando-a em funcionamento até meados daquele ano. Tal procedimento pode ter contado com a cooperação dos funcionários, que se viam ameaçados da perda de seus empregos:

*Como era de prever, os inconvenientes a que está sujeito o comércio importador de Porto Alegre com a supressão da alfândega, têm-se manifestado altamente. Os serviços de descarga e de despacho das mercadorias na Alfândega de Rio Grande são feitos com grande demora, o que é natural, em vista do aumento de serviço causado pelas cargas para Porto Alegre (...).*<sup>153</sup>

O deputado gaúcho Pinto da Rocha apresentou projeto ao Congresso propondo o restabelecimento da unidade. Um dos parlamentares que defendeu veementemente o funcionamento da casa foi o senador Pinheiro Machado, informando que com o fechamento a renda pública fora desfalcada em mais de 800 contos, além das dificuldades causadas ao comércio:

*Por outro lado, é preciso acrescentar que a própria praça do Rio Grande, que, com insistência, solicitava a medida da concentração do serviço alfandegário naquela cidade, hoje já não a deseja mais, porque tal é o prejuízo que o comércio daquela praça também tem sofrido com o acúmulo das mercadorias em seu porto, sem poder despachá-las senão após dois e mais meses, que verificou que, da concentração ali do serviço alfandegário do estado, graves inconvenientes lhe advieram.*<sup>154</sup>

Mais de um ano depois de ser fechada, em agosto de 1899 foi aprovado o projeto de reabertura logo sancionado pelo presidente. Coincidência ou não havia um novo presidente no país, Campos Sales, e um novo governador no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, facilitando a pacificação da situação antes divergente.<sup>155</sup> Conforme colocou Pinheiro Machado em seu discurso, era de causar estranheza que uma repartição naquele tempo já com “mais de meio século de existência fosse extinta,

sem haver fatos evidentes que exigissem seu desaparecimento.” Providenciou-se prontamente a nomeação dos funcionários, fixando-se 1º de setembro de 1900 como data de sua reabertura.<sup>156</sup> Como titular da inspetoria assumiu João Francisco do Prado Jacques, dirigindo-a até 1905, quando reassumiu o inspetor Macahyba, já citado. Na oportunidade do restabelecimento houve comemoração nas ruas da cidade com a participação de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos.<sup>157</sup>

No relatório ministerial a Alfândega novamente ganhava o devido destaque e importância:

*A lei nº 630, de 31 de outubro do ano próximo findo, restabeleceu a Alfândega de Porto Alegre (...) o restabelecimento dessa alfândega e a criação da de Santana do Livramento, é de crer que muito concorram para mais regular a fiscalização das rendas e sua coleta.<sup>158</sup>*

## RECREANDO O ESPAÇO DA ALFÂNDEGA

“Praças são como ilhas no mar tumultuado das metrópoles, ilhas de verde, de tranqüilidade. A Praça da Alfândega – relativamente pequena – não é exceção.”

*Moacyr Scliar.*  
Porto de Histórias.

Restabelecida a Alfândega chegava o momento de dar melhores condições de trabalho à área portuária da cidade. Ainda em 1900 a Secretaria de Obras do Estado apresentou ao governador um projeto para o porto capaz de atender às necessidades da capital sul-rio-grandense, com uma extensão de cerca de 3 km e com vários armazéns.<sup>159</sup> Já havia mais de trinta trapiches na margem do Guaíba entre as Praças da Alfândega e Paraíso apontando a necessidade do cais.<sup>160</sup> A situação nesses atracadouros era muito precária, acumulando detritos propensos à proliferação de mosquitos e ratos.<sup>161</sup>

A renda da Alfândega naquele ano finissecular fora de 4.055:905\$000, sendo 2.743:604\$000 do imposto de importação e 617:933\$000 do imposto de consumo. O restante correspondia a outros créditos como entrada, saída e estadia de navios, depósitos e demais adicionais.<sup>162</sup> Este valor arrecadado em Porto Alegre, após a reabertura da repartição, refletiu-se novamente nas rendas em Rio Grande, reduzindo-lhe na mesma proporção a arrecadação. No porto rio-grandino as cifras arrecadadas foram de 12.974:585\$000 em 1900, decrescendo para 8.453:852\$000 no ano seguinte.<sup>163</sup>

Se no início do século XIX o comércio exterior era exclusividade da Metrópole Portuguesa, passando em seguida para a Inglaterra através da Abertura dos Portos, na virada para o século XX registravam-se anualmente na Alfândega de Porto Alegre cerca de 10 mil despachos de importação para os seguintes países: Alemanha, Inglaterra, França, Argentina, Uruguai, Itália, Portugal, Bélgica, Estados Unidos, Suécia, Áustria, Suíça e Rússia.<sup>164</sup>

Em relatório ao Ministério da Fazenda de 1901 o Inspetor João Francisco do Prado Jacques informava que apesar da falta de funcionários convocados para integrarem comissões em diversas localidades o expediente seguia em funcionamento satisfatório. Solicitava, entretanto, o retorno de seus empregados:

*É isso devido simplesmente ao esforço de alguns escriturários zelosos, que não duvidam sacrificar sua saúde, trabalhando fora das horas obrigatórias e acumulando serviços diversos. Como, porém, não é justo abusar deste sacrifício, lembra a conveniência de se fazer recolher à alfândega, ao menos três dos comissionados em massas de rendas, onde já se acham há alguns anos.<sup>165</sup>*

Em 1903 já estava autorizada a destruição do antigo prédio da Alfândega, várias vezes mencionado como um “velho barracão em ruínas”. Permaneceria ali, contudo, inerte ainda por mais alguns anos. Foram iniciados os trabalhos de nivelamento na praça com aterros nos passeios e reforma nos jardins.<sup>166</sup>

Quando a Alfândega completava seu primeiro centenário de existência, em 1904, a praça do comércio de Porto Alegre propôs ao Congresso Nacional a construção de nova sede em troca da concessão por 50 anos da cobrança dos impostos de armazenagem, das capatacias e trapiches, cujo pessoal e demais despesas de manutenção seriam pagos pela concessionária, revertendo o prédio aos bens da União no final do prazo contratado.<sup>167</sup> Obviamente tal proposta não poderia ser aceita por descharacterizar a fiscalização pública em sua essência.

O anteprojeto prevendo a grande área a ser aterrada foi apresentado em 1909. Ali estava indicada a ocupação da nova

área por prédios públicos de repartições federais, incluindo a Alfândega, a Delegacia Fiscal e os Correios e Telégrafos.

Por motivo de limites no orçamento a proposta inicial para o porto teve que ser alterada, reduzindo-se as dimensões para 800 metros de cais, composto por 5 armazéns. O mesmo seria dotado de guindastes elétricos e 5 metros de profundidade para atracação a jusante e 3 a montante.<sup>168</sup>

Primeiramente, concluíram-se os aterros somente na área do porto e dos prédios públicos previstos para a Praça da Alfândega. A cidade avançou cerca de 180 metros na área do Guaíba, dando-se início no ano de 1911 às obras do cais, em seu primeiro trecho de 140 metros em frente à praça, que seria concluído dois anos depois. Iniciava-se também demorada construção do novo edifício para a Alfândega, que trataremos pormenorizadamente mais adiante.

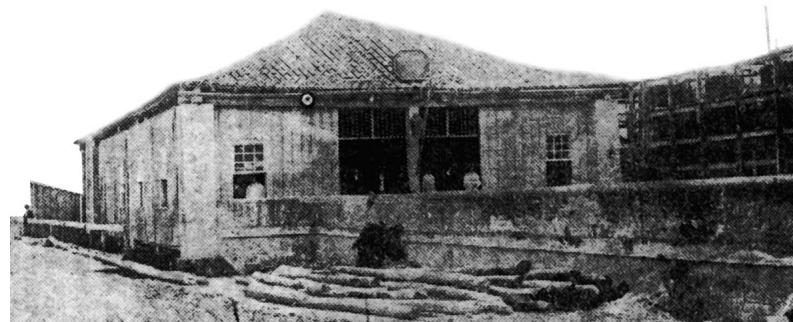


Prédio onde funcionou a Alfândega ao lado do antigo edifício da Caixa Econômica na 7 de Setembro. Observe-se a área aterrada à sua frente. A primeira tomada foi feita de cima do trapiche, de onde se vê a outra escadaria. Fonte: Fototeca do Museu da Comunicação Social do Rio Grande do Sul.



Os aterros nas demais áreas contíguas à praça continuaram nos anos seguintes. Inicialmente o projeto teve uma certa resistência por parte dos comerciantes que tinham seus trapiches particulares. Por outro lado tais estruturas irregulares eram vistas como fator de desigualdade entre as firmas comerciais, e queixas constantes faziam referência “aos trapiches em mãos de poucos afortunados”<sup>169</sup>

O antigo prédio da Alfândega foi finalmente demolido em 1912, tendo servido por quase um século à repartição. No ano seguinte foi finalizada a construção do prédio dos Correios e Telégrafos, iniciada em 1910, e iniciada a obra de edificação da Delegacia Fiscal, todos integrando a paisagem da praça.<sup>170</sup>



Área do Trapiche já aterrada. À direita aparece o prédio dos Correios em construção que durou de 1910 a 1913. Estima-se que esta foto seja de 1912. Autoria desconhecida. Fonte: Livro – Revivendo o Passado, de Archymedes Fortini.

Com os avanços proporcionados pelos aterros o antigo trapiche da Alfândega permaneceu um tempo rodeado de terra firme. Originalmente prolongava-se justamente pelo espaço entre os dois novos edifícios erguidos. O trapiche alinhava-se sobre o traçado da nova Av. Sepúlveda com início na antiga praça à altura da 7 de Setembro e se estendendo até a atual Siqueira Campos.<sup>171</sup> Com a destruição da casa do trapiche a sua placa inaugu-

ral foi removida para o Museu do Estado onde permaneceu até sua inclusão no hall de entrada do novo edifício da Alfândega por sugestão de Gaston Mazzeron, cronista e estudioso da história de Porto Alegre:

*Conheci o grande casarão que estava localizado ali na Praça Senador Florêncio, e também a ponte que existiu (...) Quando estava sendo terminada a construção do atual edifício da alfândega, escrevi um tópico no Jornal da Manhã, sugerindo que uma velha pedra, que durante muitos anos figurou sobre a beirada do telhado do secular trapiche e que com a demolição deste foi recolhida ao Museu do Estado, voltasse a figurar como uma homenagem ao passado, no novo edifício. A sugestão foi aceita pelo Dr. Adão Bueno de Araújo, que era o engenheiro fiscal da obra. (...) Ela é, sem dúvida, um lindo marco do passado.<sup>172</sup>*

Em 1913 um incêndio num armazém agitou a área portuária. O depósito estava sob um dos inúmeros trapiches que costeavam o Guaíba quase em frente à Alfândega sediada na 7 de Setembro. O expediente encerrava às quatro da tarde naquela época. Todos os empregados da Alfândega já tinham deixado a repartição e o armazém havia sido fechado pelo fiel sem que nada de anormal lhe despertasse a atenção para o sinistro que ocorreria. Meia hora depois pesadas nuvens de fumaça foram vistas saindo do pavilhão, e os bombeiros foram chamados a tempo de somente evitar que as chamas se alastrassem para os demais trapiches. O armazém era particular e estava assegurado. Prejuízo maior coube aos importadores que já haviam inclusive recolhido o imposto de centenas de máquinas de costura.<sup>173</sup> Foi aberto inquérito para investigar as causas do infortúnio concluindo-se que foi acidental.<sup>174</sup> A velha estrutura de trapiches estava derrotada, cada vez mais justificando-se um porto moderno.

No ano seguinte concluíam-se os aterros na área da Alfândega, o ajardinamento em frente aos Correios e a terraplanagem no corredor lateral entre o mesmo e a Delegacia, onde ficava o

trapiche.<sup>175</sup> As obras no porto sofreram alguns reveses retardando o bom andamento das construções. Após processo de concorrência, venceu a *Société Française d'entreprises de dragages et de travaux publics* para construção em sua extensão total. Aconteceu que a *Compagnie Française du Port de Rio Grande* que havia sido contratada para construir os molhes da Barra alegou que seus direitos de construção deveriam alcançar o porto da capital gaúcha, impugnando a concorrência. Apesar do contratempo a reivindicação não vingou.<sup>176</sup> Com o início da Grande Guerra, novo percalço e a empresa francesa contratada teve que suspender os trabalhos.<sup>177</sup> As cúpulas de bronze destinadas à Delegacia Fiscal, encomendadas de uma casa de fundição da Alemanha, foram confiscadas antes de sair daquele país e transformadas em canhões.<sup>178</sup>

O conflito mundial impôs restrições à importação resultando no aumento da produção pecuarista local. Entretanto os efeitos pós-guerra fizeram o mercado nacional refluir. Na esteira das baixas na exportação do café a economia gaúcha sofreu perdas, uma vez que o sudeste, a fim de reequilibrar sua balança comercial, reduziu a compra de gêneros produzidos no sul como arroz, feijão, banha e charque.<sup>179</sup> Além das dificuldades da guerra, a economia gaúcha diversificava-se na Primeira República. Com o advento dos frigoríficos o charque perdeu espaço no mercado de conservação da carne, atingindo a região sul. Nova leva de imigrantes, principalmente de italianos, traria fôlego ao setor agrícola principalmente com a cultura vinícola na região serrana.<sup>180</sup>

No início da década de vinte seria entregue ao tráfego o primeiro trecho do cais. Seus armazéns e respectivos guindastes logo entraram em franca atividade.<sup>181</sup> Embora a construção do porto tenha se dado por etapas, o ano oficial de sua inauguração fixou-se em 1922, quando se encontravam concluídos 924m de cais, grande parte com calado de 6m, permitindo o atracamento de embarcações de grande porte.<sup>182</sup> As estruturas metálicas que

formam o pórtico central do cais do porto foram encomendadas em 1919 à Casa Costa Daydée de Paris, sendo concluída a obra com seus vitrais de cristal transparente em 1922.<sup>183</sup>

Somente no final do governo estadual de Borges de Medeiros, em 1927, anunciava-se a conclusão de cerca de 1,6 km de cais acostável, dotado de 10 armazéns e 32 guindastes elétricos.<sup>184</sup> A Alfândega nesse mesmo ano permanecia no prédio locado e o aluguel subira de 2 para 8 contos de réis.\*

Ainda no relatório ministerial da Fazenda de 1911 informava-se que o prédio da 7 de Setembro era pequeno e sem ventilação.<sup>185</sup> Nos anos 20 a situação permanecera insalubre, persistindo as queixas de má instalação, falta de higiene e indisponibilidade de espaço para a guardamoria e para a tesouraria, que estocava os selos indicativos da tributação.<sup>186</sup> Tornava-se imperativa a conclusão da nova Alfândega.

---

\* Requerimento de Azevedo Moura e Gertum sobre o contrato para terminação das obras da Alfândega. Diretoria do Patrimônio Nacional. 24 de janeiro de 1933. O novo cais de frente à Alfândega se estenderia ainda em direções opostas a partir do Portão Central em sucessivas obras até a década de 40 quando atingiria aproximadamente 3,5 km. Nos governos de Getúlio Vargas e Café Filho, entre 1951 e 1956 se agregariam o Cais Marcílio Dias e o Cais Navegantes, completando a faixa portuária. Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. Op. cit., p.326.

## Notas – Parte 2

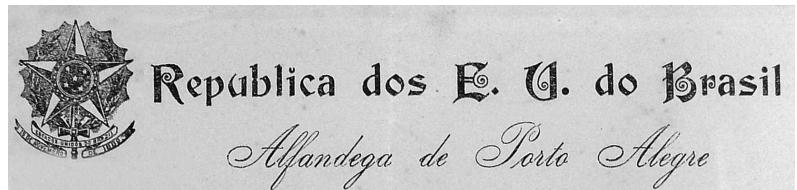
- <sup>1</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p.43.
- <sup>2</sup> Id, op. cit., p.376.
- <sup>3</sup> Id. ib.
- <sup>4</sup> CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (Arquivo Nacional, sob a direção de). **Processo dos Farrapos.** Oficinas gráficas do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1933. Vol.III. p.471-472.
- <sup>5</sup> Requerimentos -AHRSS - Maço 28 - 1821.
- <sup>6</sup> MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: **Urbanização e Modernidade.** A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p.27.
- <sup>7</sup> Conforme Posturas aprovadas em 1831 pelo Conselho Geral da Província citado em FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 25.
- <sup>8</sup> ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastre. **Produção e uso dos espaços centrais a beira-rio em Porto Alegre (1809-1860).** Dissertação de mestrado. PUCRS: Porto Alegre, 1993. p. 81.
- <sup>9</sup> ZAMIN, Frinéia. **Praça da Alfândega.** Cronologia da Evolução Física. Porto Alegre: IPHAE, (Mimeo), 2001.
- <sup>10</sup> SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre: Crônicas de minha cidade.** Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961. Volume 1. p. 45.
- <sup>11</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias Economo-Políticas sobre a Administração Pública no Brasil.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978. p.115.
- <sup>12</sup> Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 10/09/1822. AHRGS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>13</sup> Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 23/04/1823. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>14</sup> SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE PORTO ALEGRE. **História, evocação e saudade:** uma festa na Alfândega de Porto Alegre. Porto Alegre: s/e, 1946. p.26.
- <sup>15</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p.181.
- <sup>16</sup> TELLES, Leandro Silva. **Breviário Histórico Sentimental da Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.** Porto Alegre: Renascença, 1980. IV. (folhas soltas) [não paginado].
- <sup>17</sup> ZAMIN, op. cit., s/p
- <sup>18</sup> Cf. GODOY, José Eduardo Pimentel de. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/srf/historico.htm>> Acesso: 05 de agosto de 2005.
- <sup>19</sup> DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IEL, 1961. p.100.
- <sup>20</sup> Referindo-se aqui ao errante que vagava sobre os campos no Rio Grande do Sul roubando gado e pilhando Vilas e não especificamente ao termo gentílico que designa o sul-riograndense, conforme atribuição posterior. Sobre o gaúcho histórico ver: GONZAGA, Sergius. **RS: Cultura e Ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; e MEYER, Augusto. **Gaúcho: História de uma palavra.** Porto Alegre: Globo, 1957.
- <sup>21</sup> WEIMER, Günter. **A Arquitetura.** Porto Alegre: Ed da Universidade – UFRGS, 1992. p.57.
- <sup>22</sup> Id. Instrução para o tombamento dos conjuntos urbanos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega. Porto Alegre. IPHAE, (Mimeo), 2000.
- <sup>23</sup> ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul** 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p.61.
- <sup>24</sup> ESCOSTEGUY, op. cit., p. 81.
- <sup>25</sup> ISABELLE, op. cit., p.67.
- <sup>26</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p. 25.
- <sup>27</sup> <http://www.bb.com.br/appbb/portal/hs/moeda/MoedaImpério.jsp>
- <sup>28</sup> MACEDO, Roberto. **História Administrativa do Brasil:** Brasil sede da Monarquia. Brasil-Reino. Brasília:Editora da Universidade de Brasília. 1983. V.7, Tomo IX, pt.1. p.21-22.
- <sup>29</sup> VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **História Administrativa do Brasil:** Brasil sede da Monarquia. Brasil-Reino. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1984. V.8, pt.2. p.26.
- <sup>30</sup> LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p.152.
- <sup>31</sup> RIBEIRO JÚNIOR, José. **A Independência do Brasil.** 7 ed. São Paulo: Global, 1997. p.30-31.
- <sup>32</sup> BARBOSA, Eni. **Administração fazendária adotada pelos Farrapos.** In: Estudos Ibero-Americanos. Vol.III N°1, Julho de 1982, PUCRS, Porto Alegre. p.20.
- <sup>33</sup> RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., p.32.
- <sup>34</sup> BARBOSA, Eni. Administração fazendária ... Op. cit., p. 20.
- <sup>35</sup> Cf. Alvará de 1o. de abril de 1808 de D. João VI.
- <sup>36</sup> MAGALHÃES, Manoel Antônio de. **Almanak da Villa de Porto Alegre.** Porto Alegre: Globo, 1908. p. 24.
- <sup>37</sup> BARBOSA, Eni. **O órgão fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859).** Porto Alegre: PUCRS. 1979. Dissertação de Mestrado. p.149 e 168.
- <sup>38</sup> AMED, Fernando José. NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos Tributos no Brasil.** São Paulo: SINAFRESP, 2000. p.181.
- <sup>39</sup> MACEDO, Roberto. Op. cit., p.23.
- <sup>40</sup> BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997. p.37.

- <sup>41</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul:** a trajetória do parlamento gaúcho. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. p.13.
- <sup>42</sup> BARBOSA, Eni. **O órgão fazendário...** Op. cit., p.148.
- <sup>43</sup> AMED; NEGREIROS, op. cit., p.182.
- <sup>44</sup> Pesavento, op. cit., p.19.
- <sup>45</sup> BARBOSA, Eni. **O órgão fazendário...** Op. cit., p.164.
- <sup>46</sup> Id. O órgão fazendário... Op. cit., p. 146-151.
- <sup>47</sup> GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Aspectos gerais da evolução do sistema aduaneiro do Brasil.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/aspectogerais.htm7>> Acesso: 15/08/2005.
- <sup>48</sup> Relação dos Chefes e Inspetores da Alfândega do Rio Grande. Anexo em AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da Cidade de Rio Grande (do Sul):** Contribuição à história de sua criação, instalação e administração; Dados biográficos dos juízes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940). Porto Alegre: Livraria do Globo, [S.d].
- <sup>49</sup> AMED ; NEGREIROS, op. cit., p. 202.
- <sup>50</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Farrapos, Liberalismo e Ideologia.** In: DACANAL, José Ildebrando (Org) **A Revolução Farroupilha:** história e interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p.12.
- <sup>51</sup> AMED; NEGREIROS, op. cit., p.208.
- <sup>52</sup> Carta de Paulo Gama a Luís de Vasconcelos e Sousa, 02 de março de 1806. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1998. p. 212.
- <sup>53</sup> PESAVENTO, A **Assembléia Legislativa...** op. cit., p.20.
- <sup>54</sup> FREITAS, Décio. **Farrapos: Uma rebelião federalista.** In: DACANAL, José Hildebrando. (Org) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.116.
- <sup>55</sup> SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha.** (História popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845 fartamente documentadas). 2 ed. Porto Alegre: INL/MEC. p.31.
- <sup>56</sup> Tráfego.
- <sup>57</sup> VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução:** o ciclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933. p. 150.
- <sup>58</sup> Relação nominal dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>59</sup> Cf. Dec. 03 março de 1836. Collecão das leis do Império do Brasil. 1836. Parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861. p.11 e 12.
- <sup>60</sup> Relação nominal dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. Op. cit.
- <sup>61</sup> Ofício de Francisco Prestes de Paula Barreto a Marciano Pereira Ribeiro. In: CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p.74.
- <sup>62</sup> Ofício de Francisco Prestes de Paulla Barreto, de 15/04/1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>63</sup> O ofício de Gracianno Leopoldino dos Santos Pereira, no impedimento do inspetor, de 13 de junho de 1836 informa a constante falta de empregados, reportando a situação a 15 de maio. Ofícios Ativos. 1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>64</sup> Conforme CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p.89
- <sup>65</sup> SPALDING, op. cit., p.38
- <sup>66</sup> CAVALCANTI, op. cit., Vol.III p.472.
- <sup>67</sup> Id, op. cit., Vol 1, p. 417, 506.
- <sup>68</sup> CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p.490
- <sup>69</sup> Relação nominal dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. Op. cit.
- <sup>70</sup> CAVALCANTI, op. cit., Vol. II, pp. 243-247.
- <sup>71</sup> Relação nominal dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. Op. cit.
- <sup>72</sup> CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p.451
- <sup>73</sup> Relação dos Chefes e Inspetores da Alfândega do Rio Grande. Anexo em AZEVEDO, op. cit.
- <sup>74</sup> Eram eles: David Marcelino da Silva, destacado na emboscada junto à casa de João José de Oliveira Guimarães; João José Cabral da Costa e Manoel Francisco Peixoto, ambos no ponto da Brigadeira; José Antonio da Costa, no Trem de Guerra; José Antonio da Costa e Silva, no chamado ponto da Várzea; Manoel da Costa Silveira, no Quartel do 8º Batalhão; José Gabriel da Silva Lima, no Forte D. Pedro II e José Joaquim Simões, no serviço da Guarda Nacional.
- <sup>75</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 60.
- <sup>76</sup> **Homenagem ao sesquicentenário da morte do Visconde de São Leopoldo:** 1847-1997. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997, p. 12.
- <sup>77</sup> SISSON, S.A. **Galeria dos brasileiros ilustres.** Os contemporâneos. Martins Editora. São Paulo, 1948. Vol.XVIII, p.167.
- <sup>78</sup> Relação nominal dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. Op. cit.
- <sup>79</sup> Termo de Posse e juramento dos Empregados da Alfândega reorganizada na conformidade do Regulamento de 22 de junho de 1836. Arquivo do Ministério da Fazenda.
- <sup>80</sup> Decreto de 03 de julho de 1838, Cf. SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE PORTO ALEGRE. op. cit., p.25.
- <sup>81</sup> CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p.381
- <sup>82</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 17 de dezembro de 1838. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>83</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 02 de janeiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>84</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 19 de janeiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>85</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, de 08 de outubro de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.

- <sup>86</sup> Ofício de Bernardino Berlinck ao presidente da Província Saturnino de Souza Oliveira, de 01 de junho de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.
- <sup>87</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, de 27 de agosto de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.
- <sup>88</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco Álvares Machado, de 05 de janeiro de 1841. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>89</sup> Ver texto de GRAHAM, Richard. **Construindo uma Nação no Brasil do século XIX:** Visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. In: Revista Diálogos. Universidade Estadual de Maringá. V.1. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html)> Acesso: 25/11/2005.
- <sup>90</sup> Requerimento de Manoel da Costa Silveira ao Presidente da Província Francisco Álvares Machado, de 29 de dezembro de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>91</sup> Relação dos empregados da Alfândega de Porto Alegre de 17/08/1842. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>92</sup> BARBOSA, Eni. **Administração fazendária ...** Op. cit., p.20
- <sup>93</sup> Acusação do promotor público João Dias de Castro aos farroupilhas de 09 de outubro de 1836. In: CAVALCANTI, op. cit., Vol 1, p. 33-35.
- <sup>94</sup> Art. 223 do Regulamento das Alfândegas do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836. AHRGS. Fundo Legislação. Código 63.
- <sup>95</sup> Arts. 88 e 91 do Regulamento das Alfândegas do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836. AHRGS. Fundo Legislação. Código 63.
- <sup>96</sup> Art. 98 do Regulamento das Alfândegas do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836. AHRGS. Fundo Legislação. Código 63.
- <sup>97</sup> MACEDO, Francisco. Op. cit., p.63.
- <sup>98</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro:** Administração Pública no Período Colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000. p.108. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1998. p.109.
- <sup>99</sup> Regulamento das Alfândegas do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836, Art. 13. AHRGS. Fundo Legislação. Código 63.
- <sup>100</sup> Id. Ib., Art. 31.
- <sup>101</sup> Id. Ib., Art. 15.
- <sup>102</sup> As atribuições inerentes aos diversos cargos foram coletadas do já citado Regulamento das Alfândegas de 1836, artigos 33 a 39, 45 e 48.
- <sup>103</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província, Saturnino de Souza Oliveira, de 01 de julho de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.
- <sup>104</sup> Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 10 de setembro de 1822. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>105</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 09 de fevereiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>106</sup> Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 25 de fevereiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>107</sup> Cópia do Requerimento ao presidente da Província, enviada para apreciação do Inspetor da Alfândega. 26 de maio de 1841. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.
- <sup>108</sup> Dado não informado na tabela original referenciada, baseado na lista de funcionários de 1837, quando a Alfândega foi reorganizada pelo Visconde de São Leopoldo.
- <sup>109</sup> Relatório de Comissão sobre o funcionamento da Alfândega de Porto Alegre para a Fazenda - 21 de janeiro de 1842. AHRGS. Fundo Fazenda. Maço 479.
- <sup>110</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit., p.51.
- <sup>111</sup> WEIMER, Günter. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sagra, 1991. p.13.
- <sup>112</sup> ISABELLE, op. cit., p. 61.
- <sup>113</sup> Godoy, José Eduardo Pimentel de. **Aspectos gerais...** op. cit., Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/aspectogerais.htm>>
- <sup>114</sup> Projeto Memória da Unafisco Sindical. **O berço da nossa história.** Brasília: Unafisco Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, 1999. p.34
- <sup>115</sup> Decreto n. 2647, de 19 de setembro de 1860.
- <sup>116</sup> N/I = Não Informado.
- <sup>117</sup> <http://www.camara.gov.br/Internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/leis1868/pdf26.pdf>
- <sup>118</sup> Decreto n. 6.272 ,de 2 de agosto de 1876.
- <sup>119</sup> Decreto n. 6.272 ,de 2 de agosto de 1876, Artigos 13 e 14.
- <sup>120</sup> Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1876pront/L1876b\\_15.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1876pront/L1876b_15.pdf)> Acesso: 14/08/2005
- <sup>121</sup> **Sinopse Estatística do Município de Porto Alegre.** Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro. 1952. p.15.
- <sup>122</sup> SANHUDO, op. cit., p. 45.

- <sup>123</sup> MONTEIRO, op. cit., p.31.
- <sup>124</sup> Relatório de Comissão sobre o funcionamento da Alfândega de Porto Alegre... Op. cit.
- <sup>125</sup> Parecer sobre o estado da caixa do trapiche da Alfândega de Porto Alegre, de 24 de setembro de 1846. AHRGS. Fundo Obras Públicas - OP 2 .
- <sup>126</sup> Obras Públicas - Documentação avulsa - Correspondência de 1o. de novembro de 1848. AHRGS. Apud: ZAMIN, op. cit., [s.p.]
- <sup>127</sup> BAGUET, op. cit., p.33.
- <sup>128</sup> ESCOSTEGUY, op. cit., 120-121.
- <sup>129</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p.386.
- <sup>130</sup> FORTINI, Archymedes. **Porto Alegre através dos tempos.** Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962. p.60.
- <sup>131</sup> FRANCO, Porto Alegre: **Guia Histórico.** Op. cit., p. 25-26.
- <sup>132</sup> ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre.** Porto Alegre: Artfolio, 2004. p.20.
- <sup>133</sup> Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1926-1927. Disponível na Biblioteca Pública do Estado do RS.
- <sup>134</sup> HOHLFELDT, Antonio. **O Chalé da Praça XV.** Porto Alegre: PMPA, 1982.
- <sup>135</sup> ZAMIN, op. cit., s/p
- <sup>136</sup> D'Eeu, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul:** agosto a novembro de 1865. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. Apud NOAL FILHO, Valter Antonio. FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 – 1890.** Santa Maria: Ana Terra, 2004. p.135.
- <sup>137</sup> AMED; NEGREIROS, op. cit., p.219.
- <sup>138</sup> CONDESSA D'EU, Isabel. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** In: PESQUISAS. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas,1957.
- <sup>139</sup> FORTINI, Archymedes. **Histórias da nossa história.** Porto Alegre: Grafipel, 1966. p.123.
- <sup>140</sup> Cf. ZAMIN, op. cit., s/p
- <sup>141</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p.26.
- <sup>142</sup> FORTINI, Archymedes. **Revivendo o passado.** Porto Alegre : Sulina, 1953. p. 7.
- <sup>143</sup> Id. **Histórias da nossa história.** Op. cit., p. 11 e 12.
- <sup>144</sup> Memorial de projeto para Alfândega e Tesouraria da Fazenda. 1889. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 480.
- <sup>145</sup> Id. Ib.
- <sup>146</sup> AMED; NEGREIROS, op. cit., p.234 e 284.
- <sup>147</sup> SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE PORTO ALEGRE. op. cit., p.27.
- <sup>148</sup> Id. Ib.
- <sup>149</sup> GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Mesas de Rendas.** (Alfandegadas e Outras). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/mesasrendas/default.html>> Acesso: 05/02/2006.
- <sup>150</sup> Correio do Povo, 05/02/1898.
- <sup>151</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1897. p. 478-479. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1752/000491.html>> Acesso: 14/10/2005.
- <sup>152</sup> Cf. o art. 1º. do Decreto 2781 de 31/12/1897 e Correio do Povo, 19/02/1898.
- <sup>153</sup> Memorial dirigido ao governo federal em 28/07/1898. In: FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p.102.
- <sup>154</sup> SIMON, Pedro (Org). **Discursos do Senador Pinheiro Machado.** Brasília: Senado Federal, 2003. p.128.
- <sup>155</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Op. cit., p.104.
- <sup>156</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1899. p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1754/000039.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>157</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Op. cit., p.104.
- <sup>158</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1899. p. 22-23. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1754/000039.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>159</sup> ZAMIN, op. cit., s/p
- <sup>160</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p. 324.
- <sup>161</sup> O Cais do Porto. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 05 de março de 1911.
- <sup>162</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1901. p. 183. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1756/000195.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>163</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1901. p. 180. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1756/000192.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>164</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1902. p. 668. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1757/000712.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>165</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1901. p. 182. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1756/000194.html>> Acesso: 27/10/2005.
- <sup>166</sup> ZAMIN, op. cit., s/p.
- <sup>167</sup> PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre.** II Volume. Porto Alegre: Imprensa Nacional, 1945. p.570.
- <sup>168</sup> ZAMIN, op. cit., s/p.
- <sup>169</sup> O Cais do Porto. In: Jornal do Comércio. Porto Alegre, 05 de março de 1911.
- <sup>170</sup> ZAMIN, op. cit., s/p.
- <sup>171</sup> MAZERON, Gaston Hasslocher. **Notas para a História de Porto Alegre.** Porto Alegre: Globo, 1928. p.50.
- <sup>172</sup> Id., Reminiscência de Porto Alegre. Porto Alegre: Selbach, s.d., p.8-10. Foi originalmente publicado em Correio do Povo, 01/08/1943.
- <sup>173</sup> Violento incêndio num armazém da Alfândega. Grandes prejuízos. Correio do Povo, 05/11/1913.
- <sup>174</sup> Incêndio num armazém da Alfândega. Correio do Povo, 08/11/1913.
- <sup>175</sup> ZAMIN, op. cit., s/p.
- <sup>176</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Op. cit., p.134.

- <sup>177</sup> Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas - 1914. BPE – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
- <sup>178</sup> DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **Porto Alegre, 1900-1920: Estatuária e Ideologia**. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 32.
- <sup>179</sup> FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990. p.119.
- <sup>180</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 290.
- <sup>181</sup> Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas - 1917. BPE.
- <sup>182</sup> NEVES, Eduardo Rotta. **Porto dos Casais: Um lugar de memória para Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.103.
- <sup>183</sup> Cf.<[http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1846](http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1846)> Acesso: 13/01/2006, e NEVES, Eduardo Rotta. Op. cit., p.105.
- <sup>184</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Op. cit., p.325.
- <sup>185</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1910-1911. p. 53. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1762/000058.html>> Acesso: 13/01/2006.
- <sup>186</sup> Relatório Ministerial da Fazenda. 1922. p. 282. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1772/000293.html>> Acesso: 14/01/2006.



## PARTE 3

**A casa nova**

**A obra de Santa Engrácia**

**A Estatuária**

**A discreta inauguração**

**Serviços na nova Alfândega**

**A Enchente**

**Anos 60: Mudanças à vista**

**A luta contra o descaminho e o contrabando**

**Rumo ao novo século**

**A Alfândega redescoberta**

**Notas**

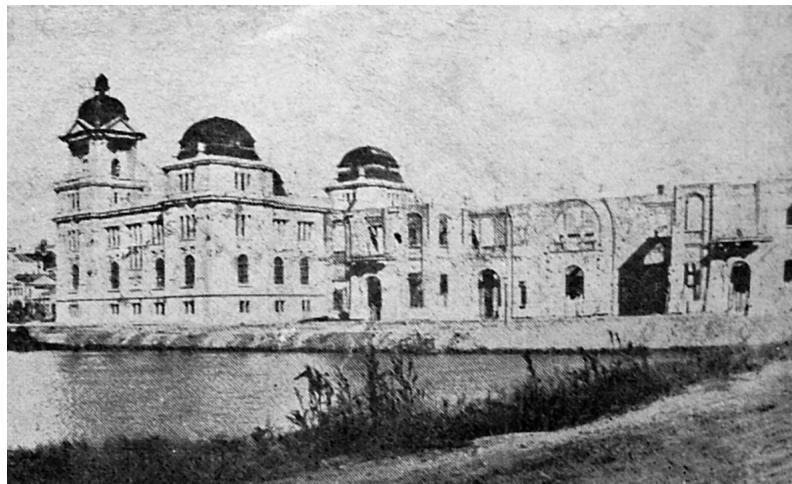
## A CASA NOVA

“A memória é redundante:  
Repete os símbolos para que a cidade  
comece a existir.”

*Ítalo Calvino.*  
As Cidades Invisíveis.<sup>1</sup>

Assim como ocorrera com sua primeira casa, a construção da nova sede da Alfândega precisou de cerca de duas décadas para concretizar-se. O projeto do prédio foi de autoria de Hermann Otto Menchen, que até 1907 colaborava com o renomado arquiteto Rudolpho Ahrons e a partir de então instalou seu próprio escritório.<sup>2</sup> Foi a firma de João Correa e Irmão que deu início aos trabalhos em 19 de maio de 1911, sob a supervisão do engenheiro Manoel Itaquy.<sup>3</sup>

Houve diversas interrupções na construção, ora pelo descumprimento de formalidades contratuais, ora por falta de verbas. Em 1917 a firma Azevedo Moura & Gertum assumiu a obra, não conseguindo concluir-la na ocasião. Cinco anos mais tarde foi a vez do construtor Ricardo Scheibenzuber ver seus esforços frustrados. O inspetor Lício de Campos Borralho encarecia ao Ministro da Fazenda a necessidade da conclusão do prédio. Temia-se que a Companhia Aliança do Sul, proprietária do prédio locado à Alfândega, solicitasse o imóvel, o que obrigaria a repartição a afastar-se do porto.<sup>4</sup>



Fachada da Alfândega em frente ao terreno da Secretaria de Fazenda Estadual que ainda era um charco desocupado. Mais ao fundo a Delegacia Fiscal.  
Fonte: Revista Mascara, 1918, Ano I, Nº21.

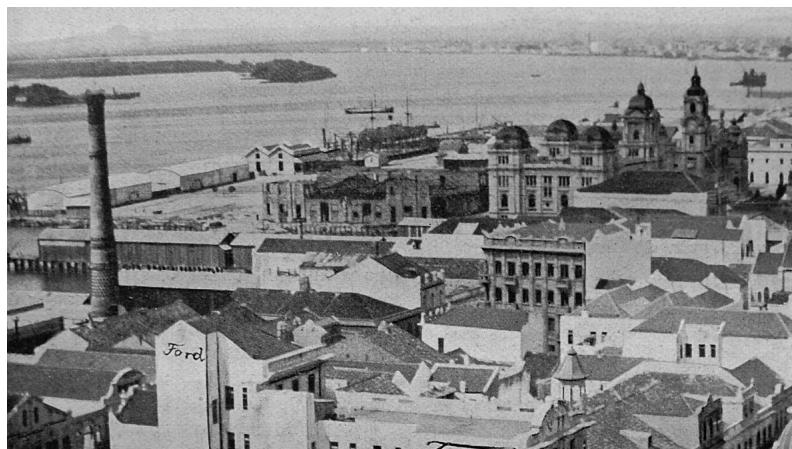


Imagen tomada do alto da Igreja das Dores. Vemos ao centro os fundos do prédio em período de interrupção das obras. Observe-se que ainda não havia o Pórtico do Porto, nem os armazéns que seriam construídos entre 1919 e 1922.  
Fonte: Revista Mascara, Número Especial Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

A precariedade nas instalações alfandegárias não era exclusividade dos porto-alegrenses. Excetuando-se Rio Grande, Paranaguá, Vitória e Manaus, nas demais localidades os edifícios que abrigavam as alfândegas estavam em péssimo estado de conservação.<sup>5</sup>

Em seu relatório sobre os problemas da administração, Pandiá Calógeras informava que havia até aquele período uma gratificação para equiparar os funcionários de delegacias aos de alfândegas. Tal bônus era originário de épocas em que as alfândegas eram mais rendosas, entretanto as posições estavam se invertendo de modo que ir para uma aduana era castigo para o serventuário de cargo nas outras repartições. Deste comentário Pandiá excetuou sete alfândegas entre as quais a de Porto Alegre e a de Rio Grande, do que depreendemos que os seus empregados deveriam estar satisfeitos com o trabalho em si ou com a remuneração, sendo as instalações o maior incômodo.<sup>6</sup>

Na primeira metade do século XX a Alfândega de Porto Alegre permanecia uma organização com feições militares, com fardamento próprio e cargos como marinheiro, grumete, guarda aduaneiro, conferentes e fiscais.<sup>7</sup>

No início da década de 20 foi criado o Imposto de Renda no Brasil<sup>8</sup>, apesar de que os ensaios em sua defesa já eram propugnados desde a Proclamação da República por destacados Ministros da Fazenda como Rui Barbosa e Rodrigues Alves.<sup>9</sup> O novo imposto prenunciava o enriquecimento da burguesia e o desenvolvimento industrial da década seguinte e um gradual processo de deslocamento da primazia tributária para os impostos internos e pessoais, passando os impostos aduaneiros a ter caráter econômico em detrimento do viés arrecadatório que prevalecera até o momento.

A despeito dessa situação e da falta de pessoal o movimento no novo porto da capital gaúcha continuava crescendo. Apresentou em 1925 uma circulação fluvial de mais de 600 embarcações, entre nacionais e estrangeiras, dando curso a mais de 14 mil despachos de importação. Era a vez do inspetor Fidélino Teixeira Coelho aumentar o coro em clamor pela conclusão da obra:

*Lastimável é o estado de abandono em que se encontram as obras iniciadas, cuja erosão pelas intempéries dia a dia se vai acentuando. Essas obras ainda em condições de aproveitamento, não mais poderão ser utilizadas, caso os poderes competentes deixem de ordenar o prosseguimento delas, o que é de urgente necessidade, para salvaguarda do patrimônio nacional.<sup>10</sup>*



Vista do Pórtico do Cais do Porto por ocasião da chegada do Ministro da Guerra durante a Revolução de 1923. À esquerda, o Edifício da Alfândega inacabado. Fonte: Álbum dos Bandoleiros – Organizado pela Revista Kodak. [s.d.]

Em 1928 o engenheiro José Maria de Araújo, da Diretoria do Patrimônio Nacional, dirigiu-se pessoalmente a Porto Alegre a fim de verificar o estado da construção e encaminhar o seu término.

*O objetivo principal de minha viagem era o estudo das obras da alfândega dessa capital para orçar as [despesas] que são necessárias à sua conclusão. (...) Acha-se o edifício com as paredes externas, cobertura e revestimento exterior prontos e escadas ainda não revestidas, algumas esquadrias estão já colocadas.<sup>11</sup>*

O engenheiro, entretanto, discordou de vários aspectos do prédio, alterando o projeto inicial em sua distribuição interna a começar pela entrada do edifício. O hall teria na primeira planta apresentada dois lances de escada defronte à porta principal,

entreneado por um piso de concreto armado. Tal disposição fazia com que ao entrar na Alfândega se deparasse com três níveis diferentes, dando a impressão de uma gruta segundo a percepção do referido observador.

Em meados de 1931 foi aberta nova concorrência para a conclusão das obras. Participaram as firmas de Barcelos e Cia., Guilherme Paulo Felizardo, Theo Wiedersphan (que construirá o edifício dos Correios e da Delegacia Fiscal) e novamente a Azevedo Moura & Gertum. Somente em outubro do ano seguinte concluiu-se o processo, sendo a proposta da AMG contemplada. Receberam cinco meses e meio de prazo para concluir a incumbência contratada, além de uma série de exigências técnicas para garantir o sucesso da empreitada. Os materiais deveriam ser da melhor qualidade. As argamassas deveriam ser produzidas em local protegido da chuva, na proporção do uso diário, não devendo sobrar para o dia seguinte.<sup>12</sup> A obviedade de tais medidas que atualmente podem nos causar estranheza tinha seu fundamento calcado no desperdício de material que tanto onerara os custos e o cronograma da obra até ali.



Fase final das obras do novo prédio em 1933. Vista da fachada principal, voltada para a Av. Sepúlveda. Fonte: Acervo Azevedo Moura & Gertum. CAU. UniRitter.

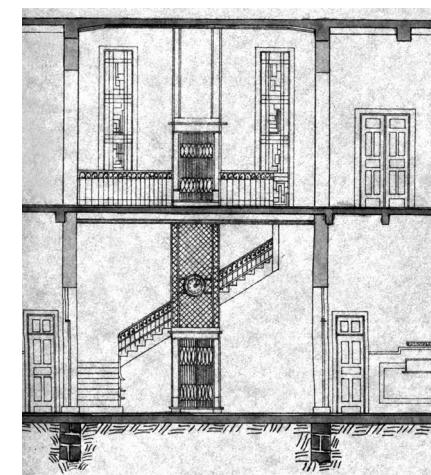


De outro ângulo, pela Capitão Montanha. Fonte: Acervo da IRFPOA

Os custos da construção da Alfândega foram estimados em 1.644:158\$688, mais que o dobro do valor orçado em 1911, de 666:559\$999.<sup>13</sup> Apesar do encarecimento da obra devido ao seu excessivo período de duração, vale mencionar que apenas em junho de 1933, às vésperas da inauguração, portanto, a renda da Alfândega fora de 1.937:356\$480.<sup>14</sup> Ainda em termos comparativos lembramos que o prédio dos Correios e Telégrafos foi concluído em 1913, sem maiores revezes, com um custo de 1.085:927\$020, e o da Delegacia Fiscal, no ano seguinte, sob a cifra de 1.250:000\$000.

## A OBRA DE SANTA ENGRÁCIA

Em janeiro de 1933, antes mesmo de esgotar-se o prazo dado à Azevedo Moura & Gertum exauria-se a verba orçada. Graças aos esforços do fiscal da obra, Adão Bueno de Araújo e do titular da Delegacia Fiscal, João Carlos Soveral, os trabalhos não cessaram desta vez. Sem maiores delongas o então Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, injetou recursos para evitar novos contratemplos. Em visita à cidade a autoridade verificou a necessidade da pronta intervenção na obra a fim de que não se perdesse definitivamente o investimento que já se havia aplicado. Incluiu-se um elevador no hall e, pasme o leitor, a instalação hidráulica – recurso de luxo no início do século, que se tornara melhoria indispensável ao longo dos anos da construção.<sup>15</sup>



Planta da Alfândega - 1935. Corte frontal, mostrando hall de entrada e elevador. Fonte: Tombamento 1934, Edifício da Alfândega. IPHAE/RS.

Outra concorrência e mais uma vez a AMG venceu. Novo prazo estipulado: 75 dias. A opinião pública já se manifestava com ironia:

*As obras da alfândega! Antigas, centenárias talvez (...)*  
*Não sabemos quantas gerações de porto-alegrenses nasceram e morreram tendo para encanto dos olhos e conforto do espírito o quadro altamente significativo desse pitoresco trecho de Pompéia devastada trazido para a nossa pacatez provincial. Mesmo os mais raros casos de longevidade verificados no planeta não conseguiram atingir o grau vertiginoso de existência que miraculosamente coroou as obras em andamento daquela repartição. (...) É a pura verdade. Produziu-se o fenômeno absoluto e providencial: A alfândega tem quase pronto o seu edifício, que será inaugurado em breves dias.<sup>16</sup>*

Dentre os causos que surgiram na época destaca-se o que contava sobre um velho professor que, precisando ausentar-se da escola durante o período de aula flagrou um aluno escondido nas obras do edifício e asseverou: “Olá, seu malandro. Gazeando a aula no mesmo lugar onde o seu pai se escondia!”<sup>17</sup> – A chacota apesar de soar com um certo exagero tinha graça justamente pela real possibilidade de ocorrência, enfatizando, como já observamos, o descrédito popular no que tangia à conclusão do prédio.

Com a atenção despertada pela imprensa local para os entraves da construção, comentava-se que o novo edifício da Alfândega era “obra de Santa Engrácia”<sup>18</sup>, em referência à igreja medieval portuguesa que passou por diversas reformas ao longo de séculos até ser concluída, tornando-se na expressão popular sinônimo de obra inacabada ou que não tem fim.<sup>19</sup>

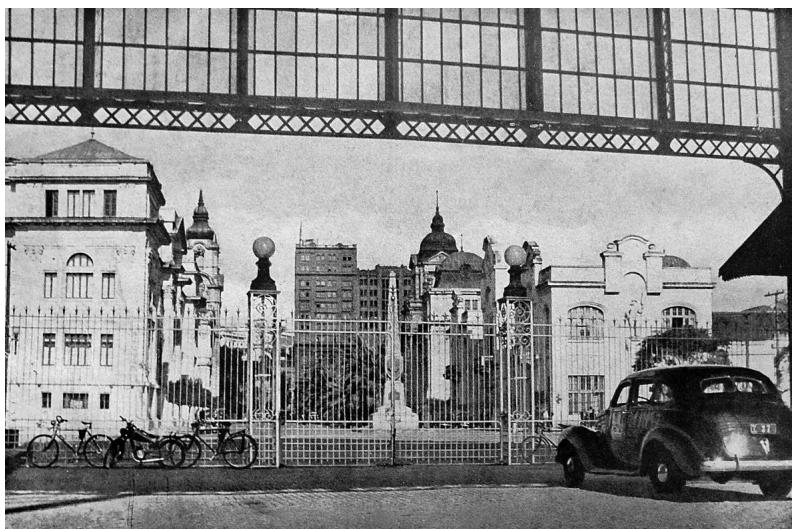
Fazendo jus ao indesejado epíteto, findava-se mais um prazo com a obra inconclusa. O cansaço e talvez até a impaciência experimentados pelo leitor com o lento andar desta narrativa não são meras coincidências, representando o des-

conforto vivido na época. O fiscal da obra, Adão Araújo, registrou que os desgastes resultantes da passagem do tempo e da depredação oneravam em muito os custos da edificação. Os estragos também se multiplicavam com a entrada de água das chuvas pelas aberturas desguarnecidas e pelas brechas do telhado saqueado:

*(...) verifiquei, com pesar, que uma infinidade de serviços feitos em outras épocas, de custo elevado, se encontravam completamente inutilizados, não só pela ação do tempo, como por estragos produzidos por malandros de toda espécie que habitavam a construção em abandono. Afora isso, grande quantidade de material aplicado fora furtado como esquadrias, cremones, madeiras, telhas da cobertura, etc.<sup>20</sup>*

Voltado para a Sepúlveda, o novo edifício tem aos fundos a Rua Capitão Montanha, com acesso para o pátio interno e as laterais voltadas para as Avenidas Siqueira Campos e Mauá. Desta, onde está o pórtico do cais, avistava-se sem obstáculos o prédio tão logo se chegassem à cidade pelo porto.

A posição do prédio pode parecer estranha ao observador atual. Apesar de fazer conjunto com os prédios da Delegacia Fiscal – MARGS, Correios e Telégrafos – Memorial do RS e Secretaria da Fazenda, não está harmonizado com os mesmos. Enquanto os demais têm a fachada principal voltada para a Praça, o edifício da Alfândega tem sua entrada principal voltada para a pequena Av. Sepúlveda. Possivelmente este logradouro justifique a posição diferenciada do conjunto. Planejava-se ali a abertura de uma avenida monumental para os padrões da época, ligando a entrada da cidade – do pórtico do porto – ao Palácio Governamental (Palácio Piratini) na Praça da Matriz.



Inspetoria da Alfândega vista do Porto. Foto à esquerda, anos 30, autoria desconhecida. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Abaixo, início dos anos 40, autor desconhecido. Fonte: livro Biografia de uma cidade. Note-se que na imagem mais antiga pode ser visto ao fundo o Teatro São Pedro na altura da Matriz, logo encoberto pelo crescimento urbano.

Já nos seus primeiros anos a Praça da Alfândega abria para a Rua da Praia aquela que seria “a mais importante via pública da capital.”<sup>21</sup> Era a entrada principal da cidade bem antes da inserção das linhas aéreas. Daquela que seria importante avenida só foi, contudo, construída a parte inicial. O projeto, que não chegou a concretizar-se, foi arquivado por Borges de Medeiros em nome da probidade administrativa o que a confinou em seu primeiro trecho.<sup>22</sup> A localização da nova Alfândega que levaria o primeiro número da Av. Sepúlveda ficou prejudicada pela redução de seu traçado. Apesar disso ganhou-se com a conservação da Praça da Alfândega que seria cortada por aquela via.

O edifício foi construído em proporções significativas, com 56,1 metros em suas fachadas principal e posterior e 44,6 metros nas laterais. O projeto de estilo neoclássico português possivelmente foi inspirado pela antiga Casa da Alfândega, também possuindo um vasto pátio interno cercado pela construção, com portão voltado para os fundos. Sua configuração externa lembrava intencionalmente uma fortaleza, com torres de observação para todas as direções.

O interior do prédio causava boa impressão, destacando-se pelo fino acabamento dos tetos decorados no saguão e pelos parquês. O mármore das escadarias veio da cidade italiana de Carrara e os azulejos em verde e amarelo que revestiam os corredores e seções abertas ao público foram trazidos de Portugal.<sup>23</sup> Oferecia, nas palavras da época:

(...) conforto tanto ao funcionalismo como ao público, além de bela e higiênica aparência que ressalta agradavelmente aos olhos de qualquer visitante que percorrer o edifício.<sup>24</sup>

## A ESTATUÁRIA

“(...) o conteúdo não se limita a ser o que é apresentado e é também o como está sendo apresentado, em que contexto, com que grau de consciência social e individual.”

*Ernest Fischer*  
A Necessidade da Arte<sup>25</sup>

O Atlante:

A estátua que retrata um homem semi-ajoelhado sustentando o globo terrestre nas costas, localizada na fachada lateral do prédio, chama a atenção dos que transitam pela Siqueira Campos. Com a mesma resignação do estivador que descarregava os navios no Cais do Porto, a estátua parece observar os transeuntes, expressando o esforço do seu trabalho. Sua autoria é atribuída a Alfred Adloff.

O Atlante, na mitologia grega, era um dos filhos dos gigantes que se rebelaram contra os deuses do Olimpo, tentando sem sucesso invadir o monte sagrado. Todos foram mortos, menos o destacado personagem, que foi condenado a sustentar o mundo nas costas.<sup>26</sup> Ocorre, entretanto, o que se chama de trânsito alegórico: a imagem dotada de nova alegoria passa a representar o esforço que une os continentes através do comércio internacional. Tal figura não é exclusividade da Alfândega de Porto Alegre, adornando outros prédios históricos da cidade como a famosa Confeitaria Rocco e a Casa de Espanha. Mesmo nas suas proximidades a alegoria pode ser encontrada, como no antigo

prédio dos Correios e Telégrafos (atual Memorial do RS), onde se observa um Atlante, também de autoria de Adloff, com feições menos carregadas.

Entretanto o Atlante da Alfândega constitui uma peça diferenciada. Seu semblante sôfrego dota de um humanismo sem igual a escultura de traços gregos. As figuras produzidas nesse período tendiam ao emocional e ao pitoresco. De acordo com o historiador Arnoldo Doberstein, especialista na estatuária porto-alegrense, o imenso Atlante enquadrava-se no que os estudiosos da área chamam de *titânismo figurativo*. As dimensões da figura em relação ao conjunto da obra foram projetadas em uma escala colossal própria dos titãs. Sua grandilóquência representa a força produtiva que gera a riqueza, idéia defendida com ardor pelos governantes sul-rio-grandenses, adeptos do positivismo.<sup>27</sup> Tais políticos fizeram uso da propaganda fachadista no início do século XX em diversas construções da cidade como na Delegacia Fiscal, nos Correios e Telégrafos e na Biblioteca Pública do Estado. Debaixo da coluna que sustenta o personagem percebe-se uma figura feminina cujos cabelos são adornados com frutas, simbolizando a pujança dos nossos produtos agrícolas.



Atlante exposto na lateral do prédio da Alfândega (hoje Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre). Foto do autor. 2004.

Alegoria feminina simbolizando agricultura comercializada no sul do Brasil. Foto do autor. 2004.



Nem sempre fora tida em boa conta a estética da estatuária da Alfândega, assim como ocorria com o prédio. É o que transparece a impressão de um antigo cronista da cidade, Ary Veiga Sanhudo:

(...) pesado edifício, de mau estilo - a alfândega – (...) só nos regala com aquele tenebroso e monstro Atlas, de frente para a Rua Siqueira Campos, que mais parece uma figura fugida da perdida e insondável Atlântida.<sup>28</sup>

Na fachada oposta, voltada para o Guaíba, ao invés de outra alegoria helênica como Netuno, deus dos mares e rios, optou-se pela imagem de um mortal: o marinheiro. Figura atarracada e de braços fortes, segurando um remo, simbolizava a virilidade masculina e a força do trabalho. Sua postura, observando o porto, transparece um sentimento de serenidade e paciente vigilância. No seu gorro, imperceptível a olho nu até mesmo ao mais atento transeunte, está escrito em baixo-relevo “Alfândega”.<sup>29</sup> Este detalhe indica a intenção do escultor de representar um funcionário do corpo oficial da repartição, um guarda, um vigia aduaneiro. Obedecendo à simetria, a estátua encon-

tra-se sob uma coluna adornada com a mesma figura feminina da face oposta do edifício.



À esquerda, estudo da estátua do marujo em escala. Fonte: Livro - O Estado do Rio Grande do Sul. Monte Domecq & CIA. Barcelona, Estab. Gráfico Thomas, 1916. p. 178. Na segunda imagem, a estátua concluída que pode ainda hoje ser contemplada na lateral do prédio em direção ao porto. Foto do autor.

Assim como a figura do Atlante, a estátua do marinheiro constitui peça *sui generis* na estatuária fachadista. Suas feições de homem negro não estavam no projeto inicial, indicando que o *insight* de Adloff ocorreu durante a execução da escultura. Mesmo após décadas da abolição da escravatura este detalhe era sintomático da absorção da mão-de-obra de afro-descendentes no mercado de trabalho livre e assalariado.

O contraste ficara perfeito. De um lado o Atlante colocava a Alfândega como porta da cidade para o mundo, enquanto o marinheiro demonstrava que a viabilidade dos trabalhos era proporcionada não por divindades, mas pelos trabalhadores da repartição.<sup>30</sup>

## A DISCRETA INAUGURAÇÃO

“Apesar de não haver solenidade para o início dos trabalhos nas novas instalações, muitas pessoas, inclusive representantes de jornais, ali estiveram, sendo recebidos pelo Sr. Leônicio Maia, inspetor em comissão da alfândega.”

Jornal A Federação, 18/07/1933.

Tudo pronto. Cada detalhe em seu lugar era chegada a hora da abertura do novo prédio. O inspetor Leônicio Martins Maia, versado em assuntos aduaneiros, como reconhecia a opinião pública da época, havia tomado posse como dirigente da Alfândega em março daquele ano de 1933, após chefiar com destaque, em Rio Grande, o Serviço de Repressão ao Contrabando.<sup>31</sup> A ele caberia a honra de ter seu nome gravado na placa inaugural da nova sede.

Do edifício em que se encontrava instalada a repartição na esquina da Rua 7 de Setembro com a Capitão Montanha, os funcionários, incluídos os de idade mais avançada, fizeram a mudança do material de expediente e alguns móveis aproveitáveis, posto que nova mobília aguardava-os na próxima sede.<sup>32</sup> Por cerca de um mês, em braços de mangas arregaçadas, caixas, arquivos, processos e muita papelada seguiram no mutirão final rumo às novas instalações. O esforço foi concluído no sábado, 15 de julho de 1933, e, por puro capricho do acaso, foi neste mesmo dia e mês que fora assinada a carta régia ordenando a criação da Alfândega em 1800. Os serviços cotidianos da Alfândega sequer

chegaram a ser interrompidos, e na segunda-feira, 17 de julho, a repartição abriu as portas do novo edifício da Av. Sepúlveda para mais um dia de trabalho.

Todos tiveram boa impressão do prédio tanto no que se referia ao espaço quanto à distribuição das seções. A seguir, o comentário de um dos jornalistas naquele dia:

*Desde a entrada a impressão é ótima: como todo o edifício, a decoração é sóbria, porém obedecendo ao critério estabelecido de proporcionar o máximo conforto não só aos funcionários, como ao público. (...) Visitamos demoradamente todas as dependências do edifício e não vacilamos em afirmar que poucas repartições públicas no Brasil estão instaladas com tanto conforto e capricho.<sup>33</sup>*



Alfândega de Porto Alegre foto provável da década de 30.  
Observe-se as palmeiras ainda pequenas. Fonte: Acervo da IRFPOA.

Várias relíquias da primitiva Casa da Alfândega foram perdidas, pois o mobiliário antigo, considerado já arcaico, fora substituído por novas peças. Apesar disso a impressão era positiva. Cada detalhe causava frisson aos visitantes. As diversas seções estavam interligadas por telefonia automática e campainhas que acionadas alertavam o trânsito de papéis por pequenos elevadores manuais entre os dois andares do prédio. Os relógios elétri-

cos, com sete unidades ligadas a uma matriz, também chamavam atenção.<sup>34</sup>

No térreo estavam as seções mais procuradas pelo público como o protocolo, logo à direita do saguão, seguido pela sala dos fiscais do imposto de consumo, a tesouraria com seus sete guichês e um possante cofre. Na ala direita ficava também a seção de holerite, com seu maquinário distribuído em suficiente espaço. À esquerda do saguão ficava a central telefônica, sala para os despachantes e um salão onde logo seria aparelhado o laboratório de análises e o arquivo que contava com várias prateleiras dotadas de escadas corrediças de 5 metros de altura.<sup>35</sup> No piso superior estavam, além do Gabinete do Inspetor, com sua respectiva secretaria comunicando-se com o protocolo por um daqueles elevadores manuais, a sala com os processos de infração, a sub-contadoria regional e a sala onde se reunia a comissão de tarifas. Nos dois torreões com entrada pelos fundos, encontravam-se a Guardamoria na esquina da Siqueira Campos e o Colis Posteaux, serviço de pequenas encomendas advindas do exterior sujeitas à fiscalização, na torre voltada para o Guaíba. Aos guardas e marinheiros aduaneiros que trabalhavam em escala de plantões, preparou-se alojamento equipado com camas e um banheiro no segundo piso do torreão da Guardamoria. Como vimos, desde o período imperial era reclamada uma instalação mais cômoda a estes servidores.<sup>36</sup>

Para os funcionários, 219 na época inaugural, a mudança representava uma grande conquista. O Sr. Aristarco Pinho que iniciou no Ministério da Fazenda aos 19 anos de idade, em 1927, acompanhou a transição e ficou bastante satisfeito com a nova sede, conforme declarou ao jornal:

*Também não era para menos. No prédio que nós estávamos morreram 12 colegas por causa da umidade e das más condições higiênicas. Tínhamos a impressão de viver num hospital. As novas instalações nos despertaram maior disposição para o trabalho.*<sup>37</sup>

Mal se concluía o novo prédio e já se planejava a sua primeira reforma. O Inspetor Leônicio Maia solicitou novo projeto visando intervenção corretiva, pois não se agradou da fachada principal.



Foto às vésperas da obra que alterou a fachada da Alfândega no final de 1942. Fonte: Revista do Globo, Nº 338, 24 de abril de 1943.

As duas reentrâncias que cercavam a entrada do prédio destacavam três corpos salientes na fachada, sendo consideradas insatisfatórias do ponto de vista estético, produzindo ao observador uma movimentação excessiva no aspecto geral do edifício, conforme o entendimento da época. Esta reforma esperaria cerca de uma década para ser implementada, como veremos adiante.

*Por solicitação do Sr. Inspetor da Alfândega, organizou esta Administração um projeto de remodelação da fachada (...) corrigindo os defeitos apontados. Ihe dá um aspecto mais próprio ao fim a que se destina, mais imponência e beleza, não destoando assim do grupo de construção que o rodeia. Fizemos desaparecer as reentrâncias e com isso adquiriu a Alfândega mais quatro magníficos salões de 6,4 x 9,2 m.<sup>38</sup>*



Inspetor Zenon Pereira Leite no Gabinete reformado.  
Fonte: Revista do Globo, Nº 338, 24 de abril de 1943.



Década de 40, possivelmente logo após a reforma que alterou o desenho inicial da fachada da Alfândega. Fonte: Acervo da IRFPOA.

## SERVIÇOS NA NOVA ALFÂNDEGA

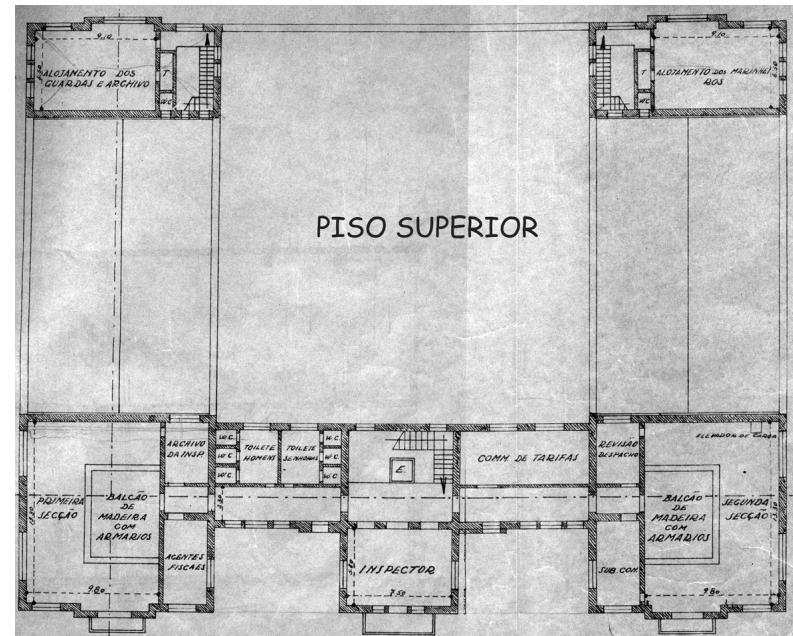
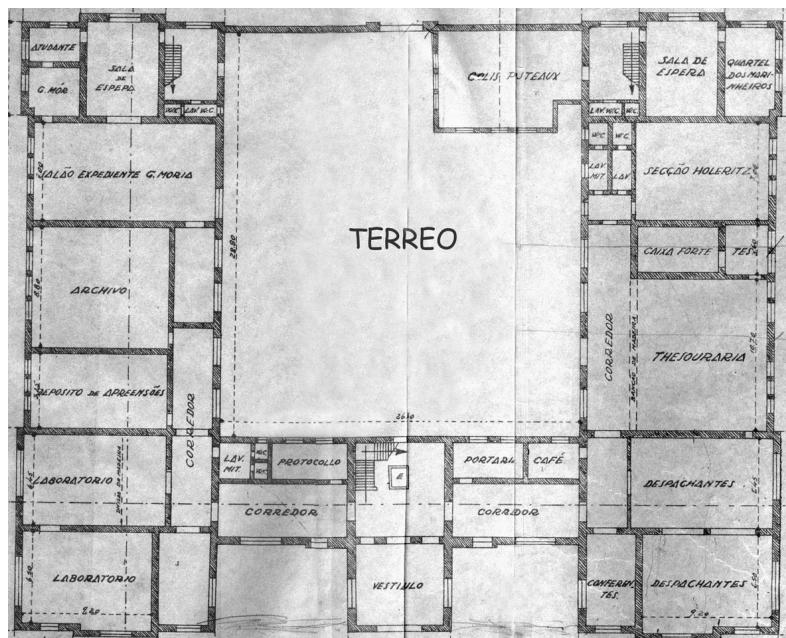
A conferência de cabotagem era realizada por agentes fiscais, conferentes e escriturários nos armazéns do porto.<sup>39</sup> O serviço da Alfândega não se restringia à fiscalização portuária e arrecadação de tributos externos (importação e exportação). A fiscalização interna na cidade também estava na pauta de suas atividades. Os fiscais em trabalho externo verificavam se as fábricas e estabelecimentos comerciais estavam registrando os tributos de acordo com os preceitos regulamentares da época. Examinava-se então a escrita fiscal do velho imposto do consumo (similar ao atual IPI) e do imposto do selo, cruzando os dados com talões, faturas e notas de venda. Uma vez encontrada alguma irregularidade nos estabelecimentos adotavam as provisões cabíveis, ora corrigindo as faltas sanáveis em recomendações por escrito, ora lavrando autos de infração e aplicando multas sobre as faltas mais relevantes como o não pagamento de impostos, falta de rotulagem adequada, ausência de notas fiscais ou faturas.<sup>40</sup>

O serviço do Colis Postaux – seção aduaneira de controle das pequenas encomendas postais, também fazia parte do cotidiano da fiscalização. Os escriturários dividiam suas atividades em conferência, classificação de mercadorias e cálculo de tributos.<sup>41</sup>

Torre aos fundos da Alfândega, onde funcionou o Colis Postaux. Fotógrafo: Alberto Pablo Etchart. 1969. Fonte: Arquivo Fotográfico Correio do Povo.



A inspetoria contava com um laboratório bem equipado para analisar os materiais e produtos tributáveis. Apesar de independente administrativamente da Alfândega, o laboratório estava subordinado à Delegacia Fiscal e o trabalho era conjunto. Atendia solicitações não apenas da própria Alfândega de Porto Alegre, como de Rio Grande, Pelotas, Livramento, Paranaguá, entre outras.



Plantas da Alfândega – 1935. Andar térreo e superior. Observe-se a distribuição dos setores e a configuração anterior à reforma que supriu as reentrâncias da fachada. Fonte: Tombamento 1934, Edifício da Alfândega. IPHAE/RS.

O Laboratório Nacional de Análises foi instalado primeiramente na Alfândega do Rio de Janeiro pelo Decreto n. 277-G, de 22/3/1890,<sup>42</sup> sendo dois anos mais tarde incorporado ao Ministério da Fazenda.<sup>43</sup> Em 1918 Pandiá Calógeras aconselhava em seu relatório que deveriam ser criados laboratórios em escala menor nos estados, uma vez que a concentração das análises na capital federal atrasava em muito as consultas encaminhadas pelas diversas unidades.<sup>44</sup>

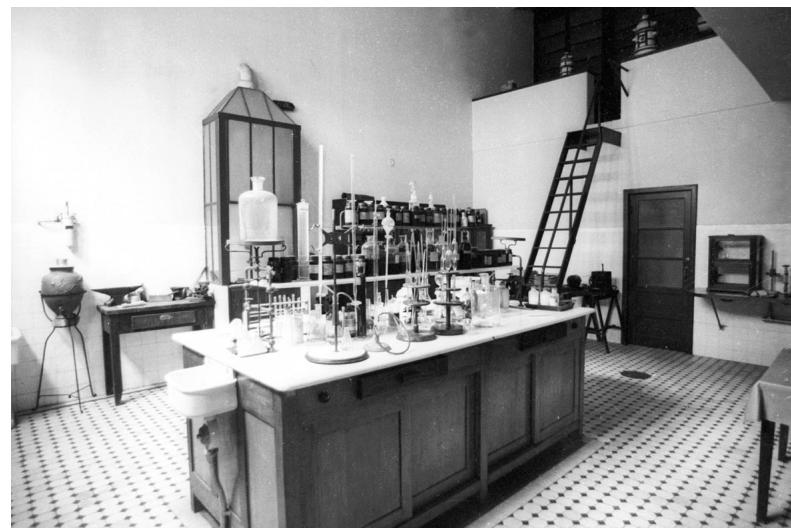
Assim em dezembro de 1922 o Laboratório de Análises da Alfândega de Porto Alegre foi organizado tendo início suas atividades no ano seguinte.<sup>45</sup> Em razão à falta de espaço, ainda no endereço da Rua 7 de Setembro, buscava-se local próprio para instalar o Laboratório, sendo sugerido o aproveitamento dos torreões da Delegacia Fiscal, desocupados na época.<sup>46</sup> Contudo, a repartição

começou a funcionar regularmente em uma das salas do Laboratório de Análises da Diretoria de Higiene do Estado, onde atendiam a requisições de exames da Delegacia Fiscal e Alfândega.

Apesar dos esforços do químico-chefe, o Laboratório não ganhou instalação própria em 1923 por falta de recursos nem no ano seguinte por ter sido a respectiva verba transferida para o Rio por determinação da Diretoria Geral do Tesouro Nacional. Em seguida foi resolvido aguardar-se a ocupação definitiva do edifício em construção para a Alfândega, evitando-se assim a despesa de uma instalação provisória na Delegacia.<sup>47</sup>

Com o novo prédio da Alfândega o laboratório ganhou espaço significativo, ocupando três salas da ala esquerda (esquina da Sepúlveda com a Siqueira Campos, como vimos). Na primeira sala estavam a secretaria, a chefia e a biblioteca. A segunda e terceira salas constituíam as dependências do laboratório propriamente dito. Com as paredes azulejadas até a altura de dois metros as dependências estavam equipadas com mesas embutidas sobre as quais estavam diversos aparelhos como microscópios, polarímetros, colorímetros, pulverizadores mecânicos, além de tubos de ensaio e muitos bêqueres tão comuns no cotidiano das análises. Havia também fornos, alambiques, estufas e um grande exaustor de vidro instalado na parede. Com tanto material logo o espaço ficou escasso, necessitando de adaptação:

*Como o pé-direito dessas construções antigas é muito alto, (...) construiu-se uma sobreloja que denominamos de galeria e que resolveu a crise de espaço, dando lugar a armários para a guarda de estoque de reagentes, material de vidro e depósito de aparelhos vários, inclusive os que apresentam defeitos para serem consertados; é o almoxarifado.<sup>48</sup>*



Nas fotos acima, o laboratório da Alfândega. Fotógrafo: Alberto Pablo Etchart. 1973. Fonte: Arquivo Fotográfico Correio do Povo.

Mudanças estruturais marcavam a organização da Inspeção nessa época. Com o objetivo político de minar a resistência das tradicionais oligarquias burocráticas, o ministro Osvaldo Ara-

nha, em 1934, realizou uma grande reforma no Ministério da Fazenda. Substituiu o Tesouro Nacional pela Direção Geral da Fazenda Nacional, gigantesco órgão composto de vários departamentos, dentre os quais o de Rendas Aduaneiras, destacando a singularidade do trabalho das alfândegas.<sup>49</sup>

O serviço na nova Alfândega vivia uma transição no seu foco de diretriz econômica. Em 1938, o Brasil já começava a se recuperar dos efeitos da crise, mas nova guerra era iminente. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 Vargas consolidou uma aliança tácita com a elite industrial alterando a política aduaneira para o protecionismo alfandegário. Com a criação de barreiras tarifárias ofereceu à indústria brasileira a competitividade necessária para enfrentar os produtos importados.<sup>50</sup>

A partir dos anos 40 acentuou-se o decréscimo nas rendas aduaneiras, uma das principais rubricas até aquele momento. Com o desenvolvimento da indústria nacional houve diminuição das importações e a consequente transferência de parte da arrecadação aduaneira para os tributos internos (imposto de renda e de consumo). Tal fenômeno econômico foi minorado pela demanda externa dos bens de produção (máquinas) necessários ao incremento industrial que, por conseguinte, fez aumentar a concessão de isenções e reduções sobre o imposto de importação. A Segunda Guerra Mundial praticamente fez cessar as importações da Europa. Apesar de vir ao encontro do intento governamental o peso dessa consequência foi contrabalanceado pelo aumento das importações dos Estados Unidos e do Japão.<sup>51</sup>

## A ENCHENTE

“A enchente de 1941. Entrava-se de barco pelo corredor da velha casa de cômodos onde eu morava. Tínhamos assim um rio só para nós.

Um rio de portas adentro. Que dias aqueles! E de noite não era preciso sonhar: pois não andava um barco de verdade assombrando os corredores?

Foi também a época em que era absolutamente desnecessário fazer poemas...”

*Mário Quintana  
Reminiscências*

Várias enchentes atingiram Porto Alegre tanto antes, quanto depois dos sucessivos aterros sobre o Guaíba. Ainda no século XIX Arséne Isabelle relatou sobre um alagamento que causou estragos no primitivo porto, na Rua da Praia.<sup>52</sup>

A enchente de maio de 1941, última de grandes proporções, foi a que mais marcou a memória coletiva dos porto-alegrenses. Foram mais de vinte dias de chuva. As águas cobriram a Praça da Alfândega por completo.



A área da Alfândega, severamente atingida pela enchente em 1941. Foto de autoria desconhecida. Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo.

Apesar das águas, o trabalho não parou. Como no poema de Mário Quintana, relatou o Sr. Aristarco que trabalhava na Tesouraria, que passou 21 dias vindo para a Alfândega de barco. Deixava o mesmo na escadaria do saguão e dirigia-se ao segundo pavimento:

*Na minha repartição não dava para trabalhar, pois a água tinha atingido dois metros de altura.*<sup>53</sup>



Rua Capitão Montanha. À esquerda o prédio em que funcionou a Alfândega até 1933. Fonte: Guia Histórico de Porto Alegre.<sup>54</sup>

O laboratório da Alfândega, coerente com o rigor científico que lhe era próprio à atividade desempenhada, registrou com maior precisão que as águas alcançaram a marca de 1,65 m, submerso a sua biblioteca, bureau, microscópios, reagentes, etc. Os funcionários então secaram folha por folha dos livros e documentos, limparam os sistemas óticos de vários aparelhos atingidos e re-identificaram os reativos químicos que perderam os respectivos rótulos.<sup>55</sup>

Diversos foram os estragos no prédio. Algumas paredes racharam e houve pequeno afundamento no alicerce. A deixa da enchente forneceu a motivação necessária para a obra já planejada desde o início do funcionamento do prédio que mencionamos antes. Foi em 1942, na gestão do Inspetor Zenon Pereira Leite, que o espaço ganho aos originais vãos da fachada foram transformados em novas salas. Além disso, foi possível ampliar o seu gabinete, localizado na ala central do piso superior, até então limitado pelas ditas reentrâncias:<sup>56</sup>

*Somente em fins de 1943 nos foi possível concluir o prejuízo da enchente de 1941 com a reforma do cofre forte em que guardávamos utensílios de platina e alguns documentos de valor.*<sup>57</sup>

Várias medidas foram tomadas pela prefeitura para que não se repetissem prejuízos no caso de novas calamidades. O arroio Dilúvio foi canalizado, os afluentes do Guaíba, como o Gravataí e o Jacuí, tiveram suas vazões controladas por diques. Mas foi somente em 1974 que o prefeito Thompson Flores concluiu o muro de concreto da Av. Mauá, com 2,6 quilômetros de extensão e três metros de altura para conter as águas.<sup>58</sup>

Uma pena que hoje o muro esconde o porto. Já no século XIX Saint-Hilaire era da opinião que não se deveria encobrir o cais e sim formar diante dele uma espécie de praça, onde se continuassem a realizar as feiras de comércio. Quão surpreso

ficaria o viajante se tivesse presenciado a Feira do Livro, organizada anualmente na Praça da Alfândega a partir de 1955, onde o volume de suas memórias ainda é vendido.

O Sr. Aristarco da Silveira Pinho completou seus 50 anos de casa sem ter nenhuma falta registrada nos assentamentos funcionais. Consta que lamentava a saudade da repartição após a aposentadoria compulsória.<sup>59</sup> Faleceu em 1984, com 77 anos. Não houve mais enchentes daquele porte em Porto Alegre.

## ANOS 60: MUDANÇAS À VISTA

Nostalgia

Ah, os anos 60...  
Eu com dor de cotovelo  
(e muito mais cabelo)  
ouvindo a Cely Campello  
tomando uma Cuba com gelo  
e pensando em como eram bons os anos 50  
quando se tinha a lembrança distinta  
que bons mesmo foram os anos 40  
embora menos, claro, do que os 30.  
Hoje não consigo pensar mais assim  
por mais que tente.  
Ah, como eu era mais nostálgico  
antigamente...

Luís Fernando Veríssimo.  
Zero Hora, 01/08/2000.

De acordo com Anacleto Borges, que trabalhou na Alfândega de 1954 a 1969, o porto era bastante ativo, existindo um grande fluxo de mercadorias. Os conferentes eram nomeados dentre os oficiais administrativos e fiscalizavam a mercadoria a partir dos despachos, liberando a carga ou aplicando multa no caso de irregularidades.

*O conferente chegava no fim da tarde aqui, na alfândega, e eram distribuídos os despachos. Então cada um pegava uma quantidade “x” de guias de importação, ia lá no porto, abriam as cai-*

xas. Tinha mão-de-obra pra fazer isso. Fiscalizava, contava. Às vezes levava dois, três dias contando peças, porque era preciso fazer isso.<sup>60</sup>

A Guardamoria, subordinada à Inspetoria, continuava existindo com função e estrutura muito semelhantes às propugnadas pelos primeiros regimentos das alfândegas, conforme explica Anacleto:

*A guardamoria (...) fazia o serviço aduaneiro quase que exclusivamente no porto, quando chegavam os navios existia uma escala de funcionários, de fiscais aduaneiros que iam em grupo lá no porto, faziam a visita aos navios, (...) examinavam a lista de bagagem que o comandante trazia e faziam a verificação e quando não constava naquela lista era apreendido. Era o descaminho. (...)<sup>61</sup>*

No início da década de 1960 foi criado o cargo de agente fiscal do imposto aduaneiro, readaptando os diversos cargos existentes até então.<sup>62</sup> Se tomarmos os registros funcionais até o início dos anos 30 encontramos muitos Josés, João e nenhuma Maria. A partir daquela data aparecem alguns nomes femininos em cargos da seção do Imposto de Renda. No que se refere à Alfândega, a maior parte de sua história foi realizada por efetivo masculino. Foi o que nos informou o Sr. Anacleto, principalmente no que se referia aos serviços da guardamoria, e na fiscalização de navios. Na virada para os 60 já temos mulheres ocupando diversos cargos na Inspetoria da Alfândega como operadoras, restauradoras de processos, contabilistas e até motoristas. Por vezes, conforme o padrão ou nível em que se encontravam, percebiam salários maiores que os de guardas-aduaneiros ou marinheiros, postos de exclusividade dos homens da Alfândega. Elas trabalhavam ainda no Colis Posteaux, no serviço de isenção, na secretaria, na primeira e segunda seção, etc., mas o número não era muito significativo, conforme o auditor aposentado Simão Isaac Teitelbaum:

*Quando eu entrei (...) em 63 já encontrei colegas [mulheres] e realmente a grande maioria para não dizer a totalidade trabalhavam em serviço interno, porque por questões de respeito e tal não se mandaria uma moça ou uma senhora fazer portaló ou entrar num navio ou fazer vigilância, penso que por questão de princípio elas não faziam essa atividade mas como eu disse nós tínhamos a primeira seção, a segunda seção, a preparação de processos e elas trabalhavam nesse setor. Agora o número não era muito grande.<sup>63</sup>*

Em 1966 o Laboratório Nacional de Análises, onde também havia funcionárias, passou a integrar o Departamento de Rendas Aduaneiras, que dentre suas atribuições enumerava-se a execução dos serviços de análises, exames e pesquisas químicas e tecnológicas, indispensáveis à identificação e classificação de mercadorias para efeitos fiscais.<sup>64</sup> Na década de 70 o laboratório da Alfândega de Porto Alegre seria desativado.



Saguão da Inspetoria da Alfândega de Porto Alegre. Perceba-se na parede à esquerda a citada placa alusiva ao antigo trapiche. Fotógrafo: Alberto Pablo Etchart. 1973. Fonte: Arquivo Fotográfico Correio do Povo.

A política econômica protecionista teve seqüência durante o regime militar. Num primeiro momento, durante o governo Castelo Branco, liberalizou-se um pouco as importações. A partir de Costa e Silva, em 1967, os governos militares tomados pelo ímpeto de modernizar o país, e em seguida contidos pela desvalorização cambial resultante da crise do petróleo da década de 70, elevaram as tarifas alfandegárias. Promoveram também, através de incentivos fiscais, a produção interna de diversos setores industriais.<sup>65</sup> Esta era uma tendência já percebida nos trabalhos da repartição desde o início dos anos sessenta como destacou o chefe do laboratório:

*O Rio Grande do Sul é um estado que atingiu grande desenvolvimento agropecuário e a maioria das análises eram de importação de adubos, inseticidas, matérias-primas diversas para pequenas indústrias e artigos para o comércio, mas agora é nítida a fase de desenvolvimento industrial e que aumentará rapidamente em futuro próximo (...).*<sup>66</sup>

Ainda em 1965, passadas três décadas desde a grande reforma promovida por Osvaldo Aranha, empreendeu-se nova reorganização que resultou nos fundamentos do atual direito tributário e delineou a atual estrutura fazendária nacional. Naquele momento propugnaram-se as linhas que mais tarde seriam adotadas na carta outorgada de 67. Em 1966 instituiu-se o Código Tributário Nacional e mais especificamente houve um avanço regimental em matéria alfandegária: a velha N.C.L.A.M.A.R (Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas) foi substituída por nova legislação.<sup>67</sup>

Este novo código aduaneiro estabelecia que as funções gratificadas de chefia e assessoramento das repartições aduaneiras seriam privativas de Agentes Fiscais de Imposto Aduaneiro<sup>68</sup>, cargo que fora composto pelos antigos guardas aduaneiros, fiéis de armazém, dentre outros que estavam sob a supervisão da Guardamoria.<sup>69</sup>

Com o golpe militar de 64, foi designado o General Iba Ilha Moreira como interventor para a Alfândega de Porto Alegre, sendo destituído do cargo o inspetor Theodomiro Pinto de Andrade. A intervenção durou cerca de dois meses. A casa passou logo a seguir ao comando de Carlos Souza Gomes. Além da troca do inspetor alguns funcionários foram remanejados, como relatou Teitelbaum, que na época era chefe da secretaria da casa:

*(...) houve a mudança do governo no Brasil e como o então inspetor tinha ligações com o partido que estava no governo até a véspera da alteração (...) ele foi afastado do cargo e obviamente alguns daqueles que trabalhavam junto com ele poderiam parecer a vista dos então governantes que tivessem ligações com o partido anterior, deixei a secretaria e fui trabalhar na antiga sala de processos.*<sup>70</sup>

Em 1967, assumiu o inspetor Carlos Teixeira da Rocha, que fazia parte do grupo da assessoria do Inspetor Souza Gomes, apontando uma continuidade na administração e situação controlada no contexto dos anos de chumbo. Tão logo nomeado por Castelo Branco, o Inspetor Rocha declarou:

*Serei rigoroso dentro dos princípios da Lei, para o bom desempenho das minhas obrigações funcionais (...). Mas isso não quer dizer que vou incorrer no velho e pernicioso sistema de ‘errando e arrecadando’.*<sup>71</sup>

Referia-se a modelo tributário já datado, regulado por uma legislação obsoleta que obrigava o administrador a todo tipo de ajuste para adequar-se à realidade contemporânea. Para o inspetor nomeado estas alterações permitiriam “(...) um tratamento mais arejado ao comércio exportador e importador, abolidos que foram muitos entraves de caráter burocrático”.<sup>72</sup> Entretanto, apesar do comando das alfândegas voltarem aos seus serventuários, o discurso forte do novo chefe também era sintomático de um período da política brasileira em que aqueles que

não estivessem alinhados com o comando militar logo seriam convidados a deixar o país.

Em 1968 criava-se a Secretaria da Receita Federal<sup>73</sup>, instalada no ano seguinte, legando nova racionalidade à organização fiscal. Até este momento as alfândegas estavam ligadas ao Departamento de Rendas Aduaneiras, que, juntamente com o Departamento de Rendas Internas, o de Imposto de Renda e o de Arrecadação, estava subordinado ao Ministério da Fazenda. Na ocasião da criação da Secretaria os departamentos foram unificados e abolida a denominação de “alfândega” para as repartições aduaneiras.

A Inspetoria da Alfândega de Porto Alegre foi assim incorporada à Delegacia da Receita Federal na cidade, que assumiu as incumbências aduaneiras, só voltando a existir pelo Regimento Interno da Receita Federal de 1992, conforme veremos mais adiante. O cargo de agente fiscal do imposto aduaneiro foi transformado em agente fiscal dos tributos federais, juntamente com os demais fiscais de rendas internas.<sup>74</sup>

Enquanto isso, no centro de Porto Alegre, as atenções governamentais voltavam-se para os prédios da Praça da Alfândega. Reformas eram planejadas para a sede dos Correios e Telégrafos e da Delegacia Fiscal. O destino do prédio da Alfândega, entretanto, era incerto. Cogitava-se a sua demolição para a construção de um grande edifício para abrigar todos os serviços do Ministério da Fazenda sediados na capital gaúcha.<sup>75</sup> O jornal Folha da Tarde iniciou então uma campanha para a preservação do prédio, sugerindo sua ocupação para a criação de um museu municipal.<sup>76</sup> A idéia não vingou, todavia este pode ter sido um dos fatores responsáveis pela sua conservação. Apesar da imponência reconhecida, ainda era considerado arquitetonicamente prejudicado, tanto em seu espaço útil, quanto na estética.<sup>77</sup>

Por mais um capricho dos fatos, em 1969, a Receita Federal passou a funcionar no alto Edifício do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, construído em 1964 no mesmo terreno onde esteve a antiga sede da Alfândega na Rua 7 de Setembro. O Colis Posteaux passava na ocasião a ser instalado em prédio próprio dos Correios e Telégrafos na Av. Siqueira Campos.<sup>78</sup>

Na década de 70, com um crescimento vertiginoso, a cidade se consagrava como metrópole brasileira e fazia-se necessário avançar nas políticas de preservação do patrimônio público. Nova área foi aterrada na Praia de Belas, constituindo espaço de domínio público para acomodar prédios do governo.

Em 1973 foi lançado edital para a construção de nova sede para o Ministério da Fazenda e Receita Federal no dito espaço aterrado, onde logo seria construído o grande edifício marrom conhecido popularmente como “Chocolatão”. No ano seguinte foi autorizada a cessão do imóvel da antiga Delegacia Fiscal ao Estado, para instalação do Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS), que tinha seu acervo mal acomodado no Teatro São Pedro. Em contrapartida o governo do Estado se encarregaria da alocação dos funcionários da Receita, sem ônus para a União até a conclusão de sua própria sede.<sup>79</sup>



Construção do Edifício do Banrisul, início da década de 60, onde provisoriamente funcionou a Receita Federal em dois andares. À direita o prédio da Delegacia Fiscal (atualmente Museu de Artes) e ao fundo, no centro, a Inspetoria da Alfândega. Foto de autoria desconhecida. [s.d]. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.



Fachada do prédio da Alfândega, à época em que serviu de depósito à Superintendência da Receita Federal. À esquerda a antiga Delegacia Fiscal. Ao fundo o prédio do Banrisul já concluído. Fotógrafo: Alberto Pablo Etchart. 1969. Fonte: Arquivo Fotográfico Correio do Povo.



Alfândega vista pelos fundos, pela Capitão Montanha. Fotógrafo: Alberto Pablo Etchart. 1969. Fonte: Arquivo Fotográfico Correio do Povo.

A Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural realizou, no ano seguinte, estudos para a prefeitura de Porto Alegre sobre a Praça da Alfândega, propondo alterações no Plano Diretor

sobre quais prédios deveriam ser restaurados e quais eliminados do cenário. Novamente o edifício da Alfândega corria o risco de ser destruído. A comissão presidida por Francisco Riopardense de Macedo, considerou-o destituído de valor histórico, pedindo apenas que se conservasse a placa inaugural do trapiche. De mesma opinião era o presidente da Comissão anterior, Leandro Telles, que sugerira ainda que se salvasssem as estátuas das laterais. O arquiteto Moacir Moojen Marques, que representava a divisão de planejamento da SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viações) na comissão, era favorável ao Plano.<sup>80</sup> Tais posicionamentos justificados no contexto emergencial da época advinham justamente de intelectuais que eram os defensores mais ferrenhos do patrimônio histórico da cidade, o que tornava o risco de demolição mais significativo. Se eles não intercedessem pelo prédio da Alfândega, quem o faria? Sua defesa era pelo centro antigo da cidade como um todo, que viam sob a eminente possibilidade de desaparecimento. As discussões permaneceram no âmbito da prefeitura até 1976, quando foi criado o COMPAHIC – Conselho Municipal do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural. Este conselho no ano seguinte apontou 47 prédios para estudo de tombamento, entre os quais figurava o da Delegacia Fiscal e dos Correios e Telégrafos.<sup>81</sup>

Em 1978 instalou-se o Museu de Artes do Rio Grande do Sul no antigo prédio da Delegacia Fiscal, que seria tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual logo em seguida em 1983. O edifício da Alfândega foi tombado somente em 1987 pelo IPHAE, juntamente com a Praça e o prédio da Secretaria da Fazenda do Estado.<sup>82</sup>

Enfim o velho monstrengue de Santa Engrácia estava seguro, não correndo mais perigo de ser posto abaixo. Durante os anos 80 e 90, o prédio da Alfândega de Porto Alegre foi usado como depósito de mercadorias apreendidas e de material de patrimônio. Ali também eram realizados leilões de mercadorias a que se aplicavam pena de perdimento em favor da União após o difícil combate ao descaminho e contrabando.

## A LUTA CONTRA O DESCAMINHO E O CONTRABANDO

“É um trabalho difícil (...) o contrabandista está sempre prevenido. Altas horas da madrugada, a lancha da Delegacia da Receita Federal vai para a Lagoa dos Patos e fica na campana. Manhã cedinho, quando o navio visado vem para Porto Alegre, ela o acompanha e aí os agentes vasculham tudo.”

Jornal Folha da Manhã, 22/07/1971.

Os procedimentos de fiscalização da Receita Federal durante a década de 70 ganharam muita força. Em muito se assemelhando aos que são praticados até os dias de hoje. Os navios tão logo atracavam no porto recebiam a bordo a visita aduaneira, que na oportunidade conferia a documentação da carga e revisava os lacres dos invólucros das mercadorias. Tendo em vista a lista de pertences da tripulação e os provimentos de bordo, procedia-se uma vistoria em todo o navio, observando-se a existência de cargas irregulares, provenientes de descaminho ou contrabando. O desembarque das mercadorias exigia ainda a conferência física e documental na presença do importador ou despachante. Com isso evitava-se a sonegação de impostos, o subfaturamento – que visava reduzir o pagamento dos tributos, e o superfaturamento, que era uma forma de remessa de lucros para o exterior.<sup>83</sup>

Com a modernização trazida pela nova estrutura da recém-criada Secretaria, possibilitou-se aumentar o combate ao contrabando potencializado pelas barreiras protecionistas.<sup>84</sup> Intensificou-se assim a vigilância e fiscalização na orla do Guaíba.

A Delegacia Fiscal de Porto Alegre disponibilizou aos serviços alfandegários uma moderna lancha provida de dois motores capazes de desenvolver significativa velocidade. A mesma ficava ancorada num clube veleiro, imperceptível entre outras de semelhante característica. Com rondas incertas, buscava pegar de surpresa os contrabandistas. O trabalho era feito principalmente de madrugada, quando cerca de quatro ou cinco funcionários armados rumavam para a Lagoa dos Patos e camuflavam-se em pontos estratégicos próximos do farol de Itapuã. Entretanto espionas na zona portuária informavam aos contrabandistas qualquer preparação do fisco, reduzindo por vezes o trabalho de apreensão do contrabando a simples repressão das atividades ilícitas. A espionagem tinha sua contrapartida nas denúncias que os fiscais recebiam de movimentação suspeita na lagoa.<sup>85</sup>

Por vezes a ronda era ostensiva mesmo, feita com a bandeira azul da alfândega adornada com a estrela branca. Por cerca de um ano e meio a lancha era pouco conhecida mesmo entre os funcionários da Receita a fim de manter o sigilo das operações. Quando se divulgou o trabalho de vigilância na imprensa, o mesmo adquiriu um caráter mais repressivo.



Montagem do autor a partir de Jornais. Início dos Anos 70.  
Acervo: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Os navios dos contrabandistas por vezes sequer necessitavam ancorar para a descarga criminosa. Lançavam às águas a mercadoria estrangeira irregular envolta por sacos plásticos em bóias, que depois eram recolhidas por outra embarcação menor. Seguiam então para o comércio por terra através de picadas abertas pelos próprios contrabandistas. Não raro a chegada da chamada “muamba” era por via aérea. Certa vez um avião que aterrissava teve o infortúnio de descer em meio a uma manobra de soldados da Brigada Militar, sendo imediatamente capturado.<sup>86</sup>

O serviço de repressão ao contrabando contava ainda com seis camionetas equipadas com rádios, camas, despensa para mantimentos e armamento para as atividades de vigilância no interior do Estado. Chamadas de “Brucutus” faziam buscas de aeroportos clandestinos e rotas terrestres do descaminho.<sup>87</sup>

## RUMO AO NOVO SÉCULO

“A memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado.”

*Hugo Lovisolo*

A memória e a formação dos homens.<sup>88</sup>

Durante o período Collor no início dos anos 90 a nova abertura ao comércio internacional gerou grande impulso às importações, dando força ao Brasil no chamado processo de globalização da economia.

Foi neste período, conforme já mencionado, que a Inspetoria da Receita Federal voltou a atuar como unidade distinta da Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre em 25 de setembro de 1992.<sup>89</sup> Fazia-se necessária a reparação de unidades especializadas nos trâmites aduaneiros. A repartição permaneceu instalada em caráter provisório no prédio-sede do Ministério da Fazenda (Chocolatão), retornando ao antigo ponto, na Av. Sepúlveda, em 11 de maio de 1998.<sup>90</sup>

*Com a transferência para o prédio da Antiga Alfândega, esta IRF solucionou em parte uma das suas maiores dificuldades, ou seja, a falta de um local e de espaço definido para exercer suas atividades. (...) Ao longo do exercício de 1998 efetuaram-se as*

*adaptações necessárias e naturais decorrentes da mudança. Ao encerrar o mesmo, já se pode fazer uma avaliação positiva, principalmente no tocante a identidade adquirida, possibilitando a cada servidor, com mais clareza, definir e assimilar a missão constitucional da unidade (...).<sup>91</sup>*

Feita a instalação percebeu-se que com o passar dos anos o edifício já não parecia tão confortável aos funcionários, sendo apontadas deficiências nas redes telefônicas e elétricas, além da precariedade de iluminação e de acústica poluída. Novas obras deveriam ser realizadas para readaptação do prédio.

As atividades operadas pela inspetoria mantinham-se vinculadas ao comércio exterior. Desembaraço de mercadorias com destinação ou procedência estrangeira, fiscalização e controle aduaneiro estavam na ordem do dia. Procedia-se, assim, o lançamento de tributos, a lavratura de autos de infração e o julgamento na esfera administrativa de processos de apreensão de mercadorias retidas em situação irregular. Atuando em diversos pontos sob sua jurisdição a Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre controlava, como o faz até os dias de hoje, toda a movimentação alfandegária da capital, com exceção dos trâmites realizados no Aeroporto Salgado Filho.

A inspetoria fiscaliza e despacha ainda a entrada de derivados de petróleo no Pólo Petroquímico, Terminal de Santa Clara/Triunfo; na Petrobrás, Terminal Almirante Soares Dutra – TEDUT em Tramandaí. Na Estação Aduaneira Interior – EADI/ Canoas, as principais atividades são de despacho de exportação e trânsito aduaneiro de importação.

O serviço de fiscalização do Colis Posteaux sob as remessas e encomendas do exterior tem sido mantido em funcionamento em recinto alfandegário da EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no centro da cidade. Este setor é o único no gênero atualmente na 10ª. Região Fiscal (Rio Grande do Sul). Ali são vistoriados os bens de procedência estrangeira

que ingressam no país pelos correios, sendo tributados, apreendidos ou liberados conforme o caso, de acordo com a legislação aduaneira. Está em pauta o fechamento do setor, centralizando a fiscalização sobre remessas em São Paulo, resultando em melhor aproveitamento de mão-de-obra para a Receita Federal, bem como de estrutura para a EBCT com a desocupação do espaço cedido.

As atividades desenvolvidas pela Inspetoria no Cais Mauá do porto da cidade alcançaram o novo século que se iniciou. Em 2005, contudo, foram transferidas todas as operações portuárias aduaneiras para o Cais Navegantes, que para tanto foi equipado com novos guindastes com maior capacidade de movimentação de cargas. A alteração faz parte do acordo realizado entre as esferas do poder público e a iniciativa privada pela revitalização do centro da cidade como área de lazer e cultura. Com mais de 80 anos de funcionamento portuário, o Cais Mauá constituirá futuramente um complexo cultural com área de 140 mil metros quadrados em seus 12 armazéns cobertos.

Naquele mesmo ano de 2005 foi instituída a DIREP, Divisão de Repressão ao Descaminho e Contrabando, ligada à Superintendência da Receita Federal, que chamou para si a coordenação das atividades de vigilância e repressão dos ilícitos praticados nas operações de comércio exterior.

## A ALFÂNDEGA REDESCOBERTA

Em 2004, quando a Alfândega completava silenciosa e discretamente seus dois séculos de existência, localizou-se uma documentação guardada desde a década de 70. Estava na sala do antigo Laboratório, interditada por vários anos após vazamento de produtos químicos, possivelmente quando da volta da Inspetoria para o prédio. Livros-ponto de funcionários do laboratório desde os anos 30, relatórios de trabalho, guias de arrecadação, telegramas, ofícios e até alguns autos de infração bem抗igos foram recuperados, sendo salvos do extravio.



Material localizado no antigo Laboratório da Alfândega.  
Fotos do autor, 2004.



Foi neste mesmo período que teve início a revitalização da área da Alfândega através do Projeto Monumenta, da Prefeitura de Porto Alegre, que visa à restauração de prédios e espaços públicos da cidade. Foram retirados os ônibus que tinham terminal em frente a Inspetoria, na Sepúlveda, tornando a área mais visível aos cidadãos que transitam pela Siqueira Campos. O Pórtico do Cais do Porto, restaurado pelo mesmo programa, pode novamente ser admirado mais facilmente desde a Praça da Alfândega.

A Inspetoria também fez sua parte para compor o novo cenário. Entre 2005 e 2006 foi efetuada a aguardada reforma no prédio. Além de reparos no telhado, paredes e pintura, houve reestruturação da rede lógica (informática) e adequação na distribuição dos setores, aproveitando melhor os espaços.



O prédio em obras.  
Fotos do autor,  
março de 2006.



Durante 2006 a Prefeitura de Porto Alegre, também através do Projeto Monumenta, empreendeu um trabalho de escavação arqueológica em busca de vestígios do passado na Praça da Alfândega. Entre os objetivos estava encontrar indícios das escadarias do antigo cais de Porto Alegre, datadas de 1856/58, aterradas para a construção do atual porto no início do século XX. Através de medições eletromagnéticas nas imediações do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (antiga Delegacia Fiscal) e do Memorial do RS (antigo Correio), constatou-se que as muradas e escadarias estariam intactas e à cerca de meio metro da superfície.<sup>92</sup>



Montagem do autor a partir de Jornais de 2006.

As escavações duraram aproximadamente três meses, entre agosto e outubro de 2006, coordenadas pelo arqueólogo Alberto Tavares Duarte de Oliveira. Foram decapadas duas áreas: uma próxima à Rua Sete de Setembro, buscando a estrutura

do antigo cais e a outra próxima à Rua dos Andradas, esta procurando elucidar a presença de material descoberto em 2002, relacionado a uma possível ocupação pré-histórica da região.

O trabalho minucioso com colheres de pedreiro, espátulas, pás e pincéis desnudou aos olhos do cidadão porto-alegrense elementos importantes de sua história que estavam guardados há quase um século. O espaço foi aberto ao público, inclusive durante o período da Feira do Livro com visitas guiadas por monitores. Almeja-se ainda integrar as descobertas na paisagística da Praça, mantendo um sítio histórico a céu aberto permanentemente acessível à visitação.

## Notas – Parte 3

- <sup>1</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Companhia das Letras, 1990. 1<sup>a</sup> ed. p.23
- <sup>2</sup> DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **Estatuários, catolicismo e gauchismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.51.
- <sup>3</sup> **Processo de Tombamento do Edifício da Alfândega como bem da União**. Administração do Domínio da União no Estado do Rio Grande do Sul. 1934. Disponível no IPHAE/RS - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.
- <sup>4</sup> **Relatório Ministerial da Fazenda. 1919**. p.511. Disponível em: <Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1771/000515.html>> Acesso: 13/01/2006.
- <sup>5</sup> **Relatório Ministerial da Fazenda. 1925**. p.334. Disponível em: <Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1773/000345.html>> Acesso: 13/01/2006.
- <sup>6</sup> CALÓGERAS, Pandiá. **Problemas da administração**. Relatório Confidencial apresentado em 1918 ao conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil. Brasiliiana, vol. XXIV. São Paulo: Editora Nacional, 1933. p.227.
- <sup>7</sup> SINDIRECEITA. **A nova administração tributária federal**: um estudo sobre o fisco unificado. Rio de Janeiro: s/e, 2005. p.62.
- <sup>8</sup> **Lei Orçamentária 4.625**, de 31 de dezembro de 1922.
- <sup>9</sup> Projeto Memória da Unafisco Sindical. **O berço da nossa história**. Brasília: Unafisco Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, 1999. p.30.
- <sup>10</sup> **Relatório Ministerial da Fazenda. 1925**. p.359. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1773/000370.html>> Acesso: 15/01/2006.
- <sup>11</sup> Requerimento de Azevedo Moura e Gertum sobre o contrato para terminação das obras da Alfândega. Diretoria do Patrimônio Nacional. 24 de janeiro de 1933. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre.
- <sup>12</sup> Cf. Termos de Contrato. Diário Oficial, 24 de novembro de 1932.
- <sup>13</sup> **Processo de tombamento do Edifício da Alfândega...** op. cit.
- <sup>14</sup> Correio do Povo, 01/07/1933.
- <sup>15</sup> A Federação, 18/07/1933.
- <sup>16</sup> Correio do Povo, 24/05/1933.
- <sup>17</sup> Diário de Notícias, 18/07/1933.
- <sup>18</sup> Correio do Povo, 08/03/1933.
- <sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.inlisboa.com/Lenda\\_das\\_Obras\\_de-Santa-Engracia.htm](http://www.inlisboa.com/Lenda_das_Obras_de-Santa-Engracia.htm)> Acesso: 27/01/2006.
- <sup>20</sup> Correio do Povo. 10/03/33.
- <sup>21</sup> SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre: Crônicas de minha cidade**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961. Volume 1. p. 45.
- <sup>22</sup> WEIMER, Günter. **A Arquitetura**. Porto Alegre: Ed da Universidade – UFRGS, 1992. p.94
- <sup>23</sup> Folha da Tarde, 09/02/1973.
- <sup>24</sup> **Processo de tombamento do Edifício da Alfândega...** op. cit.
- <sup>25</sup> FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. p. 151.
- <sup>26</sup> DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **Porto Alegre, 1900-1920: Estatuária e Ideologia**. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p.29.
- <sup>27</sup> Id., Estatuários..., op. cit., . pp.53-54 e p.87.
- <sup>28</sup> SANHUDO, op. cit., p. 66.
- <sup>29</sup> ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre**. Porto Alegre: Artfolio, 2004. p.152.
- <sup>30</sup> Id. ib.
- <sup>31</sup> Correio do Povo, 04/03/1933 e 04/04/33.
- <sup>32</sup> Correio do Povo, 14/06/1933.
- <sup>33</sup> Jornal da Manhã, 18/07/1933.
- <sup>34</sup> A Federação, 18/07/1933.
- <sup>35</sup> Correio do Povo, 18/07/1933.
- <sup>36</sup> A Federação, 18/07/1933.
- <sup>37</sup> Folha da Tarde, 09/02/1973.
- <sup>38</sup> **Processo de tombamento do Edifício da Alfândega...** op. cit.
- <sup>39</sup> Correio do Povo, 01/06/1933.
- <sup>40</sup> Correio do Povo, 07/05/1933.
- <sup>41</sup> Correio do Povo, 01/06/1933.
- <sup>42</sup> Catálogo Histórico das Repartições Fazendárias - Letra L. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letral.htm#Laboratório%20Nacional%20de%20Análises>> Acesso: 15/07/2005.
- <sup>43</sup> Decreto n. 1.166, de 17/12/1892.
- <sup>44</sup> CALÓGERAS, op. cit., p.225.
- <sup>45</sup> Ofício de 21 de fevereiro de 1923. Ofício de 28 de dezembro de 1922. Livro de ofícios expedidos pelo Laboratório de Análises da Alfândega de Porto Alegre. 1922 – 1927, p.2. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre.
- <sup>46</sup> Ofício de 28 de dezembro de 1922. Livro de ofícios expedidos pelo Laboratório..., op. cit., p.1.
- <sup>47</sup> Ofício de 8 de setembro de 1924. Livro de ofícios expedidos pelo Laboratório..., op. cit., p.23-24.
- <sup>48</sup> **Relatório do Laboratório Nacional de Análises. S. R. A. de Porto Alegre. 1961**. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre.
- <sup>49</sup> Godoy, José Eduardo Pimentel de. **Aspectos gerais da evolução do sistema aduaneiro do Brasil**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/aspectogerais.htm>> Acesso: 03/08/2005.

- <sup>50</sup> Id. ib.
- <sup>51</sup> **Relatório Ministerial da Fazenda. 1940.** p. 43 e 44. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1774/000044.html>> Acesso: 05/08/2005.
- <sup>52</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 3ed, 1998. p. 143-147.
- <sup>53</sup> Folha da Tarde, 09/02/1973.
- <sup>54</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico.** Op. cit., p.145.
- <sup>55</sup> **Relatório do Laboratório...**, op. cit. 1961.
- <sup>56</sup> Revista do Globo. Ano XV, Nº 338, 24 de abril de 1943.
- <sup>57</sup> **Relatório do Laboratório...**, op. cit. 1943.
- <sup>58</sup> NILSON MARIANO. **Como eu vivo Porto Alegre.** Zero Hora, 23/3/2002. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/comoeuvivopoa/moradores03.htm>> Acesso: 08/08/2005.
- <sup>59</sup> TELLES, Leandro Silva. **Breviário Histórico Sentimental da Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.** Porto Alegre: Renascença, 1980. IV. (folhas soltas) [não paginado].
- <sup>60</sup> BORGES, Anacleto. **Entrevista concedida ao autor.** Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre. 23/08/2006.
- <sup>61</sup> BORGES, Anacleto. Op. cit.
- <sup>62</sup> Lei 3.780, de 12 de julho. Cf. SINDIRECEITA, op. cit., p.64.
- <sup>63</sup> TEITELBAUM, Simão Isaac. **Entrevista concedida ao autor.** Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre. 31/10/2006.
- <sup>64</sup> Decreto-Lei Nº 37, de 18 de novembro de 1966. Art.143, IV e 146.
- <sup>65</sup> Godoy, J. **Aspectos gerais...** op. cit.
- <sup>66</sup> **Relatório do Laboratório...**, op. cit. 1961.
- <sup>67</sup> Decreto Lei n. 37, de 18 de novembro de 1966.
- <sup>68</sup> Decreto Lei n. 37, de 18 de novembro de 1966. Art.166.
- <sup>69</sup> **Projeto Memória da Unafisco Sindical.** Op. cit., p.45-46. Diversas categorias funcionais foram organizadas em três áreas: Fiscalização (Agente Fiscal de Rendas Internas, Agente Fiscal do Imposto de Renda e Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro); Arrecadação (Controlador da Arrecadação Federal) e Tributação (Técnico de Tributação). Vale ressaltar que o estudo da composição dos cargos alfandegários por transformações, fusões, acessos e ascensões funcionais resultaria em pesquisa à parte, que muito mais interessaria às organizações sindicais atuais do que aos propósitos deste trabalho.
- <sup>70</sup> TEITELBAUM, Op. cit.
- <sup>71</sup> Correio do Povo, 25/05/1967.
- <sup>72</sup> Correio do Povo, 25/05/1967.
- <sup>73</sup> Decreto 63.659/68.
- <sup>74</sup> Decreto 1.024, de 21/10/69. Cf. SINDIRECEITA, op. cit., p.65.
- <sup>75</sup> Folha da Tarde, 07/08/1968.
- <sup>76</sup> Folha da Tarde, 16/06/1969.
- <sup>77</sup> Folha da Tarde, 22/05/1969.
- <sup>78</sup> Folha da Tarde, 09/02/1973.
- <sup>79</sup> Decreto Federal 73.789 de 11 de março de 1974.
- <sup>80</sup> Correio do Povo, 15/12/1974.
- <sup>81</sup> GIOVANAZ, Marlise. **A preservação patrimonial em Porto Alegre (1960-1979).** In: KRAWCZYK, Flávio. (Org.) Da necessidade do Moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: SMC, 2002. p.129.
- <sup>82</sup> Fonte: Livro Tombo do IPHAE/RN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Secretaria Estadual da Cultura.
- <sup>83</sup> Folha da Manhã, 22/07/1971.
- <sup>84</sup> Godoy, J. Aspectos gerais... op. cit.
- <sup>85</sup> Folha da Manhã, 22/07/1971.
- <sup>86</sup> Folha da Manhã, 22/07/1971.
- <sup>87</sup> Folha da Manhã, 22/07/1971.
- <sup>88</sup> LOVISOLI, Hugo. **A memória e a formação dos homens.** Estudos Históricos, São Paulo, n. 3, p. 16-28, 1989.
- <sup>89</sup> Cf. Portaria SRRF/10a. RF, no 232, Diário Oficial da União de 01/10/92.
- <sup>90</sup> Memorando nº 01/0063/2001/GAB, Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre, 07/12/2001.
- <sup>91</sup> Relatório de Gestão – Exercício 1998, Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre, 23/01/1999.
- <sup>92</sup> Zero Hora, 23/05/2005.



**INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
PORTO ALEGRE**

**CONCLUSÃO**

**A história continua...**

**Cronologia**

**Referências bibliográficas e fontes**

## A HISTÓRIA CONTINUA...

Tão difícil quanto a escolha dos temas abordados em um recorte temporal secular é o encerramento da narrativa histórica sobre uma instituição em pleno funcionamento, processo ininterrupto que se estenderá em direção ao amanhã. Daí decorre que toda conclusão é um parto prematuro. A História da Alfândega de Porto Alegre, hoje Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre, por certo não acaba nestas páginas que ora finalizamos. Tampouco o resgate de sua memória foi exaustivo ou teve pretensões conclusivas.

Cada vez mais os órgãos públicos têm dado significativa relevância a sua memória, registrando-a para o conhecimento contemporâneo e até mesmo inaugurando espaços dedicados à preservação de sua história para as gerações futuras. É o caso dos memoriais, arquivos e museus institucionais.



Inspetoria da Receita Federal de Porto Alegre logo após a reforma, em julho de 2006. Foto do autor.

O imaginário institucional é composto pelo conjunto das representações resultantes das experiências, impressões e sentimentos que os agentes participantes vivenciam em relação a uma entidade organizacional. Como o funcionário se vê e é visto guarda íntima relação com a imagem da própria instituição que os mesmos representam.

A memória é o que define a construção de identidades a partir do que há de comum a um grupo. As lembranças, impressões, sensações vivenciadas nas relações humanas apontam mais do que unidades isoladas de memórias pessoais. Compõem antes um conjunto de imagens do social coletivo. Todavia a esse imaginário não deve ser atribuído o qualificativo de verdade absoluta, imutável, posto que é formado pela soma de pontos de vista variados, re-apresentando a concretude daquilo que foi observado.

Dividimos o livro em partes observando três ciclos da História da Alfândega de Porto Alegre, enquanto órgão público. Cada uma das partes repete a mesma estrutura: começo ou for-

mação; desenvolvimento e estruturação; dificuldades e superação. Percebemos assim que se intentarmos definir a trajetória dos duzentos anos da Alfândega em uma palavra, esta seria *renovação*. A capacidade de retomar os trabalhos, que muitas vezes sequer foram interrompidos nos momentos de crise é o traço marcante dessa repartição tanto pela perseverança de seus administradores quanto pela força de seus bons funcionários. Da beira do rio assistiu-se à revolta dos Farrapos, à visita de D. Pedro II, passou-se pela implantação da República. A Instituição sobreviveu a enchentes e incêndios. Superou as guerras mundiais e as agruras do agitado século XX. Vivenciou-se a intervenção de 1964 e a abertura política.

Esperamos ter lançado com este trabalho a pedra fundamental para a reconstrução da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil, reavivando o sentimento de pertencimento dos servidores. Que seja de grande valor para os que hoje almejam uma identidade e auto-conhecimento funcional como para aqueles que no futuro se interessarem por sua história, que continuamos a construir dia após dia.

## CRONOLOGIA

- 1732 – Jerônimo de Ornelas estabeleceu-se na região que daria origem às cidades Porto Alegre e Viamão;
- 1772 – A 26 de março o Porto dos Casais é desmembrado de Viamão, formando uma nova Freguesia, São Francisco do Porto dos Casais – Data oficial de fundação da cidade de Porto Alegre;
- 1800 – A Alfândega de Porto Alegre foi criada no dia 04 de julho;
- 1804 – Instalação da Alfândega em 01 de agosto;
- 1806 – Construção do Trapiche da Alfândega;
- 1824 – Construção da Casa da Alfândega no centro da praça que levaria seu nome;
- 1835-45 – Durante a Revolução Farroupilha a Alfândega de Porto Alegre por pouco não foi fechada, resistindo juntamente com a cidade;
- 1856-58 Construção do Cais da Alfândega e escadaria na Rua Nova da Praia (depois chamada de Sete de Setembro);
- 1898 – Fechamento da Alfândega em 30 de abril;
- 1899 – Restabelecimento da Alfândega por decreto de 31 de outubro;

- 1911 – Início das obras do novo prédio da Alfândega, na Av. Sepúlveda;
- 1923 – Instalação do Laboratório Nacional de Análises ligado à Alfândega de Porto Alegre;
- 1933 – Conclusão das obras e instalação da Inspetoria da Alfândega no prédio da Av. Sepúlveda no dia 17 de julho;
- 1941 – Grande enchente em Porto Alegre atinge Praça da Alfândega;
- 1968 – Criação da Secretaria da Receita Federal;
- 1969 – Entra em funcionamento a Receita Federal e a Inspetoria da Alfândega é desativada. O prédio da Alfândega fica sendo usado como depósito e as atividades aduaneiras são transferidas à Delegacia da Receita Federal, instalada no Edifício “Chocolatão” na Av. Castelo Branco;
- 1992 – Criação da Inspetoria da Receita Federal em 25 de junho;
- 1998 – Retorno da Inspetoria ao prédio da antiga Alfândega na Av. Sepúlveda;
- 2004 – Localizada documentação esquecida no antigo laboratório da Alfândega;
- 2005 – Obras de recuperação no prédio da Alfândega na Av. Sepúlveda;
- Retirada dos ônibus da frente da Alfândega melhorando a visibilidade do prédio;
- 2006 – Escavações na Praça da Alfândega revelam antiga escadaria e trapiche de 1856/58 e fundações da antiga Casa da Alfândega de 1824.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### Obras Consultadas

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

ALVES, José Francisco. A escultura pública de Porto Alegre. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

AMED, Fernando José. NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos Tributos no Brasil. São Paulo: SINAIFRESP, 2000.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AHRGS, 1998.

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. Alfândega da Cidade de Rio Grande (do Sul): Contribuição à história de sua criação, instalação e administração; Dados biográficos dos juízes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940). Porto Alegre: Livraria do Globo, [S.d].

BAGUET, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.

BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981,

BARBOSA, Eni. Administração fazendária adotada pelos Farrapos. In: Estudos Ibero-Americanos. Vol.III N°1, Julho de 1982, PUCRS, Porto Alegre.

BARBOSA, Eni. O órgão fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859). Porto Alegre: PUCRS. 1979. Dissertação de Mestrado.

BARCELOS, Ramiro Frota. José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo. Porto Alegre: SK Editora, 1976

CALÓGERAS, Pandiá. Problemas da administração. Relatório Confidencial apresentado em 1918 ao conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil. Brasiliana, vol. XXIV. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Companhia das Letras, 1990. 1<sup>a</sup> ed.

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (Arquivo Nacional, sob a direção de). Processo dos Farrapos. Oficinas gráficas do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1933. Vol.III.

CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Economo-Políticas sobre a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

Colleção das leis do Império do Brasil. 1836. Parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861.

CONDESSA D'EU, Isabel. Viagem ao Rio Grande do Sul. In: PESQUISAS. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1957.

DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sérgius. RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. Estatuários, catolicismo e gauchismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. Porto Alegre, 1900-1920: Estatuária e Ideologia. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

DREYS, Nicolau. Notícia descritiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1961.

ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastre. Produção e uso dos espaços centrais a beira-rio em Porto Alegre (1809-1860). Dissertação de mestrado. PUCRS: Porto Alegre, 1993.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6.ed. São Paulo: USP, 1999.

FISCHER, Ernest. A necessidade da arte. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

- FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. 3 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.
- FORTINI, Archymedes. Histórias da nossa história. Porto Alegre: Grafipel, 1966.
- FORTINI, Archymedes. Porto Alegre através dos tempos. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.
- FORTINI, Archymedes. Revivendo o passado. Porto Alegre : Sulina, 1953.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- FREITAS, Décio. Farrapos: Uma rebelião federalista. In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- FREITAS, Décio. O nascimento da historiografia gaúcha. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982
- GIOVANAZ, Marlise. A preservação patrimonial em Porto Alegre (1960-1979). In: KRAWCZYK, Flávio. (Org.) Da necessidade do Moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: SMC, 2002.
- GONZAGA, Sergius. RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- Homenagem ao sesquicentenário da morte do Visconde de São Leopoldo: 1847-1997. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997.
- HOHLFELDT, Antonio. O Chalé da Praça XV. Porto Alegre: PMPA, 1982.
- ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- LOVISOLI, Hugo. A memória e a formação dos homens. Estudos Históricos, São Paulo, n. 3, p. 16-28, 1989.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. História e vida da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 1973.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- MACEDO, Roberto. História Administrativa do Brasil: Brasil sede da Monarquia. Brasil-Reino. Brasília:Editora da Universidade de Brasília. 1983. V.7, Tomo IX, pt.1.
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanak da Villa de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1908.
- MAZERON, Gaston Hasslocher. Notas para a História de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1928.
- MAZERON, Gaston Hasslocher. Reminiscência de Porto Alegre. Porto Alegre: Selbach, s.d.
- MEYER, Augusto. Gaúcho: História de uma palavra. Porto Alegre: Globo, 1957.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: Urbanização e Modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MOOG, Viana. José Feliciano Fernandes Pinheiro, colonizador e historiador do Rio Grande do Sul. In: Anais da Província de São Pedro. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- NEVES, Eduardo Rotta. Porto dos Casais: Um lugar de memória para Porto Alegre. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- NOAL FILHO, Valter Antonio. FRANCO, Sérgio da Costa. Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 – 1890. Santa Maria: Ana Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. Porto Alegre: a cidade e sua formação. 2 ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Ildebrando (Org) A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais de Porto Alegre. II Volume. Porto Alegre: Imprensa Nacional, 1945.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. 5.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memórias do Visconde de São Leopoldo. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. I Trimestre. Ano I. Typographia do Centro: Porto Alegre, 1922.
- PORTO ALEGRE, Augusto. A fundação de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. A Independência do Brasil. 7 ed. São Paulo: Global, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- SALGADO, Graça (coord.) Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.
- SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre: Crônicas de minha cidade. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961. Volume 1.
- SIMON, Pedro (Org). Discursos do Senador Pinheiro Machado. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE PORTO ALEGRE. História, evocação e saudade: uma festa na Alfândega de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.e.], 1946.
- SINDICATO DOS TÉCNICOS DA RECEITA FEDERAL - SINDIRECEITA. A nova administração tributária federal: um estudo sobre o fisco unificado. Rio de Janeiro: [s.e.], 2005.
- Sinopse Estatística do Município de Porto Alegre. Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro. 1952.
- SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - Unafisco Sindical. Projeto Memória da Unafisco Sindical. O berço da nossa história. Brasília: [s.e.], 1999.
- SISSON, S.A. Galeria dos brasileiros ilustres. Os contemporâneos. Martins Editora. São Paulo, 1948. Vol.XVIII.
- SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. (História popular do grande décenio, seguida das efemérides principais de 1835-1845 fartamente documentadas). 2 ed. Porto Alegre: INL/MEC.
- TELLES, Leandro Silva. Brevíario Histórico Sentimental da Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Porto Alegre: Renascença, 1980. 1V. (folhas soltas) [não paginado].
- VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. História Administrativa do Brasil: Brasil sede da Monarquia. Brasil-Reino. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1984. V.8, pt.2.
- WEHLING, Arno. História Administrativa do Brasil: Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. V.6.
- WEIMER, Günter. A Arquitetura. Porto Alegre: Ed da Universidade – UFRGS, 1992.
- WEIMER, Günter. Instrução para o tombamento dos conjuntos urbanos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega. Porto Alegre: IPHAE, (Mimeo.), 2000.
- WEIMER, Günter. O trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra, 1991.
- ZAMIN, Frinéia. Praça da Alfândega. Cronologia da Evolução Física. Porto Alegre: IPHAE, (Mimeo.), 2001.

## **Fontes Pesquisadas**

### **Documentos**

Balanço Geral do rendimento da Alfândega, e seu Consulado da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Anos 1810,1811,1812 e 1813. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.

Carta de D.João VI ao Juiz e Ouvidor da Alfândega (José Feliciano Fernandes Pinheiro), de 11 de agosto de 1804. AHRGS - Registro das Ordens da Junta da Fazenda Real, 1804. Códice F1189.

Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro ao Vice-rei Fernando José de Portugal, de 20 de abril de 1802. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Avisos do Governo. Códice B.1.003.

Carta de Rodrigo Souza Coutinho a Paulo José da Silva Gama, 26 de julho de 1820. AHRGS. Fundo Avisos do Governo. Códice B.1.003.

Carta do Chanceler Luís Beltrão de Gouveia e Almeida a Rodrigo de Souza Coutinho, 16 de abril de 1802, anexada aos votos do Vice-rei e do próprio Chanceler ao governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, de 11 de junho de 1802. AHRGS - Fundo Avisos do Governo. Códice B.1.003.

Carta Régia do Vice-rei do Estado do Brasil de 27 de abril de 1802. AHRS - Fundo Avisos do Governo - Códice B.1.003.

Cópia do Requerimento ao presidente da Província, enviada para apreciação do Inspetor da Alfândega. 26 de maio de 1841. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Demonstração do rendimento da Alfândega da Vila do Rio Grande. 1826 – 1829. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 209.

Mapa do Rendimento dos Direitos de Entrada na Alfândega de Porto Alegre, 1826-1829. AHRGS - Fundo Fazenda. Maço 209.

Memorando nº 01/0063/2001/GAB, Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre, 07/12/2001.

Memorial de projeto para Alfândega e Tesouraria da Fazenda. 1889. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 480.

Ofício de 11 de setembro de 1804 e Aviso da Secretaria dos Negócios da Fazenda ao Governador da Capitania, de 17 de maio de 1803. AHRGS - Livro de registros de ofícios da junta da fazenda real. Códice F1188.

Ofício de 1834. AHRGS - Fundo Obras Públicas. OP 1.

Ofício de 21 de fevereiro de 1923. Ofício de 28 de dezembro de 1922. Livro de ofícios expedidos pelo Laboratório de Análises da Alfândega de Porto Alegre. 1922 – 1927, IRFPOA.

Ofício de Bernardino Berlinck ao presidente da Província Saturnino de Souza Oliveira, de 01 de junho de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.

Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 10 de setembro de 1822. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Caetano Xavier Pereira de Brito, de 23 de abril de 1823. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Francisco Prestes de Paulla Barreto, de 15 de abril de 1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Gracianno Leopoldino dos Santos Pereira. Ofícios Ativos. 1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Henrique da Silva Loureiro, de 16 de fevereiro de 1832. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 232.

Ofício de José Feliciano Fernandes Pinheiro, de 21 de agosto de 1807. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 476.

Ofício de Jozé Feliciano Fernandes Pinheiro, de 02 de janeiro de 1811. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Rodrigues de Oliveira, escrivão da mesa grande, no impedimento do Inspetor, à Junta da Fazenda, de 07 de julho de 1831. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 220.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 17 de dezembro de 1838. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 02 de janeiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 19 de janeiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco Álvares Machado, de 05 de janeiro de 1841. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, de 08 de outubro de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, de 27 de agosto de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 09 de fevereiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província Antonio Eleziário de Miranda Britto, de 25 de fevereiro de 1839. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Ofício de Jozé Thomaz de Lima ao presidente da Província, Saturnino de Souza Oliveira, de 01 de julho de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda. Ofícios ativos.

Parecer sobre o estado da caixa do trapiche da Alfândega de Porto Alegre, de 24 de setembro de 1846. AHRGS - Fundo Obras Públicas, OP 2.

Portaria SRRF/10a. RF, no 232, Diário Oficial da União de 01/10/92.

Processo de Tombamento do Edifício da Alfândega como bem da União. Administração do Domínio da União no Estado do Rio Grande do Sul. 1934. IPHAE/RS.

Regulamento das Alfândegas do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836. AHRGS. Fundo Legislação. Código 63.

Relação dos empregados da Alfândega de Porto Alegre de 17/08/1842. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Relação dos gêneros de produção desta província exportados pela Alfândega de Porto Alegre entre os anos de 1827 – 1829. 09/04/1831. AHRGS - Fundo Fazenda, Maço 220.

Relação dos empregados da Alfândega, de 06/08/1836. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas - 1914. BPE.

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas - 1917. BPE.

Relatório de Comissão sobre o funcionamento da Alfândega de Porto Alegre para a Fazenda - 21 de janeiro de 1842. AHRGS. Fundo Fazenda. Maço 479.

Relatório de Gestão – Exercício 1998, Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre, 23/01/1999.

Relatório do Laboratório Nacional de Análises. S. R. A. de Porto Alegre. 1961. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre.

Requerimento de Azevedo Moura e Gertum sobre o contrato para terminação das obras da alfândega. Diretoria do Patrimônio Nacional. 24 de janeiro de 1933. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre.

Requerimento de Manoel da Costa Silveira ao Presidente da Província Francisco Álvares Machado, de 29 de dezembro de 1840. AHRGS. Fundo Fazenda, Maço 478.

Requerimentos - AHRS - Maço 28 - 1821.

Termo de Posse e juramento dos Empregados da Alfândega reorganizada na conformidade do Regulamento de 22 de junho de 1836. Arquivo do Ministério da Fazenda.

Termos de Contrato. Diário Oficial, 24 de novembro de 1932.

Voto do Chanceler da Relação do Estado do Brasil relativo ao estabelecimento de uma alfândega na Capitania do Rio Grande de São Pedro ou na Ilha de Santa Catarina, de 11 de julho de 1802. AHRGS - Fundo Avisos do Governo. Código B.1.003.

## Entrevistas

BORGES, Anacleto. Entrevista concedida ao autor. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre. 23/08/2006.

TEITELBAUM, Simão Isaac. Entrevista concedida ao autor. Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre. 31/10/2006.

## Jornais e periódicos

Correio do Povo, 05/02/1898.

Correio do Povo, 19/02/1898.

Jornal do Comércio. Porto Alegre, 05 de março de 1911.  
Correio do Povo, 05/11/1913.  
Revista Kodak. No. 57 de 15 de novembro de 1913 e 22 de novembro de 1913.  
Correio do Povo, 08/11/1913.  
Correio do Povo, 04/03/1933 e 04/04/33.  
Correio do Povo, 08/03/1933.  
Correio do Povo. 10/03/33.  
Correio do Povo, 07/05/1933.  
Correio do Povo, 24/05/1933.  
Correio do Povo, 01/06/1933.  
Correio do Povo, 14/06/1933.  
Correio do Povo, 01/07/1933.  
A Federação, 18/07/1933.  
Jornal da Manhã, 18/07/1933.  
Correio do Povo, 18/07/1933.  
Diário de Notícias, 18/07/1933.  
Boletim Municipal de Porto Alegre. 1945, No. 19/20, Vol VIII.  
Boletim Municipal de Porto Alegre. 1946, No. 24, Vol IX.  
Revista do Globo. Ano XV, Nº 338, 24 de abril de 1943.  
Correio do Povo, 25/05/1967.  
Folha da Tarde, 07/08/1968.  
Folha da Tarde, 16/06/1969.  
Folha da Tarde, 22/05/1969.  
Folha da Manhã, 22/07/1971.  
Folha da Tarde, 09/02/1973.  
Correio do Povo, 15/12/1974.  
Zero Hora, 23/05/2005.

### **Meio Eletrônico**

Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI. Versão 3.0.  
Editora Nova Fronteira, 1999.  
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/fazend.html>  
<http://federativo.bndes.gov.br/Destaques/reftrib.htm>  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/default.htm>  
<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes>  
<http://www.bb.com.br/appbb/portal/hs/moedaMoedaImperio.jsp>  
<http://www.clicrbs.com.br/comoeuvivopoa/moradores03.htm>  
[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html)  
[http://www.inlisboa.com/Lenda\\_das\\_Obras\\_de-Santa\\_Engracia.htm](http://www.inlisboa.com/Lenda_das_Obras_de-Santa_Engracia.htm)  
[http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1846](http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1846)

### **Instituições Pesquisadas**

IRFPOA – Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre.  
AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.  
IPHAE/RS - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.  
BPE – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.  
Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.  
IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.  
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.  
Biblioteca do Solar dos Câmara.  
Arquivo do Ministério da Fazenda.  
Memória RBS.  
Arquivo Fotográfico Correio do Povo.  
Faculdades Ritter dos Reis.  
Museu da Brigada Militar.